



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE
MESTRADO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE

MICHELLE PINTO DA SILVA

**IDENTIDADE, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM *A COR
DA TERNURA E PONCIÁ VICÊNCIO***

CAMPINA GRANDE – PB
2014

MICHELLE PINTO DA SILVA

**IDENTIDADE, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA *EM A COR*
*DA TERNURA E PONCIÁ VICÊNCIO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade, da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sueli Meira Liebig
Linha de Pesquisa: Literatura Comparada e Intermidialidade.

CAMPINA GRANDE - PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586i Silva, Michelle Pinto da
Identidade, memória e resistência em A cor da ternura e
Ponciá Vicêncio [manuscrito] / Michelle Pinto da Silva. - 2014.
112 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Sueli Meira Liebig, Pró-Reitoria de
Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Análise Literária 2. Literatura Afro-brasileira 3.
Identidade 4. Memória 5. Resistência I. Título.

21. ed. CDD 801.95

MICHELLE PINTO DA SILVA

IDENTIDADE, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA EM A COR DA
TERNURA E PONCIÁ VICÊNCIO

Aprovada em 22 / 02 / 2014

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Sueli Meira Liebig (UEPB/PPGLI)
(Orientadora)



Prof^ª. Dr^ª. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB/PPGCC)I
(Titular/UNEB)



Prof^ª. Dr^ª. Rosilda Alves Bezerra (UEPB/PPGLI)
(Titular/UEPB)

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha mãe, pelo cuidado e amor; ao meu amor, companheiro e amigo, Emanuel, pelos momentos de motivação, confiança e carinho; e a uma certa Ilha da Magia, inspiradora dos primeiros escritos aqui encontrados.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, discernimento e coragem para vencer os obstáculos.

A minha família, pelo apoio e confiança dedicada.

A todos os professores do programa, pela contribuição à minha formação acadêmica, em especial à professora Sueli Meira Liebig pelas orientações, atenção e cuidado disponibilizados.

À professora Rosilda Alves Bezerra pelo incentivo e contribuição aos estudos afro-brasileiros.

À banca examinadora pelas valiosas contribuições para aprimoramento deste trabalho.

A todos os meus amigos, em especial a Ângela Maria Souto e Izabel Cristina Oliveira Martins pela sincera amizade e apoio; troca de conhecimentos e experiências que ultrapassaram a vida acadêmica.

A todos os colegas mestrandos, pelo auxílio e troca de conhecimentos.

No momento em que eu esquecia, perdoava e desejava apenas amor, devolviam-me, com uma bofetada em pleno rosto, minha mensagem! O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação. De um homem exige-se uma conduta de homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto. Eu acenava para o mundo e o mundo amputava meu entusiasmo. Exigiam que eu me confinasse, que encolhesse.

(FANON, 2008, p. 107)

RESUMO

Apresentando-se por meio de uma linguagem carregada de significados, marcas de opressão e exclusão, a literatura afro-brasileira, através da veiculação da palavra, garante a comunidade negra o rompimento de um silêncio pontuado pela subjugação e subserviência advindas da escravização. Tais textos cada vez mais se firmam no panorama das letras brasileiras ao enveredar pelos caminhos das lutas que impulsionam a população negra em busca da sua afirmação pessoal e da garantia de seus direitos enquanto cidadãos. Sob este viés analisamos aqui as obras *A cor da ternura* (1998), de Geni Guimarães e *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo, por meio de uma pesquisa bibliográfica constituída por um estudo comparatista dos discursos das protagonistas quanto às questões identitárias, apresentadas por meio de um enredo memorialístico, em que as vivências por elas expostas sugerem ações de combate e resistência à discriminação e à opressão por parte da sociedade dominante. Neste trabalho utilizamos como aporte teórico os estudos de Anna Freud (1976); Halbwachs (1990); Bergson (1999); Landowski (2002); Giddens (2002); Bauman (2005); Seligmann-Silva (2005); Hall (2006/2013); Fanon (2008); (2010); Castells (2010) e Candau (2012), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Afro-brasileira; Identidade; Memória; Resistência.

ABSTRACT

Introducing itself by means of a language loaded with significance and punctuated by marks of oppression and exclusion, African-Brazilian literature, by conveying the word, ensures the black community breaking a silence for a long time by the subjugation and subservience proportioned by enslavement. Such texts increasingly affirm themselves in the scenery of the Brazilian literary canon, when they turn to the way of the fights that impel the black population to seek for their personal affirmation and for the guarantee of their rights as citizens. Under this angle we'll analyze here the works *A cor da ternura* (1998), by Geni Guimarães and *Ponciá Vicêncio* (2003), by Conceição Evaristo, in a comparative study of the protagonist's discourses in what concerns the issues of identity, presented through a plot of memoirs in which the life experiences exposed by them suggest actions of combat against and resistance to racial prejudice and oppression on the part of the dominant society. In this work we use as theoretical basis the studies made by Anna Freud (1976); Halbwachs (1990); Bergson (1999); Landowski (2002); Giddens (2002); Bauman (2005); Seligmann-Silva (2005); Hall (2006/2013); Fanon (2008); (2010); Castells (2010) and Candau (2012), among others.

KEY-WORDS: African-Brazilian literature; Identity; Memory; Resistance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 IDENTIDADE NA PÓS-MODERNIDADE	14
2.1 Identidade afrodescendente: a afirmação da identidade negra	24
3 BECOS DA MEMÓRIA: ONDE O PASSADO RESVALA NO PRESENTE	38
3.1 A escrita de si: autobiografia e memória	46
3.2 Entre o voluntário e o involuntário: a memória e o tempo	52
4 RESISTÊNCIA: CONCEPÇÃO ÉTICA DA ESCRITA AFRODESCENDENTE	58
4.1. O Ideal de Ego branco: a relação entre o Ego e o narcisismo	67
4.2. A resistência e os mecanismos de defesa	77
4.2.1. Os mecanismos de defesa do Ego: conflitos externos e internos.....	81
5 ENTRE A COR DA TERNURA E OS LIMITES DA COR	92
5.1. A memória e a terra como constituintes da identidade negra	96
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de representar a história do negro, sua sorte no contexto da diáspora transatlântica e a espoliação sofrida quando da sua escravização, a literatura afro-brasileira, ou negro-brasileira, como preferem alguns, ao favorecer o rompimento de um conveniente silêncio imposto à população negra, assume cada vez mais espaços de expressão e reflexão nas artes em geral.

Sobre a terminologia dada a essa literatura, autores como, por exemplo, Maria Nazareth Soares Fonseca (2006) em “Literatura afro-brasileira: como responder à polêmica?” e Cuti (2010) em *Literatura Negro-brasileira*, principalmente no capítulo “Negro ou afro não tanto faz” polemizam a terminologia “afro-brasileira” e “negro-brasileira” ao se referirem à literatura destinada aos assuntos raciais do Brasil. Sem adentrarmos em maiores problematizações quanto a essas terminologias, neste estudo, utilizaremos os dois termos para fazermos referência a essa literatura.

No Brasil algumas organizações com a função de promover e/ou defender os ideais dos negros. Dentre outras, podemos citar o Teatro Experimental do Negro (TEN), que teve como “principais intelectuais, Abdias do Nascimento (1950-1968) e Alberto Guerreiro Ramos (1957)” (GUIMARÃES, 2012, p. 89). Esta organização tinha a finalidade não apenas promover a arte, mas de inserir o negro na dramaturgia, de maneira que se questionasse por que não havia negros que atuavam, dando a essa organização um cunho social.

Outro exemplo é o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1979, que demonstrou um “racialismo radical” (GUIMARÃES, 2012, p. 90) e a Frente Negra Brasileira (FNB) “a primeira organização negra no Brasil a atuar no campo político” (GUIMARÃES, 2012, p. 90).

Em comum, essas manifestações têm a preocupação de promover de alguma forma a história do negro, problematizando, discutindo e/ou reivindicando a sua inserção nas diversas esferas da sociedade numa luta privada ou coletiva, que varia de acordo com os participantes dessas ações.

Desta forma, a literatura produzida por escritores comprometidos com a militância negra é uma manifestação artística que traz um caráter de luta em prol da população negra. Assim, ela se apresenta por meio de uma linguagem carregada de significados, marcas de opressão e exclusão sofridas por uma população relegada a

uma vida de perdas, negação e exploração perpetradas por uma sociedade preconceituosa e racista.

De acordo com o crítico literário Cuti (2010), a literatura proposta por escritores negro-brasileiros tem-se feito presente como uma literatura subversiva a toda uma herança literária brasileira, que ao tratar das questões étnicas coloca o negro não como um ser passivo, mas como sujeito ativo, constituído por uma reprodução mais fiel à conjuntura instaurada nas relações étnico-raciais de um contexto pós-colonial.

Segundo este autor “Negro ou afro não tanto faz”. Para ele a denominação afro-brasileira, para designar tanto escritores quanto a literatura voltada para as questões étnico-raciais no Brasil, não responde às expectativas da discriminação instituída pelo preconceito racial e étnico brasileiro, tanto ao que concerne ao ponto de vista ideológico abordado, quanto ao caráter identitário, pois “Denominar de afro a produção literária negro-brasileira [...] é projetá-la à origem continental de seus autores, deixando-a à margem da literatura brasileira [...]” (CUTI, 2010, p. 35).

Assim, encontramos um maior comprometimento e engajamento com as causas da população negra nos autores que utilizam a sua arte como um meio de expor as espoliações, os preconceitos, as infâmias, as distorções, e todas as outras espécies de negação sofridas pelo negro ao longo da história. Assim, a representação do negro surge como um sujeito mais ativo, consciente da sua real, mas não justa condição, imposta por uma sociedade preconceituosa: o seu posicionamento é o de um sujeito que age contra as forças da opressão, demonstrando resistência e, por conseguinte, negando a resignação.

Sob tal parâmetro encontramos as escritas de Oswaldo de Camargo, Geni Guimarães, Oliveira Silveira, Conceição Evaristo, Edmilson de Almeida Pereira, Miriam Alves, Nei Lopes, Sônia Fátima Conceição, Cristiane Sobral, Joel Rufino dos Santos, Márcio Barbosa, dentre outros, alguns dos quais fazem parte do grupo Quilombhoje, associação de escritores paulistas criada com o objetivo de promover e incentivar a leitura e a escrita da literatura e cultura negras, sendo responsável pela publicação anual da série chamada *Cadernos Negros*, composta por produções de diversos autores engajados na militância em favor do negro. A consciência da identidade negra e suas implicações nestes autores é uma constante, diferentemente da literatura de autores clássicos que também podem ser citados por

tratarem da questão racial, como por exemplo, Machado de Assis, Lima Barreto, Cruz e Sousa, Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis.

Ao pertencer a esse tipo de escrita presente na literatura brasileira, as obras *A cor da ternura* e *Ponciá Vicêncio* tratam sobre as implicações vividas pelo negro diante das questões étnico-raciais refletidas nas relações de identidade apresentadas, diante das quais nos questionamos sobre como estas obras pautam tais relações do ponto de vista de um recentramento ôntico do negro, em que ele não mais se faça objeto, mas sujeito da sua própria história. Portanto, nos propomos a analisá-las comparativamente, constatando nos seus respectivos discursos de viés memorialístico os temas da identidade, da memória e da resistência, evidenciados nas falas e nas ações das suas personagens.

As autoras das obras em estudo possuem caminhos semelhantes em suas escritas. Conceição Evaristo possui uma obra composta por poesia, romances e contos tendo sua estreia no mercado editorial em 1990 nos *Cadernos Negros*, seguidas pelas publicações dos romances *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da Memória* (2006) e do livro de poesia *Poemas de recordação e outros movimentos* (2008). *Ponciá Vicêncio* foi a obra mais festejada pela crítica literária sendo em 2007 lançado em New York, em versão inglesa, tornando a referida autora a segunda escritora afro-brasileira a publicar no exterior. (LIMA, 2009)

Geni Guimarães estreou como escritora em 1979 com a publicação do livro de poemas *Terceiro Filho*. A Fundação Nestlé de Cultura “reconhecendo o valor do meu trabalho, da minha atuação na Bienal, publicou meu livro *Leite do Peito – contos*” (GUIMARÃES, 1998, p. 94). A primeira versão de *Leite do Peito* deu origem ao livro infanto-juvenil em estudo, *A cor da Ternura*, o qual proporcionou à escritora o Prêmio Adolfo Aisen em 1992 pela Academia Brasileira de Letras, tendo já recebido o Prêmio Jabuti em 1990. Geni Guimarães é autora de palestras sobre a literatura afro-brasileira e o preconceito racial em capitais brasileiras e também no exterior, a saber, Suíça, Alemanha e Áustria. (LIMA, 2009)

Em seus discursos, tanto Conceição Evaristo quanto a autora de *A cor da Ternura*, afirmam-se comprometidas com a escrita sobre o negro em seus diversos dilemas numa vivência social e psicológica. Para a autora de *Ponciá Vicêncio*: “É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, 2007, p. 16). Seja de uma forma ou de outra, assim como atesta Geni Guimarães (1998), o trabalho dos escritores voltados para a

comunidade negra torna-se mais definido por, dentre outros pontos, motivos de identidade.

E são sobre essas questões que num primeiro momento abordaremos a questão da identidade e seus corolários, quais sejam: o sentimento de pertença étnica, a rejeição e a inclusão/exclusão social presentes em ambas as narrativas, tomando como suporte teórico os estudos de Giddens (2002); Landowski (2002); Nascimento (2003); Bauman (2005); Hall (2006/2013); Castells (2010); Gilroy (2012) e Tadeu da Silva (2012). Quanto à escrita de autores dedicados aos estudos das questões sobre o negro, à exaltação das questões identitárias por ela suscitadas e à constatação daqueles que reconhecem o preconceito e o racismo presentes em nossa sociedade, servimo-nos dos escritos de autores como Cuti (2010) e Liebig (2010).

Em seguida, voltando-nos para o tema da memória e seus desdobramentos (memória coletiva, memória individual), servimo-nos dos pressupostos de Halbwachs (1990); da relação com o passado, presente, e constituição da identidade, recorreremos a Silverstone (1999) e Candau (2012). A constituição de como a memória se traduz a partir do passado e se configura no presente será baseada nas teorias de Seligmann-Silva (2005); Deleuze (2006); Santo Agostinho (2011); Venâncio Filho (2000) e outros.

No terceiro capítulo, destacamos o conflito sofrido pelo negro ao ter que conviver com as tensões presentes em seu ego ocasionadas pelo Ideal de Ego branco a ele imposto (SOUZA, 1983; COSTA, 1986). Nele apontamos alguns dos mecanismos de defesa utilizados pelas protagonistas como resistência diante da discriminação proveniente do preconceito que as vitimizam.

Como as duas obras abordam primordialmente uma vida constituída por desafios impostos às protagonistas devido a esse preconceito sofrido, dedicaremos um capítulo à resistência desenvolvida principalmente por elas como uma forma de defesa à condição de ser negro numa sociedade discriminatória. Para tanto, utilizaremos primordialmente os conceitos sobre os mecanismos de defesa, suscitados pelas personagens, através dos estudos iniciados por Sigmund Freud (1893-1899) e posteriormente desenvolvidos por Anna Freud (1974). Reportamo-nos ainda aos estudos de Bergeret (1983).

O quarto capítulo analisa o *corpus* de um ponto de vista comparatista, em que o livro infanto-juvenil de Geni Guimarães é cotejado com o romance de Conceição

Evaristo sob o prisma da convergência de concepções que, tendo como fio condutor a memória das protagonistas, revela aproximações de uma resistência determinante para a afirmação da sua identidade.

Desta forma, esperamos despertar novas discussões acadêmicas que venham a contribuir para uma releitura das complexas relações étnico-raciais no Brasil, para o estabelecimento de um cânone literário negro-brasileiro ou até mesmo para uma revisão da nossa cultura como um todo.

2 IDENTIDADE NA PÓS-MODERNIDADE

Diante das novas relações sociais, políticas e culturais advindas de um mundo globalizado, torna-se pertinente nos dias atuais, refletirmos sobre a constituição da identidade nas sociedades pertencentes a uma época chamada de pós-moderna, pós-industrial ou ainda, como preferem alguns autores, de “modernidade tardia”¹.

Ao discorrermos sobre a temática da identidade, atentamos para as relações de poder que a envolvem, uma vez que estando vinculadas aos aspectos étnico-raciais, tanto produzem identidades sociais fortalecedoras do *status quo*, quanto formam novas identidades que podem modificá-lo. Esses aspectos, inerentes a uma dinâmica de constituição das relações identitárias entre os indivíduos em sociedade, delimitam as forças propulsoras determinantes da constituição das identidades coletivas e individuais no mundo atual.

Referente à constituição da identidade coletiva, em Castells (2010) encontramos a definição de três tipos de identidade que se inter-relacionam: identidade legitimadora, correspondente às instituições dominantes da sociedade, e por isso impõe o estado de dominação aos indivíduos; identidade de resistência, advinda das classes dominadas e inferiorizadas que tentam resistir à dominação imposta pela identidade legitimadora, não cedendo aos seus princípios ou opondo-se a ela; e a identidade de projeto, responsável pela construção de novas identidades em sujeitos que podem estabelecer outra posição em sociedade, de acordo com aquilo que se projetou, transformando assim toda a estrutura social.

Cada forma e construção de identidade proposta por Castells (2010) trabalha em favor da constituição de interesses próprios e, portanto, estabelece as relações de poder² que envolvem a sua composição. O entrelaçamento entre essas formas identitárias existe no sentido das identidades de resistência poderem evoluir para as de projeto e estas, por sua vez, poderem se tornar legitimadoras. Portanto, o que

¹ O termo modernidade tardia encontrado na obra *Modernidade e Identidade* de Anthony Giddens (2002), também chamado de “alta modernidade” introjeta riscos a outras gerações que não a enfrentaram. Segundo Giddens, “[...] a modernidade tardia produz uma situação em que a humanidade em alguns aspectos se torna um “nós”, enfrentando problemas e oportunidades onde não há “outros””. (GIDDENS, 2002, p. 32).

² Mais adiante explanaremos a expressão “relações de poder” associando-a à concepção de Foucault (2010) sobre esse assunto.

ocorre é uma espécie de circularidade quanto às identidades criadas, mediante os interesses coletivos e as identificações, seja dos dominados ou dos dominantes, os quais podem inverter papéis segundo a relação de poder promovida por cada uma em sociedade num determinado contexto histórico. Por isso, o referido autor afirma:

De fato, a dinâmica de identidades ao longo desta sequência evidencia que, do ponto de vista da teoria social, nenhuma identidade pode constituir uma essência, e nenhuma delas encerra, *per se*, valor progressista ou retrógrado se estiver fora de seu contexto histórico. (CASTELLS, 2010, p. 24)

Ressaltamos aqui a importância da identidade de resistência, uma vez que ela é a responsável pela criação de comunidades que se opõem a uma determinada dominação, dando origem “a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” (CASTELLS, 2010, p. 25). Impondo-se à dominação da legitimação, esse tipo de identidade resiste e nega a exclusão ditada pela classe dominante, mesmo que assim, como num efeito reverso, também promova a exclusão.

Ao discorrer sobre os espaços construídos dentro da cultura pós-moderna, principalmente pelos que estão à margem da sociedade, Hall (2013, p. 376) propõe:

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.

Assim, a marginalidade relegada aos negros passa a ser contestada através de políticas culturais da diferença que reforçam a luta contra a dominação e, conseqüentemente, a opressão existente desde a colonização, como assim afirma Bhabha (1998, p. 72) “A luta contra opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua idéia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado.”. São proposições condizentes com a formação de identidades resistentes à legitimação dominante, como apontamos anteriormente através das ideias de Castells (2010).

Desta forma, são essas formas identitárias encontradas nas obras tomadas para este estudo que nos interessam. Apontamo-las através da sua manifestação tanto individual - verificada por meio das protagonistas - quanto coletiva,

apresentada por meio de outras personagens que ressaltam a construção da identidade, permeada pela resistência da comunidade negra.

Em *A cor da ternura* assim como em *Ponciá Vicêncio*, toda a história gira em torno das protagonistas, o que justifica a centralidade de um “eu” para o desenvolvimento dos fatos e representação das identidades individuais e coletivas. As duas personagens femininas seguem um percurso semelhante quanto às provações por que passam por pertencerem à comunidade negra e serem de origem pobre, por isso, as narrativas apresentam formas de resistência coletiva desenvolvidas primordialmente por Geni e Ponciá tais quais são apontadas por Castells (2010).

O livro³ de Geni Guimarães é composto por dez contos que nos são apresentados através de ações que seguem um tempo cronológico no qual a autora/narradora por meio de memórias autobiográficas narra a descoberta do preconceito sofrido não apenas referente à sua cor, mas também aos traços fenotípicos dos negros.

A revelação das implicações sucedidas por esses preconceitos faz com que Geni, em certo momento da narrativa, por não se identificar com o relato feito por sua professora sobre a libertação dos escravos: “Escravos eram negros que vinham da África. Aqui eram forçados a trabalhar, e pelos serviços prestados nada recebiam. Eram amarrados nos troncos e espancados às vezes até a morte.” (GUIMARÃES, 1998, p. 65), sente-se envergonhada por ser negra e pertencer a uma comunidade digna de compaixão: “Por isso é que eu tinha medo de tudo. O filho puxa o pai, que puxa o avô, que puxou o pai dele, que puxou... E eu conseqüentemente ali, idiota fazendo parte da linha.” (GUIMARÃES, 1998, p. 67).

A negação inicial quanto a sua identidade se converte mais tarde em aceitação, ou melhor, em assumir uma identidade revestida pelo caráter de luta por seu povo, caracterizando assim, uma forma de resistência individual desenvolvida em prol de uma coletividade: “Foi quando, com nitidez nunca sentida, entendi tudo o que meu pai me ensinara, nas suas palavras curtas, nas suas parábolas decifradas na cartilha da existência.” (GUIMARÃES, 1998, 92-93).

³ Como podemos constatar nos estudos de Lima (2009), *A cor da ternura* é um livro pertencente à literatura infanto-juvenil que dialoga com a obra *Leite do Peito* categorizada como Conto e publicada em 2001. As duas obras possuem quase o mesmo número e disposição entre os seus contos. *A cor da ternura* possui dez contos e *Leite do Peito*, onze; cinco desses contos possuem o mesmo título e seguem quase a mesma sequência.

Em *Ponciá Vicêncio*, a protagonista, ao viver os limites e tensões de tempo e espaço, decide deixar o seu povoado para tentar ascender socialmente. Para Ponciá a vida na roça se mostra improdutiva. O testemunho do trabalho dos negros nas “terras dos brancos” sem a justa recompensa por suas atividades, a impele a procurar por melhores condições de sobrevivência: “Ela acreditava que podia traçar outros caminhos, inventar uma vida nova. E avançando sobre o futuro, Ponciá partiu no trem do outro dia, pois tão cedo a máquina não voltaria ao povoado.” (EVARISTO, 2003, p. 33).

A partida de Ponciá impulsiona a saída do seu irmão da roça. A aspiração de Luandi em tornar-se soldado serve-nos de exemplo de uma forma de identidade de resistência contra a imposição da legitimação ditada pelos que estão no poder, uma vez que sendo soldado, ele poderia se impor à exclusão. O poder de mando desejado o faz inclusive imaginar uma guerra entre brancos e negros: “Se tivesse uma guerra dessas, de que lado ficaria? Ah! Só se fosse uma guerra dos bons contra os maus! Assim dava certo. Ele ficaria do lado dos bons, bateria nos maus, prenderia os perversos.” (EVARISTO, 2003, p. 80).

Perante esse contexto, os tipos de identidade apontados por Castells (2010), presentes nas obras estudadas, estão inter-relacionados às novas formas de organização das relações sociais existentes na modernidade e que se desenvolvem segundo a diversidade social, política e cultural do mundo atual, arrefecendo a problemática da identidade *per si*.

Mesmo diante das adversidades e dificuldades a que os negros estão expostos, estes não aceitando essa condição, buscam formas de inserir-se socialmente. Para tanto, aqueles que pertencem ao mesmo grupo, ou possuem interesses igualitários, unem-se em favor de um objetivo comum, e em coletividade constroem identidades de resistência contra a legitimação da dominação das classes hegemônicas.

Na afirmação: “o mundo é diverso e policultural”, Bauman (2005, p. 17) observa que as identidades, sendo coletivas - como as indicadas por Castells (2010) - ou individuais, apresentam-se gradativamente mais diversificadas e fluidas, geradoras de conflitos interpessoais.

Por isso, as novas relações sociais, apresentadas pela constituição de uma era dominada pelos efeitos da globalização, podem ser condicionantes de um estado conflituoso entre os grupos e os indivíduos na formação de suas identidades

devido às novas formas de relações existentes, e por vezes exigidas. Ao desafiar os limites espaços-temporais, o fenômeno da globalização ainda causa um sentimento contraditório prefigurando-se na presença da ideia de uma unidade em meio à heterogeneidade.

Conforme Giddens (2002) trata-se de um mundo criado com novas formas de fragmentação e dispersão. Assim, confirmamos a existência de uma relação paradoxal num espaço determinado pelas forças globalizantes, que exercem nos indivíduos cada vez mais a instabilidade quanto à delimitação de um tempo e espaço, sejam estes concretos ou subjetivos, impostos no âmbito da coletividade ou da individualidade.

Para os negros esses conflitos se apresentam com mais intensidade, pois a conquista por espaços – e este problema torna-se mais evidente após a abolição - apresenta-se como uma forma de disputa. Ambas as obras em estudo apresentam a atividade do trabalho relacionada ao cultivo da terra. Em *A cor da ternura* esse fato se evidencia pelo trabalho na lavoura da fazenda onde a autora/narradora e a sua família moram: “Meu pai chegou do trabalho na lavoura, tirou do ombro o bernal com a garrafa de café vazia e sentou-se num degrau da escada da porta da cozinha.” (GUIMARÃES, 1998, p. 70).

Em *Ponciá Vicêncio* a relação existente entre as personagens e a terra dá-se de uma forma bastante significativa. Além de surgir como um vínculo entre a família Vicêncio e a sua origem identitária, observamos na narrativa como é da terra, apesar da desigualdade quanto ao trabalho e o retorno financeiro, que aprovisiona o sustento para se viver:

Atravessou as terras dos brancos, viam-se terrenos e terrenos de lavouras erguidas pelos homens que ali trabalhavam longe de suas famílias. [...] Atravessou, depois, a terra dos negros e apesar dos esforços das mulheres e dos filhos pequenos que ficavam com elas, a roça ali era bem menor e o produto final ainda deveria ser dividido com o coronel. (EVARISTO, 2003, p. 48)

A labuta diária na terra, em que o trabalho dos negros é utilizado para o enriquecimento dos coronéis, sugere uma reflexão sobre como o antigo sistema de colonização parece se estender mesmo após a abolição escravista. Verificamos no trecho da obra acima como os negros, apesar de livres, vivem numa espécie de escravidão velada, baseada na exploração dos brancos para o cultivo de suas

terras. A prisão antes imposta por um sistema, agora perdura através do único ofício ao qual o negro enquanto escravo havia sido qualificado para desenvolver.

Diante dessa contradição, refletimos tanto antes como agora sobre o visível abuso do trabalho do negro; sobre como o morar e cultivar a terra se relacionam numa dinâmica que se constitui pela força dos dominantes aos dominados. A esse respeito, Alfredo Bosi (2010, p. 12) considera: “E, a rigor, o que diferencia o habitar e o cultivar do colonizar? Em princípio, o deslocamento que os agentes sociais fazem do seu mundo de vida para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer lavrar o solo alheio.”.

Desta forma, em *Ponciá Vicêncio* os negros em sua relação de trabalho oscilam entre o seu “habitar/cultivar” a terra e o “colonizar”. Podemos entender através dessa relação, um processo de colonização ocasionado tanto pelos negros, tendo em vista que as suas famílias moram e povoam o território, quanto pelos os brancos, que por meio das suas relações de poder tornam-se os responsáveis por esse fato à medida que exploram o trabalho da população negra:

No tempo do fato acontecido, como sempre os homens e muitas mulheres trabalhavam na terra. O canavial crescia dando prosperidade ao dono. Os engenhos de açúcar enriqueciam e fortaleciam o senhor. Sangue e garapa podiam ser um líquido só. (EVARISTO, 2003, p. 51)

Por viverem nesse mundo diverso, a instituição desse dilema gera, naqueles que anseiam por uma unidade dentro da diversidade, - que parece reportar aos tempos de colonização em meio à plena modernidade - o crescente desejo de um estado de segurança dado pelo encontro de uma identidade coerente com as novas exigências das relações sociais estabelecidas.

Segundo Bauman, esse desejo de segurança seria um “sentimento ambíguo”. Essa ambiguidade se constitui na sensação de instabilidade, portadora de seus ônus e bônus, pois a ideia de uma fixidez no mundo que se manifesta sob os ditames de uma “liberdade” pode se tornar indesejável e incoerente:

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, um lugar teimosamente, perturbadoramente “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, “estar fixo” -

ser “identificado” de modo inflexível e sem alternativa - é algo cada vez mais malvisto. (BAUMAN, 2005, p. 35)

Ao mesmo passo que se deseja buscar alternativas e caminhos para a constituição ou afirmação identitária, teme-se esse novo empreendimento no sentido dele ocasionar insegurança para aquele que atende o almejado livre-arbítrio presente nos dias atuais. Assim, faz-se como exigência da sociedade atual a flexibilidade, de certa forma a instabilidade, dos indivíduos, fato que demonstra que as identidades também não se apresentam de uma única forma e não se situam em um mesmo lugar, mas em vários lugares.

O advento da modernidade trouxe consigo a globalização e os seus efeitos. Antes, as identidades coletivas em grande parte se sujeitavam à autonomia de um estado-nação, que devido a sua organização enquanto instituição tinha resguardado o seu poder sócio-político-cultural, responsável pelo estabelecimento de uma identidade nacional infringida pelo surgimento de um mundo moderno. A partir de então, ocorreu o fim do nacionalismo, dado devido às seguintes causas apontadas por Castells (2010, p. 44): “a globalização da economia e a internacionalização das instituições políticas; o universalismo de uma cultura compartilhada; e os ataques desfechados por acadêmicos contra o conceito de nações”.

Precedente ao fim do nacionalismo, as noções de tempo-espço dadas aos indivíduos se apresentavam mais estáveis quanto à representação de lugar. A chegada da globalização descentralizou a autonomia identitária proporcionada pelo estado-nação e, conseqüentemente, houve uma desregulamentação quanto a estas noções, sejam elas concretas ou subjetivas. Esse fato ocasionou, principalmente, a afirmação de uma individualidade para o estabelecimento das suas identidades, numa crescente busca pela segurança sobre si mesmo. Na falta de uma segurança dada pelo mundo exterior, por uma instituição, - tendo em vista que em tempos globalizados não existe apenas uma instituição - coube à organização do mundo interior a responsabilidade maior pelo estado de segurança do indivíduo.

Assim, uma das formas de constituição da identidade surge da necessidade do indivíduo de se posicionar em relação a um tempo e espaço, que implica alterações em sua constituição identitária de acordo com as mudanças na organização do mundo exterior repercutindo em seu mundo interior, ocasionando um desejo de segurança. Esse desejo que se manifesta individualmente vincula-se a

sentimentos de confiança empreendidos pelo indivíduo numa relação reflexiva entre si e o outro.

É desta forma, que Ponciá ao chegar à cidade grande, deslocada do seu lugar de origem, e após dormir na porta da igreja juntamente com “mendigos, crianças, mulheres e homens” (EVARISTO, 2003, p. 40), e de com eles compartilhar a pobreza, a fome e o descaso social perante aquela situação, que contrasta com “o chão liso, brilhante, quase escorregadio da igreja.” (EVARISTO, 2003, p. 40), pede ajuda a uma mulher em quem confia por ela parecer com sua mãe:

Escolheu uma mulher de certa idade, que se parecia com sua mãe, para poder exercitar o treino de abordagem para pedir trabalho. A pedinte olhou para Ponciá e sorriu, dizendo que não tinha trabalho nenhum para oferecer a moça, mas, se quisesse, poderiam pedir esmolas juntas. (EVARISTO, 2003, p. 42)

Essa identificação decorre do sentimento de segurança advindo daqueles que estando em comunidade partilham das mesmas dificuldades, e por isso estão dispostos a se ajudarem. Assemelha-se ao pensamento que surge a Geni quando reflete sobre aqueles partilharem das mesmas ideias por também serem negros: “É. E tinha mais ainda e, por sorte, todos da minha cor. Seriam votos a meu favor, certamente. Fora a Ana, que era branca, o João Cláudio...” (GUIMARÃES, 1998, p. 63).

Importante para a construção da identidade, a confiança depositada e esperada no outro, é chamada por Giddens (2002, p. 42) de “confiança básica”. Esta mantém relação com a “organização interpessoal do tempo e do espaço”, na qual a ideia da construção identitária existe, enquanto presença, na figura daqueles que cuidam do indivíduo, e enquanto ausência, na crença de que estes, mesmo estando ausentes, continuam a exercer essa função.

Como o tempo, o espaço e a organização pessoal sofrem interferência quanto aos efeitos da globalização. Esta se põe como um fator que promove, além do sentimento de insegurança e falta de solidez, “à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais “à distância” com contextualidades locais.” (GIDDENS, 2002, p. 27), fato que contribui para o engendramento da falta de segurança e instabilidade nos indivíduos.

Segundo Bauman (2005), antes do surgimento desse fenômeno, o que se estabeleceu como identidade nacional para os indivíduos modernos, que tinham por

objetivo “o direito monopolista de traçar a fronteira entre “nós” e “eles”” constituía-se como uma crise advinda do sentimento de pertencimento a um determinado lugar. Desta forma, sobrepondo-se às demais identidades, a identidade nacional proporcionava uma segurança com relação à identidade, pelo menos no que se refere às identidades coletivas.

Enfatizamos o fato de que, atualmente, as identidades antes provenientes ou centradas em um “nós”, diante às novas relações impostas, voltam-se para um “eu”. Assim, as identidades coletivas perdem espaço para as individuais, que não deixam de conter as mesmas dificuldades destas, mas que acabam por tornar cada indivíduo mais solitário em sua empreitada para a sua constituição identitária.

O estado de identificação aqui exposto, envolve questões que dizem respeito ao próprio indivíduo, deste com outros de igual identificação, assim como a relação com outros que possam não se identificar com a mesma causa, semelhante ao chamado por Kracauer (1963, apud BAUMAN, 2005, p. 17) de “comunidades de vida e de destino”. Estas comunidades em algum momento podem se firmar mediante identificações afins e em dado outro momento podem chegar a se desfazer.

Portanto, existem aqueles unidos em prol de uma identificação comum, outros que se unem em comunidades por partilharem de ideias e princípios afins, os quais dependem do momento em comunidade compartilhado. Assim, afirmamos o caráter conflituoso constituinte da dinâmica das relações identitárias que abrangem a análise deste capítulo.

Ao suscitar paradoxos e enigmas, a temática da identidade nos dias atuais apresenta um caráter ambivalente, o qual pode exalar ares de opressão e liberdade. Esse fato nos impõe cada vez mais dificuldades em elaborarmos um conceito capaz de determinar a sua estabilidade, tendo em vista apresentar-se cada vez mais de forma fragmentária e flexível, características supervenientes das relações modernas regidas pela globalização, e por que não dizer apresentar-se de forma solúvel, para não fazer uso do termo “líquido”, repetidamente utilizado por Bauman (2005).

Por promover inseguranças e incertezas nos indivíduos, a identidade nos dias atuais modernidade tem sido associada aos efeitos de uma era pós-moderna envolta pelo sistema da globalização, apresentado cada vez mais em ritmo acelerado e, por conseguinte, desestabilizador de uma ordem do eu do sujeito. Dessa conjuntura nasce todo um processo que desunifica o indivíduo que se vê - ou não se vê - como parte de um sistema que evolui e se dissipa em alta velocidade.

Através desse parâmetro, refletimos sobre como se expõe os sentimentos de pertencimento e identidade para o sujeito. Discorremos sobre como os efeitos da era globalizante afetam esses sentimentos no indivíduo, seja ele concreto ou subjetivo, tendo em vista a globalização desafiar os limites espaço-temporais. Ao discorrer sobre esse fato, Bauman (2005, p. 17-18) afirma:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa.

A ideia de identidade enquanto crise de pertencimento não abarca apenas ao que corresponde aos limites territoriais, associado ao que entendemos por concreto. Semelhante à crise estabelecida nos indivíduos em seu pertencer a determinado lugar, a crise atual vivida pelos indivíduos estabelece-se cada vez mais quanto ao sentimento de pertencimento do ser enquanto ser, daí o seu caráter subjetivo; um estado que envolve uma questão mais íntima e interior.

É o que constatamos em *A cor da ternura* quando Geni em determinado momento nega a cor da sua pele, e depois, além de assumir-se como negra, afirma a sua militância em prol da sua comunidade, assim como em *Ponciá Vicêncio*, quando a protagonista descobre que é no lugar onde nascera, na proximidade com os seus, que ela reencontrará a sua identidade perdida; ou quando Luandi compreende que a realização do seu desejo só seria justificada se fosse para contribuir com a luta do seu povo.

Por meio dessa conjuntura, no contexto atual, a constituição identitária, seja coletiva ou individual, exige que se forje uma nova cultura e identidade, a qual pode não ser a de sua de origem, mas também não é pura e simplesmente a que se apresenta. É antes uma mistura, um sincretismo do que um dia foi seu e do que agora lhe é dado. Assim, as identidades das quais este estudo primordialmente se encarrega relacionam-se intimamente na disputa para as suas respectivas construções, as quais nos servem de base para o próximo subtítulo.

2.1. Identidade afrodescendente: a afirmação da identidade negra

Aos nos dedicarmos especificamente aos estudos da constituição da identidade negra, não temos como dissociá-la da crise de pertencimento pela qual passam os indivíduos assumidamente pertencentes a essa comunidade. Dentre outros fatores, essa crise é evidenciada nos negros e seus descendentes pelo seu forçado deslocamento e exploração sofrida desde a escravidão pela diáspora. Ainda nos dias atuais, a crise vivida por essa comunidade abarca constantes preconceitos e discriminações apresentadas como uma herança amarga que acumula marcas, contra as quais se exigem resistência e militância.

Ao nos basearmos no panorama da escravidão no Brasil, no qual os negros surgem como vítimas de um sistema criado para favorecer as classes dominantes e em cujo contexto predominava a primitiva lei da força⁴, nós os observamos como participantes de um processo que se baseou principalmente nas relações de poder, as quais foram constituídas por um sistema político-econômico criado para fortalecer àqueles que se punham no topo das relações comerciais, e assim se serviam dos inferiorizados para a efetivação de um sistema opressor.

Reconhecemos as novas relações apresentadas como não muito diferentes das relações desse passado, ressurgido na medida em que testemunhamos a constante inferiorização dos afrodescendentes, os quais se constituindo em comunidades, partilham de identidades afins e batalham pela efetiva constituição dos direitos conquistados através de muita luta contra as forças opressoras.

A questão da identidade da comunidade negra e os seus questionamentos sobre a inconstância do seu identificar-se – seja a sua posição, coletiva ou individual, fundada na base das suas relações sociais, políticas e econômicas – surge, primordialmente, através da relação existente entre o opressor e o oprimido. — Como conseguir estabelecer uma identificação, tendo em vista a dependência da sua estabilidade enquanto pessoa, a aspectos sócio-políticos determinantes da organização social da comunidade a que pertencem, e que acima de tudo negam posições sócio-políticas e culturais a um grupo oprimido ao longo da história e que por isso foi tido como inferior?

⁴ A expressão lei da força é encontrada no livro *Sujeição das mulheres*, de Stuart Mill (2006) e aqui foi utilizada em comparação à força imposta pelo dito mais forte contra o mais fraco.

Os problemas quanto à identidade negra se constituem principalmente por essa opressão determinante da posição que lhe foi assinalada. Mais do que qualquer outro, o negro e os seus descendentes sentem na pele as marcas da espoliação perpetuada, mesmo após tantas lutas e, conseqüentemente, conquistas e direitos adquiridos nos últimos tempos.

Situando-nos no contexto sócio-político atual, propomos uma reflexão sobre os efeitos das relações pós-modernas para a constituição da identidade negra, a qual desde a abolição nos é apresentada como uma problemática, uma vez que esse ato, consentido por questões de insustentabilidade e/ou tentativa de sustentabilidade política de determinado sistema, ainda não efetivou, nem garantiu a inserção dos negros como cidadãos autônomos e atuantes em sociedade.

A garantia dos seus direitos permanece como uma constante busca constituída por uma efetiva militância no seu processo de formação, construção e reconstrução identitária. A reivindicação da inserção dos negros e dos seus descendentes nas diversas esferas sociais funciona como uma possibilidade de aquisição do sentimento de pertença ao lugar que ocupam, pois não sendo propriamente o de sua origem, a crise de pertencimento torna-se iminente. O estado de diáspora sofrida pela comunidade negra põe em confronto os costumes, a cultura e a religião suprimidos em favor dos de outrem.

Assim, questionamos a relação entre esse sentimento de pertença do negro brasileiro, no que se refere ao lugar social ocupado, e também quanto ao seu autorreconhecimento como pertencente a um determinado grupo, a sua inserção social enquanto sujeito, fatores determinantes para a constituição da sua identidade.

Propondo a afirmação, busca e assunção da identidade negra, além de políticas que promovem o sentimento de pertença, a literatura afro-brasileira surge como uma criação de um grupo caracterizado pela afirmação e reconhecimento de pertencer a uma determinada população. Para tanto, usa a arte da palavra para militar em defesa dos seus direitos, expondo através dela diversos conflitos, sejam sociais ou psicológicos, sofridos por seus antecedentes e transferidos, muitas vezes de forma velada, para seus descendentes.

O crítico literário Cuti (2010, p. 25), ao discutir sobre como surgiu a literatura afro-brasileira - para ele "negro-brasileira" como já explicitamos -, afirma que os autores "negro-brasileiros" ao representarem o negro, o fazem diferentemente de autores brancos porque fazem "do próprio preconceito e da discriminação racial

temas de suas obras, apontando-lhes as contradições e as consequências.”. Segundo o autor, falta aos autores brancos, ao trabalharem com as questões do preconceito e da discriminação racial, a aproximação entre o sujeito e o seu objeto, ou seja, falta-lhes a vivência que lhes daria a propriedade para abordar o assunto sob o ponto de vista daquele que sente *per si* as causas e os efeitos do preconceito e, conseqüentemente, da discriminação.

As obras aqui em estudo pertencem a duas escritoras que fazem parte deste grupo, assumem a sua identidade, e através dos seus trabalhos problematizam, dentre outras questões, a identidade, a memória e o gênero do negro. A representação do negro nessas duas autoras dá-se pela problematização das questões raciais geradoras da discriminação enquanto prática do preconceito⁵ em cujas obras o negro surge como um sujeito ativo, que não se resigna diante à condição de subalternidade imposta, diferentemente da representação do negro feita pelo cânone literário, que comumente se dá sob o viés da comiseração e muitas vezes da passividade diante das atrocidades sofridas.

As obras pertencentes à literatura dedicada aos problemas supracitados referentes ao negro apresentam as questões que o envolvem de forma diferente. Ao desenvolvermos o estudo das obras de Geni Guimarães e Conceição Evaristo, observamos através das protagonistas Geni e Ponciá, a representação de sujeitos ativos da sua história, resistentes às adversidades advindas principalmente do racismo e/ou discriminação racial, e sem se resignarem, lutam contra tal situação.

Em *A cor da ternura*, no conto “Tempos escolares”, no relato das primeiras experiências da personagem com a escola, Geni já demonstra inconformismo diante das recomendações da mãe quanto a sua aparência e comportamento no seu primeiro dia de aula, os quais poderiam ser repudiados por ela ser negra:

- Se a gente for de qualquer jeito, a professora faz o quê? — perguntei.
- Põe de castigo em cima de dois grãos de milho — respondeu-me ela.
- Mas a Janete do seu Cardoso vai de ramela no olho e até muco no nariz e...
- Mas a Janete é branca — respondeu minha mãe, antes que eu completasse a frase. (GUIMARÃES, 1998, p. 48)

⁵ De acordo com Ferreira (2004), a discriminação de cor advém do preconceito racial, concebido como um julgamento de valor que se constrói culturalmente e se desenvolve miticamente através da socialização.

O discurso da mãe de Geni corresponde ao que Fanon (2008), ao discorrer sobre o comportamento do negro antilhano diante da sua negrura, considera a esse respeito de como este, para não sofrer discriminações, tenta encaixar-se no mundo do branco: “Pó-de-arroz por todo o corpo.” (GUIMARÃES, 1998, p. 52), pois:

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento de terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas. (FANON, 2008, p. 104)

Assim, a progenitora da autora/narradora aparece como representação de uma população negra considerada por si mesma como incapaz de questionar as imposições da sociedade dominada pelo branco: “— Não briga com o Flávio no caminho que depois o pai dele conta pro Mariano. A corda rebenta do lado mais fraco e seu pai não gosta de ser chamado à atenção.” (GUIMARÃES, 1998, p. 52). Em oposição, Geni aparece como representante de uma consciência negra que, tornando-se ciente das condições impostas ao de seu grupo social, sai em busca não só de respostas, mas de uma efetiva reação contra a opressão e o preconceito presentes em expressões do tipo: “Eu era negra... a Janete branca...” (GUIMARÃES, p. 10, 1998).

No primeiro conto da obra, intitulado de “Primeiras lembranças”, Geni, numa espécie de consciência pueril, mas reveladora do preconceito sofrido por sua gente, questiona a mãe: “— Mãe, se chover água de Deus, será que sai a minha tinta?” (GUIMARÃES, p. 10, 1998), e esta lhe responde:

— Credo-em-cruz! Tinta de gente não sai. Se saísse, mas se saísse mesmo, sabe o que ia acontecer? — Pegou-me e, fazendo cócegas na barriga, foi dizendo: — Você ficava branca e eu preta, você ficava branca e eu preta, você branca e eu preta... (GUIMARÃES, 1998, p. 10).

Semelhante à já embrionária consciência da autora/narradora Geni sobre as dificuldades a serem enfrentadas devido a sua cor, em *Ponciá Vicêncio*, a protagonista homônima demonstra desinteresse pela vida à medida que abandona a vida presente pela vivência do passado, constatada por sua identidade fraturada devido à consciência do flagelo também sofrido devido ao preconceito. Assim,

Ponciá Vicêncio não queria mais nada com a vida que lhe era apresentada. Ficava olhando sempre um outro lugar de outras vivências. Pouco se dava se fazia sol ou se chovia. Quem era ela? Não sabia dizer. Ficava feliz e ansiosa pelos momentos de sua auto-ausência. (EVARISTO, 2003, p. 90)

A consciência de pertencer a um grupo discriminado e inferiorizado torna-se evidente nas duas obras. As personagens utilizadas como foco principal deste estudo demonstram os dilemas pelos quais passam devido ao grupo ao qual pertencem, sua cor e traços fenotípicos. Nas suas respectivas trajetórias, ambas seguem percursos semelhantes em finalidades e desejos individuais, e representam uma coletividade ao buscarem o seu estar no mundo. Conscientes das adversidades a serem superadas, demonstram coragem e resistência para enfrentá-las.

Voltando à relação existente entre identidade e modernidade já abordadas, observamos como os efeitos da modernidade, como aponta Giddens (2002), interferem na constituição do “eu” e sua segurança ontológica, processos fundamentais à identidade dos indivíduos. O racismo e/ou a discriminação racial no Brasil, apesar da instituição do mito da democracia racial, existe e se concretiza nos dias atuais originando conflitos no “eu” do sujeito de cor negra e, por conseguinte, na construção da identidade negra, que se pauta na diferença estabelecida entre o branco e o negro.

Para Woodward (2012, p. 13) a identidade é “relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades”. Assim, esse processo relacional existente para a constituição da identidade, marca fundamentalmente as conflituosas relações sociais que abarcam as relações entre aqueles tidos como brancos e os tidos como negros, desde a escravidão até os dias atuais.

De acordo com Tadeu da Silva (2012, p. 76) na base das “criações sociais e culturais” se pautam a diferença e a identidade, e para a constituição desta faz-se necessária a presença daquela, uma vez que a identidade determina-se pelo que não é, portanto, pela diferença.

Interessante ainda é ressaltarmos as relações de poder que envolvem a afirmação da identidade e a enunciação da diferença:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (TADEU DA SILVA, 2012, p. 81)

Tais relações de poder promovem a imposição da identidade aos inferiorizados e oprimidos. Os negros e seus descendentes são um exemplo de uma classe inferiorizada e, portanto, vítima dessas relações. Sendo assim, o questionamento gira em torno de como elas surgiram, de como se estabeleceu essa imposição, aspectos que remetem a uma reflexão sobre como se desenvolveram os contextos sócio-políticos e econômicos até como estes se apresentam atualmente.

Nesse sentido, podemos nos servir das considerações de Foucault (2010) no que concerne às relações de poder. Segundo ele, o poder não existe, mas funciona independente dos indivíduos. Desta forma, tais relações através dos seus mecanismos atuam como uma força coagindo, disciplinando e controlando todos os indivíduos, marcas da relação existente entre a identidade e a diferença pautadas por Tadeu da Silva (2012).

A afirmação da não existência do poder para Foucault não apaga a sua repressão, a sua força, mas contrariamente, não exclui a sua produção do discurso, do saber, do prazer, e por isso tem como função maior a criação e construção social superando a ideia negativa que recai sobre ele:

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao saber, forma prazer, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2010, p. 08)

Outro fator que possibilita a investidura da afirmação sobre a existência do poder se baseia no fato de que, segundo Foucault (2010) se ele realmente existisse dispensaria a comum vigilância imposta por parte daqueles que dizem possuí-lo. Ao adequarmos essa discussão ao nosso contexto, podemos afirmar que essa vigilância - ação asseguradora do poder - atua de forma coerciva, como por exemplo, na época da escravidão, para manterem os escravos sob o seu poder os senhores utilizavam-se dessa vigilância revestida pela força brutal para mantê-los sob as suas ordens.

Desta forma, o poder concretizava-se através das punições, fato que põe em xeque a sua efetivação, pois se o mesmo estivesse consolidado, essas práticas não seriam necessárias. Paradoxalmente, Foucault (2010) afirma que, mesmo diante da lógica sobre a não existência do poder, é reconhecível sua atuação na base das suas relações. Assim,

[...] seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado, e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 2010, p. 45)

Portanto, podia-se encontrar na base das relações entre senhores e escravos o poder em ambos os lados, assim como, atualmente verificamos tais relações entre os diversos grupos sociais. Porém, o que parece faltar, e assim é designado o poder para um único lado, é a consciência de que o poder existente nessas relações pode ser utilizado independente da organização social dividida em classes, das instituições, enfim, do entendimento de que o poder se manifesta apenas de “cima para baixo”.

Identificamos fortemente essas relações de poder nas obras em estudo ao observamos como alguns negros, mesmo tendo a consciência da sua liberdade, ainda se mantêm obedientes à vontade e a disposição do branco, como se dele dependesse a sua sobrevivência. Tais relações não raramente são marcadas pela diferença instituída pelo branco ao submeter o negro, e por este, ao consentir sua submissão.

Desta forma, o que Foucault discute sobre essas relações de poder podem ser associadas à identidade que surge mediante a diferença que se estabelece na base dessas relações e que também aparecem interligadas à modernidade.

Para Giddens (2002, p. 13) “A modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização.”. Esta proposição corrobora as ideias supracitadas sobre as novas relações identitárias apresentadas. Certamente a modernidade promove a diferença e a exclusão, portanto, é natural notarmos a crise de pertencimento nos indivíduos à qual nos referimos. Tal crise atinge com mais intensidade aqueles que trazem a marca da opressão e da discriminação. Encaixe perfeito é a tela que se pinta a respeito da espoliação sofrida pelos negros. A partir dessa crise surge cada vez mais para estes e seus descendentes a questão da identidade, problematicamente difusa, e dependente do que o “Estado moderno” exige. (Bauman, 2005).

A respeito dessas “diferença, exclusão e marginalização” produzidas pela modernidade, conforme Paul Gilroy (2012, p. 310): “A subordinação racial é

essencial aos processos de desenvolvimento e progresso social e tecnológico conhecidos como modernização.”. Assim, quanto mais modernidade, existirá paradoxalmente, mais subordinação, marginalização e exclusão, que por sua vez motivarão movimentos de luta contra a esse impasse da era moderna.

Se a era moderna tinha como cerne o regime da escravidão, (as relações entre senhor e escravo, analisando aquele como “superior” a este) a era pós-moderna, ou o discutido sobre ela, diz respeito aos movimentos inversos - as movimentações, os combates e as lutas dos oprimidos – surgidos, dentre outras maneiras, através de discursos, estudos e trabalhos atuais, que funcionam como espaços contra a legitimação de contradições incididas na modernidade.

Sob o viés da diferença apresentada como marca para a comunidade negra, a sua premissa para a constituição da identidade surge como um processo empreendido numa relação de alteridade entre os sujeitos, que na base de suas dessemelhanças constroem a si mesmos. A esse respeito observamos a seguinte consideração:

Na realidade, as diferenças pertinentes, aquelas sobre cuja base se cristalizam os verdadeiros sentimentos identitários, nunca são inteiramente traçadas por antecipação: elas só existem na medida em que os sujeitos as constroem e sob a forma que eles lhes dão. (LANDOWSKI, 2002, p. 12)

Assim, a diferença da qual tratamos existe mediante a construção dos sujeitos ora agentes, ora pacientes em suas relações com o outro. É mediante tais considerações que entendemos o sentimento contraditório vivido por Geni. A autora/narradora oscila entre a forma como pensa ser vista, como realmente os outros a veem, e ainda como vê a si mesma. Desta forma, num momento específico da narrativa, através do discurso da professora, ela não se reconhece diante das características apresentadas sobre os negros:

— Hoje comemoramos a libertação dos escravos. Escravos eram negros que vinham da África. Aqui eram forçados a trabalhar, e pelos serviços prestados nada recebiam. Eram amarrados nos troncos e espancados às vezes até a morte. (GUIMARÃES, 1998, p. 65)

Neste momento, Geni tem sua identidade posta em xeque, tendo em vista o reflexo do outro sobre si mesmo não condizer com a conhecida história sobre o seu povo, representada pelo caráter da luta demonstrada conscientemente pelo negro, e

que reflete “resistência teimosa e muitas vezes silenciosa [...], travestida de uma falsa obediência ao branco” (EVARISTO, 2003, p. 124).

Ainda em *A cor da ternura*, a marca dessa diferença presente nas relações de alteridade pode ser percebida por passagens aparentemente simples, mas de grande significação, como por exemplo, quando Geni, em sua doce inocência, observa, no momento em que beija a professora na saída da escola, a cor da palma da sua mão limpando o rosto beijado:

Dona Odete, com as costas da mão, limpava a lambuzeira que eu, inadvertidamente, havia deixado em seu rosto. Pude ver então a sua mão, bem na palma. Era branca, branca. Parecia a asa da pomba que sempre pousava no telhado da casa da dona Neide do seu João Preto. (GUIMARÃES, 1998, p. 55)

A atitude da professora ao limpar o rosto beijado pela criança negra é mais uma representação em ação da diferença instaurada entre branco e o negro, que culmina com o destaque reiterado dado a cor da palma mão “branca, branca”. Suscitamos assim, a ideia da construção da identidade dada por meio do reflexo de si para com o outro defendido por Hall (2006) em seus estudos sobre cultura e identidade, ao afirmá-la como algo que não se acaba em si, porta-se como um processo constante, que surge de um preenchimento vindo do exterior pela forma como se pensa ser visto ou (ir)reconhecido pelo outro.

Diante desses ditames observamos como parte da sociedade não consolidou o reconhecimento do negro como um ser agente, capaz de viver em igualdade, e esse é um dos motivos da dificuldade deste em se firmar e afirmar a sua identidade.

Nas considerações de Landowski sobre a imbricação entre alteridade e identidade, encontramos também a afirmação de que esta é pautada nas relações com o outro. Assim, a forma como alguém se identifica ultrapassa os limites de autodefinição pautando-se em tais relações:

Com efeito, o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também pela maneira pela qual, transitivamente, objetivo a *alteridade do outro* atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele. (LANDOWSKI, 2002, p. 04)

Pertinente considerarmos, ainda de acordo com o pensamento do autor, sobre como a fundamentação da identidade no outro não deve apagar o

reconhecimento de si mesmo, uma vez que o outro é visto como tal tomando o “si mesmo” como ponto de partida. Por isso, o não abandono do si em nome do outro, torna-se necessário para que não haja renúncia da sua própria identidade. Desta forma é criada uma espécie de identidade de resistência, consciente da existência do outro sem a anulação de si mesmo, estabelecendo uma relação recíproca de respeito entre sujeitos autônomos, conscientes das diferenças e diversidades, que paradoxalmente se repelem e se atraem, no ato da construção de suas identidades.

Giddens (2002, p. 90) afirma que “a relação pura não pode existir sem elementos substanciais de reciprocidade”. O autor remete, portanto, à dependência do outro, tanto para a constituição da chamada relação pura, como da autoidentidade do indivíduo:

Numa relação pura, o indivíduo não só “reconhece o outro” e vê afirmada a sua auto-identidade nas respostas desse outro. Além disso, como decorrer dos pontos precedentes, a auto-identidade é negociada por processos associados de auto-exploração e de desenvolvimento da intimidade com o outro. (GIDDENS, 2002, p. 94)

Desta forma, são as forças centrífugas e centrípetas da sociedade moderna – às vezes atraentes e outras repelentes dos indivíduos no processo das suas relações - constituídas por identidades em constante transformação, que dentre outros fatores, impulsionam as ações de luta, geradoras da subversão da ordem numa tentativa de alcance de um sentimento de pertencimento e de reconhecimento recíproco do outro.

Tanto em *A cor da ternura* quanto em *Ponciá Vicêncio* evidenciamos a importância da relação com o outro para a construção das protagonistas. Essa relação se manifesta entre os seus familiares e pessoas do seu convívio comunitário, assim como com aqueles que surgem na vida social das personagens. Estas relações põem sempre em choque o preconceito sofrido pelas personagens e a constante luta travada contra a força propulsora em favor de um estado de resignação negado pelas protagonistas.

Geni Guimarães apresenta em toda a sua narrativa a presença do vínculo familiar constituído na base do amor entre pais, filhos, irmãos. A cumplicidade afetiva manifesta-se principalmente entre Geni e sua mãe, esta muitas vezes equiparada a terra, uma representação da segurança transmitida pelo amor materno: “[...] acalmei-me amparada pela certeza da sabedoria dela.” (GUIMARÃES,

1998, p. 76). É também nas conversas com a mãe que a narrativa problematiza as a identidade negra através de Geni.

A relação maternal entre Ponciá e a mãe, Maria Vicêncio, também dá-se através da forte ligação que existe entre as duas. Enquanto o pai e o irmão da protagonista iam trabalhar na “terra dos brancos”, as duas ficavam sozinhas, e dentre outras atividades, juntas construía a arte com o barro trazido do rio: “Quando a filha se foi, ela se sentiu meio aleijada. Foi como se tivesse perdido uma parte de seu corpo. A menina era sua filha mulher. Falavam, trabalhavam e cantavam juntas.” (EVARISTO, 2003, p. 77). No entanto, a identidade negra em Ponciá Vicêncio surge representada através da ligação existente entre Ponciá e seu avô. Em toda a narrativa somos lembrados do legado deixado por Vô Vicêncio à neta o qual pode ser constatado por meio das semelhanças de certas ações e comportamentos entre dois.

Voltando à afirmação sobre a identidade do negro e da sua assunção como tal passar pelo pertencimento e reconhecimento de/com o outro, lembremo-nos da existência de negros que negam a sua identidade como forma de autoproteção: estes muitas vezes não se identificam com o caráter da luta contra o preconceito, quase sempre posta como exigência para a afirmação do negro em sociedade.

Antonio Risério discute fundamentalmente sobre o apagamento do texto africano na literatura romântica do Brasil, ao levantar a questão de como os autores clássicos considerados negros não assumem a sua cor como uma forma de defesa contra uma sociedade discriminatória.⁶ Sobre a relação do negro com a sua cor, e como essa relação pode levar à constituição de uma autonegação, o autor afirma:

O negro, numa sociedade escravista (ou “apenas” discriminatória) é uma fábrica de defesas psicológicas. Sua relação com a cor de sua pele jamais é tranqüila, pouco importando que se dê pela via de afirmação racial agressiva ou pelo terrível caminho por onde chega a partilhar do juízo negativo que se faz a respeito dele mesmo. (RISÉRIO, 1993, p. 78)

Ao abordar o tema no campo da representação literária, destacamos o estudo de Liebig (2010), que neste problematiza os temas da identidade, da memória e da autoaversão na obra *The Bluest Eye* (1994), da escritora afro-americana Toni Morrison. A autora aponta como escritora estadunidense, através da personagem

⁶ O crítico literário e ensaísta Risério (Op. cit., p. 80) cita autores como Machado de Assis, Mário de Andrade e Jorge de Lima, como exemplos de autores que evitaram abertamente o tema da cor da sua pele como forma de defesa contra o preconceito e a discriminação da época.

Pecola Breedlove, “ilustra o processo pelo qual a auto-aversão toma um bode expiatório como válvula de escape.” (LIEBIG, 2010, p, 220).

As escritoras das obras aqui estudadas abordam essa temática através das suas protagonistas. No conto “Metamorfose” o leitor choca-se com a narração de Geni sobre a tentativa de “tirar todo o negro da pele” (GUIMARÃES, 1998, p.69):

A idéia me surgiu quando minha mãe pegou o preparado e com ele se pôs a tirar da panela o carvão grudado do fundo. [...] Assim que terminou a arrumação, ela voltou para casa, e eu juntei o pó restante e com ele esfreguei a barriga da perna. Esfreguei, esfreguei e vi que diante de tanta dor era impossível tirar todo o negro da pele. (GUIMARÃES, 1998, p. 69)

Esse trecho revela como o negro diante da descoberta da discriminação que o inferioriza passa por conflitos. A equiparação da cor da pele à cor do carvão grudado no fundo da panela, e assim como este, a ideia de que o preto da epiderme pode ser removido com os estilhaços dos tijolos, denuncia a violência sofrida pelo negro ao descobrir-se num mundo que parece estar dominado pelo branco⁷, pois conforme afirma Fanon (2008, p. 28): “Por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco.”.

Uma das dores sentidas por Ponciá remete a não identificação com seu nome: “Menina, tinha o hábito de ir à beira do rio e lá, se mirando nas águas, gritava o próprio nome: Ponciá Vicêncio! Ponciá Vicêncio! Sentia-se como se estivesse chamando outra pessoa.” (EVARISTO, 2003, p. 19). A insatisfação a fazia inventar outros: “Pandá”, “Malenga”, “Quieti”⁸, porém o não reconhecimento permanecia. A culminância da autonegação da personagem se cristaliza quando o (a) narrador (a) afirma:

Às vezes num exercício de autoflagelo ficava a copiar o nome e a repeti-lo, na tentativa de se achar, de encontrar o seu eco. E era tão doloroso quando grafava o acento. Era como se estivesse lançando sobre si mesma uma lâmina afiada a torturar-lhe o corpo. (EVARISTO, 2003, p. 29)

⁷ Discutiremos sobre como o negro busca encaixar-se no mundo branco no terceiro capítulo.

⁸ No livro de contos intitulado *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) de Conceição Evaristo, encontra-se o conto *Natalina Soledad* “a mulher que havia criado o seu próprio nome” (EVARISTO, op. cit., p 19). A personagem do referido conto tendo sido rejeitada por seus pais devido o seu sexo foi nomeada por estes por Troçoieia Malvina Silveira. A protagonista do conto inconformada com esse nome, que tanto a estigmatizava e representava a rejeição dos pais, pacientemente espera até “inventar para si outro nome.” (Ibid., p. 23): *Natalina Soledad*, o título do conto.

As denominações “autonegação”, “autoaversão”, “autoproteção” são sinônimas de um estado desenvolvido através do preconceito⁹ sofrido, e funcionam como uma armadura psicológica utilizada como defesa diante de um histórico de preconceitos e discriminações arrastado até os nossos dias. Salientamos a relação íntima existente entre esse estado de defesa e as relações da identidade negra que tende a se delinear entre os limiares da crise da constituição de ser ou assumir-se como negro.

Sobre não podermos usufruir de uma identidade de nossa escolha, de tê-la como uma imposição, Bauman (2005, p, 45) observa:

Mas mesmo as pessoas a quem se negou o direito de adotar a identidade de sua escolha (situação universalmente abominada e temida) ainda não pousaram nas regiões inferiores da hierarquia de poder. Há um espaço ainda mais abjeto - um espaço abaixo do fundo. Nele caem (ou melhor, são empurradas) as pessoas que têm negado o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída e imposta. Pessoas cuja súplica não será aceita e cujos protestos não serão ouvidos, ainda que pleiteiem a anulação do veredicto. São as pessoas recentemente denominadas de subclasse: exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade - fora daquele conjunto no interior do qual as identidades (e assim também o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas.

Ressaltamos que atualmente o negro, apesar de todas as adversidades, tem questionado esse “veredicto” e lutado pela efetiva afirmação da identidade negra. Cada vez mais as máscaras brancas são negadas e o negro assume a sua negrura sem o temor dos julgamentos da dita sociedade hegemônica. Como afirma Fanon (2008), o complexo de inferioridade, que além de passar pela cor da pele possui um crivo social, existe e só será combatido quando o negro tomar consciência das realidades econômicas e sociais. De acordo com Kabengele Munanga, aceitando-se, “o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazia admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano “normal”.” (MUNANGA, 2012, p. 43).

⁹ O preconceito sofrido pelos negros ocorre tanto pela negrura da pele quanto pela presença de outros traços fenotípicos que os caracterizam (como, por exemplo, o nariz chato e o cabelo crespo). Evidenciamos assim, que o termo preconceito utilizado neste trabalho se refere a esses diversos tipos de preconceito aos quais os negros geralmente são acometidos. Como bem ressalta Ferreira (2004, p. 53) “[...] o preconceito contra a população afro-descendente tanto se dá em relação a variáveis raciais, visíveis na constituição fenotípica, quanto em relação às variáveis étnicas, [...]”

As narrativas em estudo problematizam essas questões, e tanto Geni quanto Ponciá, apesar de suas dores, demonstram esse desvelamento diante dessas imposições e assimilações vindas do branco, pondo-nos a refletir sobre como o negro resiste a esses conflitos impostos à comunidade negra que não aceita a sua inferiorização e batalha pela igualdade de condições.

3 BECOS DA MEMÓRIA: ONDE O PASSADO RESVALA NO PRESENTE

“A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

(Conceição Evaristo)

Bergson propõe a existência de duas formas de memória, quais sejam, uma memória suscitada inconscientemente, denominada hábito, relacionada às atividades motoras; e a memória ligada ao consciente, representada por imagens-lembranças, que buscam nos acontecimentos passados fatos que repercutem no presente. Apesar de cada uma aparentemente exercer uma função específica, ressaltamos a relação entre elas, pois “[...] as duas memórias vão aqui lado a lado e prestam-se num mútuo apoio.” (BERGSON, 1999, p. 94). É desta forma que,

[...] o passado parece efetivamente armazenar-se [...] sob essas duas formas extremas, de um lado os mecanismos motores que o utilizam, de outro as imagens-lembranças pessoais que desenham todos os acontecimentos dele com seu contorno, sua cor e seu lugar no tempo. (BERGSON, 1999, p. 95)

Interessa-nos a segunda forma de memória para a análise das obras estudadas, uma vez serem estas apresentadas através da busca de imagens-lembranças, para a constituição mnemônica de fatos passados relacionados ao presente. Em *A cor da ternura*, a temática da memória se associa ao autobiografismo, tendo em vista os contos serem narrados cronologicamente desde a infância até a fase adulta da autora. Assim, observamos em toda a obra a sujeição das outras personagens à constituição das lembranças da autora/narradora, que as introduz segundo as suas reminiscências.

Ponciá *Vicêncio*, por sua vez, constitui-se de um tempo psicológico no qual a memória é apresentada ao leitor através de um(a) narrador(a)/observador(a), que conta a trajetória das personagens, tomando como centro as lembranças de Ponciá, por meio de um enredo que oscila entre o presente e o passado.

Ao tomarmos como foco o estudo das protagonistas das duas obras, seus discursos e suas ações, detemo-nos primordialmente nas memórias de Geni e

Ponciá, mesmo que em alguns momentos, para justificarmos certas reflexões acerca da memória, utilizemos o discurso de outras personagens.

Considerando a constituição da memória sob a base do discurso, a sua (re)construção concretiza-se no presente, mesmo fazendo referência ao passado, tendo em vista as lembranças e reminiscências constituintes da memória surgirem durante esse tempo. Desta forma, esta sobrevive enquanto significativa para o momento atual, e nada mais atual e significativa que as memórias refletidas nas relações sociais sobre os impactos e as consequências das questões raciais.

De acordo com o sociólogo Silverstone (1999, p. 231):

[...] somos o que lembramos, como nações e como indivíduos; e a memória é o lugar, agora, de lutas por identidade e pela posse de um passado. [...] Lutas amargas para que não se esqueça o passado; para o passado ser reivindicado para o presente e o presente ser reivindicado para o futuro.

A afirmação permite-nos aproximar as duas obras por tratarem de memórias focalizadas na reflexão da herança histórica dos negros e seus descendentes, que devido à escravização desenvolveram uma espécie de trauma que invariavelmente culmina em crise identitária. Assim, as memórias das protagonistas das obras constituem-se como um lugar de lutas e de anseio pela constituição de uma identidade, no caso, da identidade negra.

De acordo com essas considerações, em *A cor da ternura*, Geni no final da narrativa se autodefine: “Sou, desde ontem da minha infância, bagagem esfolada, curando feridas no arquitetar conteúdo para o cofre dos redutos.” (GUIMARÃES, 1998, p. 93). A autora/narradora se posiciona assim, desde criança, como alguém que segue forte, mesmo diante das dificuldades enfrentadas.

Em *Ponciá Vicêncio*, através da voz do(a) narrador(a), o irmão de Ponciá a considera herdeira e representante da história de sofrimento do seu povo, e como tal, alguém que poderia proporcionar aos de seu grupo social a esperança de outro destino:

Bom que ela se fizesse reveladora, se fizesse herdeira de uma história tão sofrida, porque enquanto o sofrimento estivesse vivo na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um outro destino. (EVARISTO, 2003, p. 126)

As memórias são postas de formas diferentes nas duas obras, apesar de manterem semelhanças quanto à constituição das suas respectivas lembranças, por

permitirem a associação destas à história da comunidade a que pertencem, e tratem da crise identitária vivida pelas personagens, à medida que tomam consciência da sua vitimização devido às práticas discriminatórias. O livro infanto-juvenil de Geni Guimarães é constituído das memórias de uma autora/narradora – esse fato não o exime de elementos ficcionais –, e o de Conceição Evaristo retrata principalmente as memórias da personagem Ponciá.

A relação entre memória e identidade aparece justificada nas ideias de Candau (2012) quando afirma que a perda da memória constitui ao mesmo tempo a perda de identidade, pois sem aquela, “[...] o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece.” (CANDAU, 2012, p. 60). Neste sentido, Rossi (2010) também afirma que a memória não mantém apenas relação com o passado, mas também com a identidade, justificando a persistência por novos tempos. Neste âmbito, a constituição da memória suscita uma busca pela identidade, posta em xeque no passado e que no presente tenta firmar-se.

Portanto, ao ser associada à constituição da identidade, funcionando como um meio de resistência e sendo buscada no passado - apesar de aparecer no presente - a memória a ser estudada se evidencia por meio das lembranças individuais, principalmente das protagonistas, e reflete a memória coletiva de todos os que sofreram e ainda sofrem o espólio da sua história.

As memórias das protagonistas associam-se àquelas da comunidade negra, respaldando a temática das suas identidades em crise, mas que acima de tudo existem e tentam ser afirmadas. Exercendo uma resistência dentro dessa comunidade, tais personagens buscam conservar o passado por meio da sua reconstrução no tempo presente, para fundamentar a luta contra o mascaramento dos fatos, ou até mesmo contra o esquecimento, como uma forma de afirmação da identidade negra para a reivindicação de um futuro.

Segundo Halbwachs (1990) podemos falar em memória coletiva quando, no momento em que nos lembramos, os acontecimentos evocados têm um lugar em meio ao grupo social do qual fazíamos e ainda fazemos parte, e com ele compartilhamos o mesmo ponto de vista. Portanto, as duas obras portam-se como representantes dessa memória, pois na narrativa constatamos a representação das memórias da comunidade negra constituídas por memórias individuais, que mesmo sendo pessoais mantêm relação com o meio social:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo as relações que mantenho com outros meios. [...] Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 1990, p. 57)

É desta forma que podemos identificar nas narrativas em estudo como as personagens tratam individualmente sobre como a identidade negra se apresenta como litígio, e como da mesma forma sofrem as consequências do preconceito que, no entanto, reportam às dificuldades coletivas fundamentalmente existentes na vida do negro.

Mesmo ao remeter ao passado, as lembranças apresentadas passam a ser, além de reconhecidas, reconstruídas no presente, por elas ainda influenciarem na vivência atual dessas comunidades. Assim, a história rememorada individualmente: “Lembrava-se do pai, da história do pai dele, o Vô Vicêncio, do irmão dela que trabalhava desde cedo nas terras dos brancos [...]” (EVARISTO, 2003, p. 55), ressignifica a memória de grupos. Analisamos os pontos de vista de Geni e Ponciá, que por meio das suas memórias suscitam a memória do seu povo: “Uns saíram dançando e cantando. Outros, aleijados por algum sinhô que não foi obedecido, só cantavam. Também bebida teve a rodo, pra quem gostasse e quisesse.” (GUIMARÃES, 1998, p. 49).

Nesta última passagem de *A cor da ternura*, constatamos através do discurso de Nhá Rosária, a representação de uma memória que mesmo não sendo propriamente vivida por Geni e pelos outros que ouviam a história, pode ser considerada como sua, pois as nossas lembranças funcionam como uma espécie de testemunho e nem sempre precisamos ter retidas na memória certas ações ou situações para que nossas lembranças sobre determinado fato sejam suscitadas, pois elas podem ser reavivadas por outros que tenham participado conosco daquele fato, daquele momento ou compactuem da mesma identidade, como aponta (HALBWACHS, 1990).

Nesse sentido as lembranças de outrem podem surgir para que possamos reavivar nossas lembranças de fatos que tenhamos participado e por algum motivo esquecemos, ou ainda para ratificar uma memória comum por meio de uma mesma identidade:

Cantou alto uma cantiga que aprendera com o pai, quando eles trabalhavam na terra dos brancos. Era uma canção que os negros mais velhos ensinavam aos mais novos. Eles diziam ser uma cantiga de voltar que os homens, lá na África, entoavam sempre quando estavam regressando da pesca, da caça ou de algum lugar. (EVARISTO, 2003, p. 87)

Assim sendo, as obras em análise podem reavivar as lembranças dos leitores, principalmente daqueles que têm em comum uma mesma memória, dos inferiorizados e esbulhados ao longo da história, que mesmo não tendo vivido na época da escravidão, guardam a memória dos seus, uma vez que esta pode ser assimilada devido à perpetuação da subjugação pela qual o negro e seus descendentes ainda passam:

A mãe, com os olhos fechados, revivia outras cenas: a menina, Vô Vicêncio, a passagem dele, a passagem de seu homem, a sapiência de Nêngua Kainda, a terra dos negros, os trabalhos de barro, o filho agora e por enquanto soldado, a voz de mando, a terra dos brancos [...]. (EVARISTO, 2003, p. 124)

No entanto, devemos lembrar que existem aqueles que não guardam a “semente da rememoração”, não partilham da mesma lembrança – e neste caso para estes não se trata de uma lembrança -, por não admitirem a sua origem. Às vezes, mesmo com o testemunho de pessoas exteriores sobre determinado acontecimento do qual não tenham participado em presença - mas que podemos considerar como parte da história coletiva -, estes não se sentem parte dela. Não é espantoso testemunharmos casos de negros que, como uma espécie de defesa¹⁰, buscam esquecer essa memória vivida ou assimilada, para que assim possam se proteger contra o preconceito.

Assumir a memória da população negra é assumir-se como negro, e como tal mostrar-se capaz de enfrentar a prática discriminatória; é compartilhar memórias com pessoas do seu convívio, sobre aqueles que não conviveram consigo num mesmo tempo, mas permanecem unidos por uma memória comum:

A verdade é que, quando Vó Rosária – assim a chamávamos – chegava, já vinha acompanhada de toda a criançada. Todos queriam ouvi-la contar tão lindas e tristes histórias. Foi assim que naquele dia, quando Vó Rosária sentou-se, quase empurrada pela garotada, minha mãe apressou meu

¹⁰ O termo “defesa” refere-se aos Mecanismos de Defesa do Ego, estudo desenvolvido por Sigmund Freud, do qual trataremos em capítulo posterior.

penteados para nos juntarmos aos outros para poder ouvi-la. (GUIMARÃES, 1998, p. 49)

O desejo em conhecer sobre a sua história e origem, mesmo que sendo por meio de histórias tristes, faz com que reconheçamos a assunção do negro, a sua consciência de pertencer a uma comunidade, entre os que também são considerados da família:

Restava-lhe, porém, os outros membros da família por todo o povoado. Todos eram parentes por ali. Desde que os negros haviam ganhado aquelas terras, ninguém tinha chegado e eles se casavam entre si. Eram parentes, talvez, desde sempre, desde lá de onde tinham saído. Ela decidiu, então, que iria ver os outros, aqueles que também eram os seus. (EVARISTO, 2003, p. 58)

A protagonista de Conceição Evaristo, ao voltar para casa e não reencontrar a mãe e o irmão, busca nas pessoas do povoado a fraternidade comumente dividida entre seu povo. A afirmação de Halbwachs (1990) sobre nossas memórias se relacionarem às memórias das pessoas do nosso convívio, com as quais geralmente partilhamos as mesmas lembranças e, por isso, podemos constituir uma mesma identidade, lança-nos a observação, por exemplo, de que a necessidade de reencontro de Ponciá com seus familiares e destes com ela, dá-se pelo anseio de reviver as memórias em comum e pela busca da identidade que os une não somente como família, mas como uma comunidade pertencente a um grupo egresso da diáspora e da exploração que se cristaliza como herança da escravização: “[...] Ponciá Vicêncio sorriu, gargalhou, chorou, dizendo que sabia o que devia fazer. Ia tomar o trem, voltar ao povoado, voltar ao rio.” (EVARISTO, 2003, p. 120).

Através da volta ao “rio” da sua infância e, portanto, do reencontro com os seus, a personagem espera, de certa forma, reconstruir ou reconfigurar uma identidade fragmentada por anos de subserviência e anulação. O desejo de Ponciá de reencontrar os seus, de voltar ao lugar onde nascera e crescera, confirma o seu pertencimento àquela comunidade, ao grupo das pessoas do seu convívio, ao lugar que a concebeu, à memória do seu povo.

Em *A cor da ternura*, Geni, assim como Ponciá, se revela representante do seu povo. A convivência entre os seus também é de grande importância para a autora/narradora, que após ter vencido a descoberta do preconceito e assim combatido sua autonegação, se insinua como porta-voz do seu povo, a quem exalta

com o jogo da palavra, utilizando-se do discurso como arma contra as injustiças e discriminações:

[...] Messias dos meus jeitos, sou pastora do meu povo cumprindo prazerosa o direito e o dever de conduzi-lo para lugares de harmonias. Meu porte de arma tenho-o descoberto e limpo entre, em cima, embaixo e no meio do cordel das palavras. (GUIMARÃES, 1998, p. 93)

Como comprovam as passagens acima, as personagens representam uma memória coletiva, desenvolvida através das suas memórias individuais, mas que buscam um passado em comum, constituinte, portanto, de uma identidade.

O tempo vivido pelas personagens não é o da época da escravidão propriamente dita, mas estas compartilham dessa memória, pois além de ouvirem dos seus antepassados as experiências marcantes da escravização, também sofrem as suas consequências.

Nas duas obras encontramos a presença de personagens mais velhas que, ao contarem a história dos seus, transformam o ato de narrar em memória, ou usam da sua experiência e sapiência para aconselhar os mais jovens, como Nêgua Kainda em *Ponciá Vicêncio*, que possui um “[...] olhar embaçado contemplando a vida refeita pelo movimento das lembranças.” (EVARISTO, 2003, p. 59).

Ecléa Bosi (2006) reflete sobre a memória dos velhos e afirma que os mais idosos encontram-se mais próximos do passado, por não mais viverem as contradições do presente como acontece com os mais jovens. Eles têm, portanto, uma memória atual mais definida, uma vez que não estando tão mais ativos em suas relações sociais, podem doar-se à lembrança do passado. Diferentemente dos mais jovens,

Ao lembrar o passado ele [o mais velho] não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida. (ECLÉA BOSI, 2006, p. 60)

Nesse apropriar-se do passado, Nêgua Kainda, ao fazer uso da sua sapiência, em diferentes momentos aconselha tanto Ponciá como a sua família que até então se encontram separados: “A velha pousou a mão sobre a cabeça de Ponciá Vicêncio dizendo-lhe que embora ela não tivesse encontrado a mãe e nem o irmão, ela não estava sozinha.” (EVARISTO, 2003, p. 60).

Nêgua Kainda afirma que Ponciá não está sozinha porque a comunidade negra está unida por uma memória em comum, por um passado ao qual não se pode fugir. É neste aspecto que a velha, sabiamente, ao reencontrar Luandi, irmão de Ponciá, o desencoraja do desejo de se tornar soldado, pois:

[...] o moço estava num caminho que não era o dele. Que estava querendo ter voz de mando, mas de que valeria mandar tanto se sozinho? Se a voz de Luandi não fosse o eco encomprado de outras vozes-irmãs sofridas, a fala dele nem no deserto cairia. Poderia, sim, ser peia, areia nos olhos dele, chicote que ele levantaria contra os corpos dos seus. (EVARISTO, 2003, p. 94)

Em *A cor da ternura* a representação do mais velho surge na figura de Nhá Rosária, “[...] uma velha senhora negra, que morava noutra fazenda com uma família de fazendeiros. Nunca ninguém soube por que morava com aquela família, nem qual a sua idade certa.” (GUIMARÃES, 1998, p. 49). Ela, ao contar as histórias da escravidão, reconstrói a memória daqueles que não viveram no período da escravidão, mas que sofrem suas consequências.

As histórias sobre a escravidão contadas por Nhá Rosária se apresentam mais fiéis do que as reproduzidas pela história oficial, no sentido de serem contadas como testemunho e não fetichizadas ou tratadas apenas como vítimas de uma virulenta “esquizofrenia racial” (WALTER, 2009, p. 237). No conto “Metamorfose”, Geni compara a história sobre os negros contada pela velha à contada pela professora, e assim a menina afirma:

[...] sua narrativa não batia com a que nos fizera Vó Rosária. Aqueles eram bons, simples, humanos, religiosos. Eram bobos, covardes, imbecis, estes me apresentados então. Não reagiam aos castigos, não se defendiam, ao menos. (GUIMARÃES, 1998, p. 65)

A afirmação sobre nossas lembranças permanecerem coletivas, não apaga a existência da memória individual, necessária para que nós não confundamos o nosso passado individual com o passado do outro. No entanto, a nossa memória individual se interliga à memória coletiva (HALBWACHS, 1990), a memória de um grupo com o qual nos identificamos, mas para diferenciar nosso passado do de outros, algo tem de surgir de novo, algo a não ser tomado da lembrança de um segundo.

3.1. A escrita de si: autobiografia e memória

Desde antes do cristianismo o papel da escrita de si presente na cultura filosófica interliga-se à subjetividade do autor, que ao fazer uso da sua linguagem tenta nos passar a sua verdade sobre o que se propõe. Segundo Gomes (2004), nos indivíduos ou grupos modernos, esse tipo de escrita surge como uma emergência, pois através dela eles encontram espaço para a constituição de sua identidade e por remeter a um tipo de escrita, por vezes reveladora da vida dos seus autores, esse gênero tem ocasionado nos leitores o interesse neste tipo de escritos, quais sejam diários, correspondências, biografias e autobiografias, independentemente destes se constituírem por entrevistas de história de vida ou memórias.

Desta forma, enquanto prática antiga, a escrita de si, e também sobre os outros, tem ganhado espaço nas culturas modernas e vem sendo estudada pela história, pela sociologia e antropologia. Aqui nos interessa o seu envolvimento com a memória analisada através do aspecto autobiográfico e ficcional, tendo em vista tais elementos se relacionarem às obras elencadas neste estudo.

Ao discutirmos sobre a autobiografia - neste caso, a literária -, somos levados à questão da sua associação à verdade. Sem nos aprofundarmos nas reflexões filosóficas a ela concernentes, deter-nos-emos nas suas relações com o texto autobiográfico fundamentado pela memória. Tal relacionamento suscita conflitos, pois a sua busca das lembranças no passado promove questionamentos quanto à veracidade dos fatos narrados por se ligarem às novas impressões e concepções do presente.

Diante destas reflexões, ao ressaltarmos a relação entre a escrita de si e o texto literário, é que nos colocamos frente ao impasse do autobiografismo e da ficcionalização discutido por Lejeune, que ao problematizar a autobiografia mediante o seu compromisso quanto aos campos do conhecimento e da arte, a conceitua como:

[...] uma ficção que se ignora, uma ficção ingênua ou hipócrita, que não tem consciência ou não aceita ser uma ficção, e que, de outro lado, se sujeita a restrições absurdas que a privam dos recursos da criação, única possibilidade de se chegar, em outro plano, a alguma forma de verdade. (LEJEUNE, 2008, 103)

Essa conceitualização dada à autobiografia nos mostra como esse tipo de escrita se apresenta intrinsecamente interligada à ficção, própria do texto literário, associada aos elementos biográficos interligados aos fatos verídicos que o escritor deseja abordar.

Assim, a forma de verdade, sobre a qual Lejeune se refere e defende, compete justamente aos recursos utilizados pelos escritores em suas criações autobiográficas, que por sua vez seriam estas mesmas as responsáveis pelo comprometimento da verdade propagada. Sem querer levantar maiores polêmicas a esse respeito, alertamos apenas para o fato de que o texto literário, para cumprir sua função, exige do autor uma forma artística sujeita em algum momento ao descompromisso com a verdade, mas que contraditoriamente, não o exime de elementos verídicos, principalmente, quando se trata da representação memorialística de fatos intimamente interligados à sua vida. Dessa maneira, tanto na autobiografia da coletânea de contos de Geni Guimarães quanto na ficção do romance de Conceição Evaristo, as memórias revividas, mesmo sendo individuais, expressam a história da comunidade negra.

Por este viés, de acordo com as considerações de Gomes sobre as novas noções de memória provenientes da sua relação com a escrita de si, estas positivamente conferem a legitimidade “dos procedimentos de construção e guarda de uma memória individual “comum” [...]” (GOMES, 2004, p. 12), refletindo, portanto, uma memória coletiva: a afirmação como parte de um grupo que ainda sofre/carrega marcas indelévels do preconceito, mesmo que este seja velado, herdado dos seus antepassados, constitui a consciência da partilha de uma memória comum.

Ao considerarmos as obras *A cor da ternura* e *Ponciá Vicêncio* como constituídas por memórias de uma comunidade que passa por diversas atrocidades devido à escravização e suas sequelas, tanto as personagens quanto as suas autoras podem ser consideradas pertencentes a um mesmo grupo, e assim possuem uma mesma identificação. Esse entrelaçamento da representação entre vida e obra justifica o vínculo da memória à autobiografia aqui abordada.

Em *A cor da ternura*, ao contar as suas memórias desde a primeira infância até a fase adulta, recordações baseadas na descoberta da discriminação racial, Geni Guimarães traz um questionamento sobre a sua constituição identitária. Dizer que a obra se constitui apenas de dados autobiográficos seria desconsiderar que

para a construção de um texto literário o autor lança mão de aspectos ficcionais para firmar a sua literariedade.

Como nesta obra se buscam no passado as lembranças para a constituição das memórias do presente, refletimos sobre o tempo em que vivemos e o tempo em que pensamos apontado por Venâncio Filho (2000, p. 103) como existindo uma defasagem entre os dois tempos (presente e passado), pois segundo ele, “A vida é rápida e curta, o pensamento lento e infundável; como se houvesse um desajuste entre a vivência e o tempo, somos ultrapassados por nós mesmos.”.

Assim, fica evidente a indisponibilidade do passado à fidelidade das memórias da autora/narradora, e é sob esse ponto de vista que discutiremos os limites entre autobiografia e memória. Como afirma Alberti (1991, p. 11):

[...] do ponto de vista do enunciado, o pacto autobiográfico prevê e admite falhas, erros, esquecimentos, omissões e deformações na *história* do personagem; possibilidades, aliás, que muitas vezes o autor mesmo - num movimento de sinceridade próprio à autobiografia - levanta: escreverá sobre sua vida aquilo que lhe é permitido, seja em função de sua memória, de sua posição social, ou mesmo de sua possibilidade de conhecimento.

Para demonstrarmos a impossibilidade de uma ressignificação fiel desse passado, destacamos as considerações de Halbwachs (1990), de que nós não nos lembramos de nossa primeira infância, porque nossas impressões não se ligam a nenhuma base enquanto ainda não nos tornamos um ser social. Assim, servimo-nos do exemplo de como no livro de Geni Guimarães, não encontramos o retrato fiel das memórias de infância da autora por ela precisar buscar no passado as suas primeiras memórias para reconstruí-las no presente.

Ao confirmarmos a fundamentação das lembranças nas relações sociais, constatamos que a personagem Geni ao expor os laços de carinho e amor vinculados a sua família, “Era o tanto certo do amor que precisava, porque eu nunca podia imaginar um amor além da extensão dos seus braços.” (GUIMARÃES, 1998, p. 9), faz com que acreditemos serem essas primeiras lembranças aquelas que formamos porque outros testemunharam e nos contaram.

Portanto, essas primeiras lembranças estão entrelaçadas às relações de afeto entre a protagonista e sua família, respaldando o fato de como a memória nesta fase do seu desenvolvimento pode decorrer de descrições de fatos feitas por outros, e de como podem estar determinadas de acordo com a significação para aquele que lembra, como observa Davallon (1999, p. 25): “Uma primeira constatação se impõe

imediatamente: para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância.”.

Em contrapartida à construção da memória constituída na base das relações sociais, evidenciamos aquela que dispensa testemunhos, ou qualquer relação social envolvendo outros participantes, como ocorre no conto “Metamorfose”, quando a autora/narradora, criança e na ausência de adultos, em um estado de autonegação, choca o leitor ao relatar o fato de ingenuamente tentar retirar o negro da sua pele.

Acreditamos assim, que as lembranças sobre as quais nos referimos, as que surgem enquanto construídas e vividas na base das relações sociais e as construídas unicamente por nós, permanecem conosco na medida em que nos sejam importantes e mantenham alguma significação no presente.

Referimo-nos até o presente momento à coletânea de contos da autora Geni Guimarães como um livro de memórias e mais adiante justificaremos essa concepção. No entanto, não podemos esquecer o caráter autobiográfico do livro por ele remeter às memórias de um determinado momento da vida autora, estar construído em prosa e na primeira pessoa do singular e a protagonista e a autora terem o mesmo nome, características próprias da autobiografia dadas por Werneck Silva (2004) e não encontradas no romance de Conceição Evaristo. Desta forma, *A cor da ternura* enquadra-se no gênero autobiográfico e romance de Conceição Evaristo configura-se como ficção.

Se considerarmos ainda que na autobiografia, como diz Larsen (1990, p. 166 apud WERNECK DA SILVA, 2004, p. 12) “[...] a matéria narrada é específica da história desse sujeito [e] predomina a linearidade na cronologia dos eventos relatados... [e que] na memória o fluxo é mais livre, nem sempre conduzido pela memória voluntária ou cronológica.”, denominaremos o livro de contos mais uma vez de autobiografia e *Ponciá Vicêncio* de memória.

No entanto, mesmo diante dessas denominações, consideramos os dois livros como uma representação da memória da comunidade negra, pois a memória se caracteriza como “o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade” (HALBWACHS, 1990, apud DAVALLON, 1999, p. 25), e os temas abordados tanto numa quanto na outra obra apresentam em relevância questionamentos e reflexões pertinentes à vivência atual da comunidade negra.

Assim, em primeira instância, ambas as narrativas, por representarem as memórias da comunidade, quer sejam autobiográficas ou ficcionais, estão unidas

por essa temática, mas diferenciam-se, pois “[...] a narrativa ficcional se distingue da autobiográfica por não se referenciar a uma "realidade" anterior e exterior ao texto (a vida do autor), e sim produzir um "outro mundo", imaginário, onde se movimenta [...]” (ALBERTI, 1991, p. 9).

Observemos as seguintes considerações sobre as marcas do discurso ficcional da narrativa:

A narrativa de ficção consiste num discurso que começa focalizando a experiência de uma personagem submetida a diversas provas e profundas insatisfações. Para resolver as tensões resultantes de situações conflitantes, o autor, através da personagem lança mão de numerosas estratégias de escritura de defesa. Uma delas é o recurso à imaginação que leva inconscientemente o leitor ao plano da ficção a fim de satisfazê-lo. (WERNECK DA SILVA, 2004, p. 11)

Ponciá Vicêncio é uma ficção no sentido de que tanto se trata de uma história imaginada, focalizada nas experiências conflitantes de uma personagem, quanto pela inexistência de certa correspondência direta da narrativa com a vida da autora. No entanto, a falta dessa correlação dos fatos narrados, não constitui fundamentalmente uma distância da realidade da escritora, que se afirma afrodescendente. No entanto, o romance de Conceição Evaristo por apresentar elementos ficcionais em sua narrativa não pode deixar de ser considerado, no que se refere às personagens e a utilização da voz narrativa em terceira pessoa, como uma criação ficcional:

É bom lembrar que no discurso ficcional o “eu” que narra nunca se confunde com o “eu” do autor. São duas instâncias distintas. Daí entendermos que na ficção a figura do narrador é ela mesma ficcional. O narrador é uma instância fictícia em si mesma. (WERNECK DA SILVA, 2004, p. 15)

Ao pormos a questão da ficcionalização do narrador à parte, ainda defendemos uma ligação entre os fatos narrados em *Ponciá Vicêncio* e a vida da autora, uma vez que a representação da discriminação sofrida pelo negro, as dificuldades enfrentadas devido à sua inferiorização diante à sociedade dominante, e até mesmo a crise de identidade a que vive exposto, são temas correspondentes à vida do afrodescendente. Assim como as suas personagens em *Ponciá Vicêncio*, Conceição Evaristo não teve uma vida fácil.

Ao discutir sobre o comprometimento etnográfico afrodescendente da autora na apresentação de sua biografia, Lima (2009) afirma que a partir dos oito anos de

idade, a escritora trabalhou como empregada doméstica, tendo exercido essa atividade por mais alguns anos.

A protagonista do romance aqui estudado, ao sair da roça e ir para a cidade em busca de melhores condições de vida, também passa a exercer essa profissão, “Aos poucos, Ponciá foi-se adaptando ao trabalho. Ficou mesmo na casa da prima da moça que ela havia encontrado na igreja. Foi aprendendo a linguagem dos afazeres de uma casa da cidade.” (EVARISTO, 2003, p. 43).

Ao analisar o romance *Becos da memória* (2006) de Evaristo, Lima (2009) evidencia que o tio e a tia com quem Conceição fora morar aos sete anos de idade foram recriados, e que em seu poema *Vozes-mulheres*¹¹ a autora representa a vida da sua mãe como lavadeira, assim como a de tantas outras mulheres que compartilham a mesma condição.

Nesse contexto entre a obra e a vida do autor, Maingueneau (2001), ao relacionar o escritor ao espaço institucional, aproxima seu ato criador ao que se concebe em sociedade. Como um espaço institucional, a literatura condiciona comportamentos, mas para que se exerça o ato da criação, tem de se interferir nesse condicionamento explorando-o, e assim ocorrerá a união entre vida e obra daquele que escreve, e as criações ficcionais aparecerão mescladas a aspectos de sua vivência. Desta forma,

Na realidade, a obra não está fora de seu “contexto” biográfico, não é o belo reflexo de eventos independentes dela. Da mesma forma que a literatura participa da sociedade que ela supostamente representa, a obra participa da vida do escritor. O que se deve levar em consideração não é a obra fora da vida, nem a vida fora da obra, mas sua difícil união. (MAINGUENEAU, 2001, p. 46)

Por estas reflexões, como as obras em análise representam os temas da exclusão e da discriminação advindas do preconceito sofrido pela comunidade negra, remontam ao “bio/grafismo” abordado por Maingueneau, tendo em vista ambas abordarem questões subjacentes à sociedade e à vida dos pertencentes a esse grupo, inclusive de suas autoras.

Desta forma, os fatos relatados tanto no livro *A cor da ternura*, cujo sujeito da enunciação corresponde ao “eu” narrado - caráter específico da autobiografia -

¹¹ Transcrição de um trecho do poema *Vozes-mulheres* de Conceição Evaristo: A voz da minha mãe/ecoou baixinho revolta/no fundo das cozinhas alheias/debaixo das trouxas/roupagem suja dos brancos/pelo caminho empoeirado/rumo à favela.

quanto no romance *Ponciá Vicêncio*, organizado sobre o eixo das lembranças - característica da memória - podem ser caracterizados memorialísticos não apenas pela especificidade das linhas de tempo constituintes do romance, ou pela relação entre o sujeito da enunciação e o enunciado, que colocaria o livro de Geni Guimarães mais no âmbito autobiográfico que memorial, mas pelas duas obras representarem o que ainda permanece vivo na consciência de seu grupo.

3.2. Entre o voluntário e o involuntário: a memória e o tempo

Citando Aristóteles, Rossi afirma: “a memória precede cronologicamente a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma coleção ou seleção de imagens com o acréscimo de uma referência temporal.” (ROSSI, 2010 p. 15-16). Assim, a associação da memória ao tempo é patente. A sua temática se relaciona às noções culturalmente estabelecidas como definição do tempo as quais parecem não suportar sua dinâmica.

Para tentarmos entender a difícil definição de tempo, vejamos a concepção de Santo Agostinho, que o equaciona enquanto noção de existência:

E quanto ao presente, se permanecesse sempre presente e não se tornasse passado, não seria mais tempo, mas eternidade. Portanto se o presente, para ser tempo, deve tornar-se passado, como poderemos dizer que existe, uma vez que a sua razão de ser é a mesma pela qual deixará de existir? Daí não poderemos falar verdadeiramente da existência do tempo, senão enquanto tende a não existir. (AGOSTINHO, 2011, p. 318)

Nos limites entre a consideração feita pelo bispo filósofo sobre a existência do tempo, mas apresentado paradoxalmente como uma constante na vida dos indivíduos, reconhecemos a incomensurabilidade desse tempo, e por que não dizer a sua subjetividade, pois a contestação das denominações que lhe são dadas socialmente (presente, passado, futuro) torna-o independente dessas acepções quando o pomos no âmbito da reflexão e do pensamento.

Diante desse impasse, arriscamos a afirmação da existência de um tempo relacionado a um grupo ou grupos, o qual pode ser observado, analisado e sentido de uma maneira geral. Em contrapartida pode existir um tempo para cada indivíduo e um indivíduo para cada tempo, se o observarmos de uma forma mais específica e subjetiva. Envolvidas por essa dinâmica, a explicitação e a definição do tempo manifestam-se conflituosas quando refletimos sobre a sua concepção, ação e

utilização. Na medida em que o tempo se apresenta como algo que não dominamos, mas que simultaneamente nos é próprio por nos acompanhar ao longo da vida determinando os seus diversos estágios, o que conhecemos sobre ele torna-se tão abstrato e complexo quanto a proposição feita pelo autor a seu respeito. Como observa Deleuze, da mesma forma que pode estar conosco, o tempo pode nos escapar:

[...] a essência do tempo nos escapa, pois o presente não fosse passado ao mesmo tempo que presente, se o mesmo momento não coexistisse consigo mesmo como presente e passado, ele nunca passaria, nunca um novo presente viria a substituí-lo. (DELEUZE, 2006, p. 54)

A explicitação sobre o tempo remonta à memória e esta comporta a lembrança, faz com que entendamos o fato de todo e qualquer ato de lembrar estar inter-relacionado com o passado, mas a sua atuação definir-se no presente. A esse respeito, vejamos a posição de Venâncio Filho (2000, p. 102)

Entre o tempo cronológico e o tempo da reflexão existe uma defasagem. Entre o tempo que agimos e o tempo que pensamos, entre o tempo que vivemos e o tempo que recordamos, existe um descompasso, um desnível vivencial. A vida é curta, o pensamento lento e infundável; como se houvesse um desajuste entre a vivência e o tempo, somos ultrapassados por nós mesmos.

Nas duas obras em estudo encontramos o tempo associado às memórias suscitadas: Em *Ponciá Vicêncio* a representação memorialística acontece por meio de um(a) narrador(a)/observador(a) que nos apresenta as personagens, principalmente Ponciá, envoltas em suas lembranças interligadas entre o presente e o passado. Narrados em primeira pessoa, *A cor da ternura* abarca as memórias da autora/narradora através de um desajuste entre o tempo vivido e o rememorado no sentido de que as memórias de agora estão relacionadas às novas formas de pensamento e concepções do presente em que se escreve. Assim, os fatos lembrados jamais surgirão tais quais realmente aconteceram, como comprovamos abaixo:

[...] no discurso autobiográfico [...] a objetividade total é impossível, pois até mesmo “ver” é um ato carregado de subjetividade e “lembrar” mais ainda. A fidelidade de uma história pessoal será impossível, pois o autor, que se propõe a ser fiel à verdade, sentir-se-á levado a remanejar suas lembranças, acrescentando-lhes um toque de invenção, e assim mascarando alguns acontecimentos. (WERNECK DA SILVA, 2004, p. 15)

No livro de Geni Guimarães, o próprio ato da escrita já a afasta de uma fidedignidade do vivido e do representado, uma vez que a transfiguração do que se rememora na escrita se condiciona aos limites de um ato de comunicação estabelecido culturalmente como também ao pensamento ao qual está associada à capacidade de escrever o que verdadeiramente pensa e/ou recorda. Nesse aspecto, ainda refletimos sobre o gênero do texto utilizado pela autora, pois ao se tratar de uma escrita literária, nele são introduzidos elementos ficcionais.

Com as considerações acima pretendemos chegar à conclusão de que ao fazer uso de uma busca intencional das suas memórias, a autora Geni Guimarães se apropria da memória denominada voluntária, explicitada por Deleuze como um tipo de memória que:

[...] vai de um presente a um presente que “foi”, isto é, a alguma coisa que foi presente mas não o é mais. O passado da memória voluntária é, pois, duplamente relativo: relativo ao presente que foi, mas também relativo ao presente com referência ao que é agora passado. O que vale dizer que essa memória não se apodera diretamente do passado: ela o recompõe com os presentes. (DELEUZE, 2006, p. 54)

É a própria reconstrução do passado imbricado no presente, também citado por Halbwachs (1990). A autora, vivendo num determinado tempo, ao construir as suas memórias buscadas num passado, ao relacioná-las com o presente, não pode representá-las tais quais foram, mesmo se esta for a sua intenção, pois a defasagem entre os tempos ocasiona mudanças quanto às suas concepções, pensamentos e reflexões, que são diferentes das de outrora. Portanto, existe uma impossibilidade de uma recuperação fiel do passado, como observa Venâncio Filho (2000, p. 101): “Nunca o passado está plenamente disponível.”

Em “Força flutuante”, conto presente no livro em questão, vemos um exemplo de como podemos moldar a nossa memória ao presente vivido. Imbuída do propósito de conquistar a aluna de cor branca que tem medo “de professora preta” (GUIMARÃES, 1998, p. 87), Geni, já exercendo o magistério, conta para a turma sobre o seu primeiro dia de aula, não como realmente foi, mas como o havia sonhado, “Assim prensada, fui até a hora do intervalo para o lanche, falando, falando. Olhava para a classe, mas falava para ela. Inventei o primeiro dia de aula sonhado na minha infância conturbada.” (GUIMARÃES, 1998, p. 89). É a memória da memória, buscada no passado e adequada ao presente estabelecida aqui através da representação da autora/narradora.

Entre as lembranças buscadas pela memória através de um exercício premeditado, ou seja, através de uma busca intencional, que corresponde à memória voluntária, existem aquelas surgidas sem um planejamento anterior, involuntariamente, sem que o indivíduo possa controlá-las. São lembranças encontradas no esquecimento e retornadas a um agora para um “diálogo” com o presente.

Ao fugir do nosso controle, o tempo se assemelha à memória, mais especificamente à memória involuntária, tendo em vista que “A memória involuntária só pode existir porque algo vivido foi esquecido, desconhecendo-se que foi esquecido.” (VENÂNCIO FILHO, 2000, p.103). Portanto, essa memória está mais próxima do inconsciente e foge do nosso controle porque ela surge independente da nossa vontade. Nela encontramos a associação entre dois momentos e duas sensações:

A Memória involuntária parece, a princípio, basear-se na semelhança entre duas sensações, entre dois momentos. Mas, de modo mais profundo, a semelhança nos remete a uma estrita *identidade*: identidade de uma qualidade comum às duas sensações, ou de uma sensação comum aos dois momentos, o atual e o antigo. (DELEUZE, 2006, p. 56)

Mais uma vez encontramos referência à memória relacionada a fatos ocorridos num momento atual com fatos ocorridos num momento passado. No caso da memória involuntária, esse fato acontece por meio de uma “identidade” entre esses dois momentos unidos a sensações comuns, associados a uma existente semelhança entre eles, que segundo o autor citado se apresenta como condições, mas se justifica por uma “diferença interiorizada”, uma vez que ela envolve “dois objetos diferentes” fazendo dessa relação algo interiorizado. (DELEUZE, 2006).

É diante dessas afirmações sobre a memória involuntária que nós a associamos à memória trabalhada no romance *Ponciá Vicêncio*, principalmente no que tange às lembranças da protagonista. Ponciá oscila entre dois momentos, o presente e o passado, por meio de uma semelhança entre eles, mas que paradoxalmente se constitui por uma diferença entre ambos, instituída primordialmente pela reflexão do que se foi e do que se é, pela busca da sua identidade.

Cada vez mais imersa em suas lembranças, a personagem cede às suas memórias e passa a viver delas:

Ponciá Vicêncio, sentada no cantinho perto da janela, em seu matutar, acabou esquecendo o grande propósito com o qual se levantara naquela manhã. Tinha decidido firmemente a deixar o pensar de lado e ir à luta, dar um jeito na vida. Mas nem se deu conta nem percebeu o momento exato que se assentou ali, antes mesmo do primeiro gole de café, e começou a buscar na memória as coisas, os fatos idos. (EVARISTO, 2003, p. 61)

Acreditamos que a personagem cede a essas memórias, surgidas involuntariamente, e depois, já imersa em suas lembranças, voluntariamente as busca e gradativamente passa a viver do passado. Percebemos que a imersão da personagem nessas memórias chega ao limite, quando ela não consegue estabelecer quanto tempo passara perdida em suas lembranças: “Quanto tempo ficara alheia? Não sabia ao certo.” (EVARISTO, 2003, p. 50).

Nesse contexto as memórias de Ponciá podem ser associadas à memória involuntária, uma vez que esta, apresentando como característica específica a interiorização do contexto, tornando-o enquanto antigo inseparável da sensação presente, remonta a uma representação do comportamento da personagem (DELEUZE, 2006).

No entanto, acreditamos ainda na inexistência de uma separação propriamente dita entre a memória voluntária e a involuntária, uma vez que no ato voluntário da rememoração podemos ser surpreendidos por lembranças involuntárias, e estas, quando nos surgirem, podem suscitar conscientemente a busca por lembranças que as justifiquem, ou as complementem.

Nosso interesse, portanto, é associarmos as memórias das obras em estudo, tentando aproximá-las das definições dadas às memórias voluntária e involuntária. Entre as duas, entre as lembranças que nos surgem coletiva ou individualmente, ressaltamos a importância da representação da memória dessas obras, uma vez que significativa no momento da escrita, esta se torna necessária para que não nos esqueçamos do passado enquanto presente e assim possamos criar um futuro, não como uma forma de continuidade dos erros e injustiças do passado, mas como reflexão, neste contexto, para novas perspectivas e horizontes que apontem para sistemas mais igualitários nas diversas relações sociais da comunidade negra.

Entre os limites da autobiografia e da memória, o interessante é não procurarmos fundamentalmente distingui-las, apontando os limites de término ou início entre ambas, mas problematizarmos o seu caráter intrínseco, “Afim de contas, o memorialismo é por definição, autobiográfico, e, conseqüentemente, um

espelho inseparável do próprio autor, individualmente ou como membro da sociedade.” (SAYRE, 1964, p. 6 apud SILVERMAN, 2000, p. 61).

Ao problema da associação da obra de Geni Guimarães à autobiografia e do romance de Conceição Evaristo à ficção, insistimos que, assim como afirma Werneck da Silva (2004, p. 13), “A ficção não se mostra apenas como verossímil e a autobiografia não é tão verdadeira, desmente a história de uma vida”. Desta forma, destacamos antes as criações literárias das autoras apresentadas como um lugar de lutas, porque estas, mantendo a sua função social, constituem-se em importantes instrumentos de denúncia e defesa política e social, pois como afirma Compagnon (2009, p. 34) “A literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão ao poder.”.

4 RESISTÊNCIA: CONCEPÇÃO ÉTICA DA ESCRITA AFRODESCENDENTE

A definição de uma concepção ética e não estética (BOSI, 2002), dada à resistência desenvolvida entre todos aqueles que dela necessitam para poderem se impor, faz com que reflitamos sobre como a comunidade negra, ao manter-se resistente, alcance o âmbito da superação contra as forças inferiorizantes provenientes de um sistema propagado ao longo dos tempos. Posta como exigência para a construção e afirmação de uma identidade, enquanto conduta, a resistência em “[...] seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é in/sistir; o antônimo familiar é des/sistir.” (Bosi, 2002, p. 118).

Assim, a resistência presente nessa comunidade surge como um requisito primordial para sua inserção social, uma oposição à margem a que comumente é destinada. Para a sua ativa atuação em sociedade, o negro precisa resistir à discriminação e ao preconceito advindo de uma longínqua, mas presente sociedade escravocrata; lutar contra as gritantes desigualdades instituídas ao longo de um processo subordinador da população negra e seus descendentes.

Para tanto, aos que travam embates contra esses abstratos algozes, exige-se a insistência quanto aos seus ideais de luta fortalecidos pela comunhão entre os protestantes contra o mito de uma democratização racial no Brasil, que tenta mascarar a desigualdade instituída pelo processo de escravização. Sucumbir e desistir, portanto, são palavras fatais para os militantes de uma sociedade mais justa, que garanta o princípio de igualdade do povo brasileiro, proposto pela constituição.

Desta forma, discorreremos neste capítulo sobre questões concernentes à resistência inata aos negros e seus descendentes, assim acerca de como esta ocorre entre eles: resistência à sua suposta inferioridade frente aos brancos; resistência à disseminação desses pensamentos; resistência aos preconceitos sofridos; resistência à violência psicológica ocasionada entre a tensão do Ego e o Ideal de Ego branco; enfim, resistência à classe hegemônica branca.

Para tanto, analisaremos como ela se acha presente no comportamento das personagens das obras analisadas, existindo enquanto tema da narrativa dessas

obras como processo inerente à escrita (BOSI, 2002), principalmente na escrita daqueles que a utilizam como instrumento de denúncia e reivindicação.

Neste sentido, observaremos não somente a resistência desenvolvida entre as protagonistas e outras personagens, mas também o desenvolvimento destas na escrita das autoras em suas respectivas obras: seja na abordagem representativa dos aspectos políticos, sociais e econômicos existentes no universo vivido pelos negros na contemporaneidade, seja quanto aos aspectos de organização pessoal, que remetem a uma análise psicanalítica, que aqui utilizaremos como fundamentação para explicação da representação do comportamento, em primeiro plano, de Geni e Ponciá.

Tanto em *A cor da ternura* quanto em *Ponciá Vicêncio* observamos o propósito das protagonistas em buscar uma aceitação de uma sociedade que se manifesta como excludente. Ambas, almejando ascender socialmente, procuram uma forma de atuar em seu meio; uma maneira de não mais se sentirem invisíveis por pertencerem a um grupo considerado inferior, em primeira instância, devido a sua cor.

O desejo de ascensão social existente nessas personagens ocorre desde o princípio das narrativas. Geni, da descoberta do preconceito à resistência desenvolvida para combatê-lo, demonstra uma constante inquietação quanto a um futuro que parece estar predestinado ao seu povo: “— Não tenho nada com isso, mas vocês de cor são feitos de ferro. O lugar de vocês é dar duro na lavoura. Além de tudo, estudar filho é besteira.” (GUIMARÃES, 1998, p. 73).

Contrariando o futuro que supostamente lhe estaria destinado, e para orgulho do seu pai, a protagonista consegue cumprir a promessa a ele feita e torna-se professora:

Com o certificado na bolsa, saí para procurar emprego. [...] Consegui numa escola substituição para o ano todo. Dar aulas numa classe de primeira série que “sobrou” das professoras que, sendo efetivas no cargo, optaram por alunos maiores e em processo de alfabetização mais avançado. (GUIMARÃES, 1998, p. 87)

Apesar da vitória em conseguir exercer uma profissão, - aquela que desejara e a qual a protagonista confere a devida importância - os desafios não estão vencidos. A consciência de luta para a aquisição de um lugar seu por direito, se mantém presente desde o momento em que assume a série que “sobrou” das

professoras que optaram por séries mais avançadas, e no momento da narrativa - crucial neste momento para a sua efetivação profissional - em que Geni tem de convencer um dos seus alunos “[...] uma menina clara, linda, terna” (GUIMARÃES, 1998, p. 87) a entrar na sala de aula, porque tem medo de “professora preta.”.

Constatamos a resistência da autora/narradora diante dessa dificuldade, diante da sua fundamental persistência, quando ao contar à diretora o ocorrido, rejeitar a “solução” encontrada por ela: “— Não faz mal. Eu a coloco na classe da outra professora de primeira.” (GUIMARÃES, 1998, p. 93), pedindo uma oportunidade para convencer a aluna a entrar na sala.

O desafio enfrentado por Geni em seu primeiro dia de trabalho é apenas um exemplo dos muitos desafios diários, podemos dizer, que a comunidade negra está sujeita a enfrentar ao tentar ascender socialmente. A rejeição à “solução” da diretora da escola está associada a uma consciência de luta contra o mascaramento do preconceito ainda existente na sociedade. A ação da recém-formada professora é, portanto, uma forma de resistência à discriminação velada que é geralmente camuflada por paliativos. A atitude da diretora é uma comprovação da existência do mito da democracia racial no Brasil, que surge como “[...] outra dimensão do racismo: à medida que o encobre, retira o foco da discriminação, criando a ilusão da harmonia racial.” (BERNARDO, 2003, p. 158).

Constatamos ainda a presença desse mito em outros relatos da narrativa. Desde criança, a autora/narradora demonstra habilidade no manejo poético das palavras: “Ano seguinte, já no primeiro dia de aula, levava na bolsa um poema de quatro versos [...]” (GUIMARÃES, 1998, p. 58). No entanto, mesmo a sua professora tendo conhecimento desse dom não a valoriza quando pode fazê-lo. Ao pedir que as crianças interessadas em participar de uma homenagem que seria feita na escola à princesa Izabel, não escolhe a jovem poetisa para participar do evento mesmo ela tendo demonstrado interesse em fazê-lo: “Não fui escolhida. Tanto não era possível, explicou-nos ela [a professora]. Mas eu não podia perder aquela oportunidade. Corri atrás dela, sôfrega.” (GUIMARÃES, 1998, p. 61).

Ao discorrer sobre o racismo na educação infantil, Sueli Carneiro denuncia como geralmente são dadas mais oportunidades às crianças brancas de se sentirem aceitas e queridas que as outras, pois:

[...] elas são consideradas “boas”, os elogios são feitos a elas como pessoas – são inteligentes, espertas, bonitas etc. No caso das crianças

negras, são feitos elogios às tarefas que estão benfeitas, mas não a elas como seres humanos dignos de admiração e incentivo. (CARNEIRO, 2011, p. 77)

Através do relato estudantil de Geni, detectamos a exclusão vivida pela autora/narradora, que se inicia no momento em que a professora não reconhece a mão, que “luzia negritude”, levantada entre as outras. Observamos também que a escolha de uma menina branca para homenagear a princesa não é suficiente para impedir a narradora de tentar expor os seus versos, uma vez que ela insiste e mesmo amedrontada não desiste da oportunidade, portanto, configurando uma forma de resistência.

A protagonista do romance de Conceição Evaristo, assim como Geni, busca uma mudança quanto a sua condição social ao decidir partir para a cidade grande:

O inspirado coração de Ponciá ditava futuros sucessos para a vida da moça. A crença era o único bem que ela havia trazido para enfrentar uma viagem que durou três dias e três noites. Apesar do desconforto, da fome, da broa de fubá que acabara ainda no primeiro dia, do café ralo guardado na garrafinha, dos pedaços de rapadura que apenas lambia, sem ao menos chupar, para que eles durassem até ao final do trajeto, ela trazia a esperança como bilhete de passagem. Haveria, sim, de traçar o seu destino. (EVARISTO, 2003, p. 36).

Através da voz narrativa, sabemos que o seu desejo de mudar-se surge do “medo de recuar, do desespero por não querer ficar ali repetindo a história dos seus.” (EVARISTO, 2003, p. 38). Naquele momento, para Ponciá, ficar no povoado onde nascera seria repetir a história de miséria a qual seu povo fora submetido.

Crescera quase sem a presença do pai e do irmão, que juntos passavam tempos trabalhando na “terra dos brancos” e raramente vinham para casa. Porém, o laço afetivo existente entre os seus familiares vencia a ausência necessária para a sua sobrevivência. Essa afetividade familiar está presente em quase toda narrativa. Nota-se que apesar dos constantes desencontros, os membros da família Vicêncio permanecem em comunhão. O relato da morte do pai de Ponciá, por exemplo, episódio presenciado pelo filho Luandi e que só dias depois mãe e filha vêm saber, é uma prova desse vínculo existente entre eles. São os soluços de Luandi misturados à música, - embaladora do trabalho desempenhado pelos negros nas “terras dos brancos” - que denunciam o momento em que seu pai cai lentamente nos braços da terra e o acolhe em seu último descanso:

E numa tarde clara, em que o sol cozinhava a terra e os homens trabalhavam na colheita, enquanto todos entoavam cantigas ritmadas com o movimento do corpo na função do trabalho, naquela tarde, o pai de Ponciá Vicêncio foi se curvando, se curvando ao ritmo da música, mas não colheu o fruto da terra, apenas à terra se deu. (EVARISTO, 2003, p. 30)

Maria Vicêncio parece não acreditar na eterna ausência do marido: “E nos dias em que o filho regressava do trabalho, ela esperava por ele na soleira da porta e depois que o abençoava, caminhava para frente cinco passos e com um gesto longo e firme abraçava o vazio.” (EVARISTO, 2003, p. 32). O mesmo vazio que a mãe de Ponciá abraça é o vazio instaurado em seu íntimo quando tem de lidar, além da morte de seu companheiro, com a partida de seus dois filhos: “A mulher sofrera muito com a ida da filha, depois a do filho. Antes, havia vivido o pesar da passagem de seu homem, naquela tarde clara e ensolarada. E foi acumulando idas, partidas, ausências.” (EVARISTO, 2003, p. 76).

Tendo propósitos semelhantes aos da irmã, Luandi segue o mesmo rumo e parte para a cidade grande:

Quando veio, pensava que seria só bater em algum lugar e se oferecer para trabalhar. Na roça trabalhava sempre. [...] Sabia fazer de tudo. Na cidade estava aprendendo a fazer de tudo também. Chegou ali sem eira nem beira. Tinha perdido pelo caminho o endereço da irmã. Chegou num dia de chuva e frio. Trazia muita fome também. (EVARISTO, 2003, p. 68-69).

Observamos a teia de resistência formada pelas personagens do romance. Cada um a sua maneira resiste às dificuldades da vida. No entanto, essas dificuldades, em parte surgidas por seus conflitos existenciais individuais, advêm primordialmente da herança escrava que ditou o destino dos afrodescendentes. O fato é que a conquista da pseudoliberalidade dada aos escravos não garantiu a autonomia de suas vidas e tampouco a dignidade da sua sobrevivência:

O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela “Lei Áurea”, os seus filhos, nascidos do “Ventre Livre” e os seus netos, que nunca seriam escravos. Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de um poder que, como Deus, se fazia eterno. (EVARISTO, 2003, p. 48-49)

A decisão de partir, inicialmente tomada por Ponciá, seguida por seu irmão e logo após pela mãe dos dois, advém dessa crise vivida tanto exteriormente, no sentido de pertencimento a uma comunidade específica, quanto interiormente, no

que se refere à posição assumida individualmente por eles. Nessas ações encontramos formas de resistência, que mesmo se manifestando por formas distintas, contemplam o mesmo propósito: encontrar o seu lugar na sociedade, criando novos caminhos para a sua vivência.

Desta forma, exploramos nas obras em estudo a resistência presente enquanto tema e como ato inerente ao processo de escrita das autoras afrodescendentes que a utilizam como instrumento de luta para a conquista de espaço na sociedade.

A ascensão social torna-se perceptível tanto na caracterização de Ponciá quanto na de Luandi. Os dois buscam inserir-se numa sociedade de hegemonia branca, e de maneiras diferentes constataam as dificuldades dessa realização. Ao chegar à cidade grande, Ponciá planeja trabalhar para conquistar a sua estabilidade financeira e então poder reunir novamente a sua família. Os planos da protagonista não resultam no que ela espera. A vida se apresenta cada vez mais escassa e os sonhos trazidos para a cidade grande começam a se esvanecer.

Luandi detecta em outra personagem, o soldado Nestor, um modelo no qual tenta espelhar-se para poder ascender socialmente. Nestor é negro, mas soldado, fato que, segundo o irmão de Ponciá, o torna superior aos outros negros porque não é comum eles exercerem funções superiores, funções de mando. Segundo Souza, cresce em Luandi o desejo constituído por um “ideal de ego branco”¹²: “[...] foi com a principal determinação de assemelhar-se ao branco – ainda que tendo que deixar de ser negro – que o negro buscou, via ascensão social, tornar-se gente.” (SOUZA, 1983, p. 21).

Nesta mesma linha de pensamento, Fanon elege as estruturas sociais - pautadas numa hegemonia branca – como as responsáveis pelo sentimento de inferioridade sentido pelo negro em relação ao branco. Assim,

Se ele [o negro] se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive numa sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; [...] (FANON, 2008, p. 95)

¹² O Ideal do Ego é [...] a instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à Lei e à Ordem. É o lugar do discurso. [...] é a estrutura mediante a qual “se produz a conexão da normatividade libidinal com a cultural”. (SOUZA, op. cit., p. 33)

Não percebemos em Luandi o desejo de deixar de ser negro, mas a sua concepção de tornar-se soldado para “[...] mandar. Prender. Bater. [...] ter a voz alta e forte como a dos brancos.” (EVARISTO, 2003, p. 71), denota o Ideal de Ego branco instituídos pelas estruturas sociais ao qual nos referimos.

O Soldado Nestor explica a Luandi que para poder ser soldado ele tem de estudar, saber ler e quem sabe “se ele estudasse muito, poderia ser soldado um dia. Poderia ser mais, muito mais.” (EVARISTO, 2003, p. 71). A importância do conhecimento surge nas narrativas em análise, como uma necessidade imprescindível para a ascensão social das personagens.

Esse fato nos faz perceber que a visão das autoras sobre a importância do saber ultrapassa os limites da representação e alcança os da realidade, uma vez que é por meio da aquisição do conhecimento que ambas conseguem construir suas obras e podem fazer delas a sua voz.

Assim, a escrita é utilizada como um meio, dentre outras razões, de expor as injustiças sofridas pelos afrodescendentes. Bosi esclarece como a inventividade do romancista em seu ato criador se relaciona em seu meio com os valores ou antivalores propostos por uma “fenomenologia de resistência do *eu*”:

A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, *segundo o seu desejo*, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do *eu* aos valores ou antivalores do seu meio. (BOSI, 2002, p. 121)

A relação da escrita com a resistência desenvolvida pela comunidade negra pode ser observada pelas ações das protagonistas. A resistência proveniente do ato da escrita e do saber permeia, portanto, tanto o âmbito da realidade quanto o da representação, ou seja, as autoras tanto expõem a importância do conhecimento e da escrita enquanto resistência ao produzirem as suas obras, quanto expõem esse poder por meio das suas representações literárias.

No âmbito da representação, constatamos que em *A cor da ternura*, Geni sempre se encontra envolta nessa dinâmica com a palavra. Suas experiências com a escola ou com os estudos surgem do reconhecimento do poder que se adquire quando se consegue vencer as barreiras da ignorância, e, no seu caso, quando se consegue alcançar um diploma mesmo diante das adversidades: “Fui chamada para

receber o certificado. Eles, meus pais, não puderam conter só com as palmas. Levantaram e me aplaudiram em pé. Mãos abertas, barulhentas, livres.” (GUIMARÃES, 1998, p. 83).

Em *Ponciá Vicêncio* essa relação surge em semelhante forma. A protagonista tem seus primeiros contatos com a escrita através dos ensinamentos dos missionários que no tempo que passaram em seu povoado montaram uma escola, realizaram casamentos, batizaram pagãos e ungiram doentes. Sua mãe, Maria Vicêncio, sabendo da importância de saber ler e escrever, incentiva a filha a tal propósito: “Era melhor deixar a menina aprender a ler. Quem sabe, a estrada da menina seria outra.” (EVARISTO, 2003, p. 28).

Neste momento, observamos a esperança que a mãe da protagonista possui quanto à aquisição do saber formal, o qual poderia proporcionar um caminho diferente daquele costumeiramente destinado aos seus; poderia fazê-la ascender socialmente.

Ponciá não desiste de continuar a estudar, mesmo quando os padres vão embora sob a alegação de terem cumprido todas as suas obrigações, “[...] logo percebeu que não podia ficar esperando por eles para aumentar o seu saber. Foi avançando sozinha e pertinaz pelas folhas da cartilha. E em poucos meses já sabia ler.” (EVARISTO, 2003, p. 28).

Apesar da evidente resiliência da moça, da sua persistência em galgar um futuro mais digno através da educação, o caminho a seguir é árduo, e ela não o trilhará tão facilmente:

Um dia Ponciá juntou todas as revistas e jornais e fez uma grande fogueira com tudo. De que valia ler? De que valia ter aprendido a ler? No tempo em que vivia na roça, pensava que, quando viesse para a cidade, a leitura lhe abriria meio mundo ou até o mundo inteiro. (EVARISTO, 2003, p. 91)

O aparente desencanto pelo saber dá-se pelo crescente estado de ausência que passa a tomar conta da protagonista, e não especificamente pelo fracasso do domínio da leitura e da escrita. O mundo de Ponciá parece não acolhê-la e sentindo-se sem um lugar, cresce a tensão entre o seu Ego e o que Souza (1983) chama de “Ideal de ego branco”.

Ponciá não consegue realizar os planos de obter uma vida melhor e poder unir novamente a família. A casa sonhada para viver com os seus, um lugar conquistado, a justa recompensa pelo trabalho desempenhado não chegaram e a

exploração antes perpetrada pelo branco no seu lugar de origem transporta-se para a cidade grande.

Se na roça os coronéis subjugam os negros para o cultivo de suas terras em troca basicamente da subsistência, na “cidade grande”, os negros se veem obrigados a ocuparem cargos inferiores, a trabalharem em péssimas condições e a não serem pagos de maneira justa.

Com olhos que veem mais do que quaisquer outros “Não, ela não era cega. Enxergava de olhos abertos e fechados. Desde pequena, assistia a coisas que muita gente não percebia.” (EVARISTO, 2003, p. 42), Ponciá assiste à repetição de uma amarga história. Muda-se o cenário, permanecem as personagens. Em *Becos da memória* (2006), outro romance da autora Conceição Evaristo, a personagem Maria Nova, durante uma aula sobre a escravidão, sendo moradora da favela, aponta como esta se equipara à antiga senzala e o “bairro nobre vizinho” à casa-grande.

Diante de tal conjuntura, as protagonistas deste estudo apresentam e desenvolvem uma tensão instalada no Ego devido ao mencionado “Ideal de Ego branco” imposto por uma sociedade hegemônica branca. Não raramente, para inserir-se nessa sociedade, o negro busca esse Ideal de Ego, tendo em vista que:

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um Ideal de Ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. Entre Ego e seu Ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor, às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico. (COSTA, 1986, p. 104)

Essa incoerência instaurada entre o Ego e o Ideal buscado ocasiona um estado de desordem - por vezes psíquico - na identidade do negro. Entre o verdadeiramente ser e o querer ser, abre-se um abismo que ocasiona embates identitários, no que diz respeito à afirmação e assunção da sua identidade, que por vezes beira a negação. Trataremos deste assunto no próximo subtítulo.

Como ressalta Fanon (2008, p. 95): “[...] é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele [o negro] é colocado em uma situação neurótica.”. Assim, associamos a existência de uma tensão entre o Ego e o Ideal de ego estabelecida na vivência social do negro à representação literária das personagens analisadas, que apresentando essas características, nos fazem refletir sobre a relação entre a arte da palavra e a ciência do inconsciente.

Tanto a literatura quanto a psicanálise preocupam-se com os mistérios que envolvem a alma humana, e por isso mantêm uma relação recíproca no sentido de que é por meio do inconsciente que o poeta/escritor (re) busca a sua arte, “Pois a arte é um espaço onde se permite ao inconsciente aflorar, e a Psicanálise é antes de tudo o reconhecimento desse inconsciente.” (MENESES, 1995, p. 13).

Esse imbricamento entre literatura e psicanálise dá-se pelo poder concedido àquele que escreve de explorar o mundo do desejo e da fantasia, portanto, o mundo do Id. Assim,

O poeta é aquele que, fazendo estalar os limites do real, tenta fazer aflorar aí o princípio do prazer, tenta trazer ao plano da linguagem a imagem do desejo. Pois a arte, como afirma Freud, é uma reconciliação dos dois princípios: do prazer e da realidade. O poeta estabelece uma tensão entre a imagem do desejo, o invisível, e a realidade. (MENESES, 1995, p. 14-15)

Essa reconciliação existente na arte entre o princípio da realidade e do prazer, defendida por Freud, convida-nos a pensarmos em como o ato da escrita se manifesta para o poeta: qual a sua motivação para o seu trabalho com as palavras e qual a finalidade do produto final realizado. No caso das escritoras em questão, defendemos a existência de um propósito voltado para a exposição de assuntos que lhe são bem conhecidos. Sendo negras, as suas respectivas escritas tendo como base a história, a identidade e a memória dos negros, justifica a ocupação, a determinação e o emprego de energia e inteligência ao seu objeto, “Pois o que dá o vetor à caminhada do homem é a procura da verdade sobre si próprio, é a busca do humano.” (MENESES, 1995, p. 16).

Nas obras em estudo encontramos passagens em que a voz narrativa revela a importância de uma escrita voltada para as questões identitárias e memorialísticas do povo negro. Esse fato comprova o entrelaçamento entre a escrita e a procura da verdade sobre si. É a ficção criando caminhos para a realidade e almejando modificá-la através desses espaços.

4.1 O Ideal de Ego branco: a relação entre o Ego e o narcisismo

Como enfatizamos, o negro é vítima da discriminação sucedida por um sistema escravista instituído pela hipotética superioridade de um determinado grupo sobre outro, estabelecida por questões políticas, sociais e econômicas originárias de

uma época. Desta forma, mesmo após ter sido esclarecido o equívoco do culto à existência de uma raça superior, da supressão do sistema escravocrata, da existência de leis – instituídas a grande custo - que regem os direitos da comunidade negra, ainda observamos a prevalência do que se incutiu no imaginário popular: ser negro, para uma grande parte da população e até para ele mesmo, é trazer a marca da inferioridade, da subordinação e subjugação, por isso:

A violência parece-nos a pedra de toque, o núcleo central do problema abordado. Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar e anular a presença do corpo negro. (COSTA, 1986, p.104).

A relação entre o sujeito e o seu corpo constitui um importante condutor para a construção da identidade¹³. A anulação do corpo negro decorre da associação que este faz do seu corpo a um sofrimento do qual não consegue libertar-se. Desta forma, no momento em que o sujeito negro, através das subversões advindas da sua cor, rejeita o seu próprio corpo em favor da adoração ao corpo branco, faz com que o desejo pelo corpo do outro se oponha ao seu, ocasionando assim sentimentos de autoaversão.

Desta forma, a discussão de Costa (1986) sobre as implicações sofridas pelo Ego do sujeito negro, criadas a partir da anulação de um corpo em prol da apoderação de outrem, gera a referida violência, que advinda do exterior, podemos dizer, se incute no interior desse sujeito criando diversos conflitos emocionais.

Consoante a estas considerações, Fanon (2008, p. 104) propõe:

No mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação. É um conhecimento em terceira pessoa. Em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas.

A discussão psicanalítica concernente ao que Souza (1983) afirma tratar-se de uma busca do Ideal de Ego branco, que o negro subjugado e inferiorizado tende a desenvolver para poder inserir-se nas diversas esferas sociais, ocasiona uma

¹³ O corpo ou a imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A identidade do sujeito depende, em grande medida da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou enunciado identificador que o sujeito tem de si estão baseados na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhe a sentir e a pensar. (COSTA, op. cit., p. 10)

tensão entre o Ego e o Ideal do Ego, podendo gerar sentimentos de inferioridade, culpa, depressão, dentre outros.

Costa (1986) afirma que os estudos psicanalíticos nos mostram que a construção da identidade do sujeito surge inicialmente através da relação desenvolvida pela criança em seu vínculo materno, interrompido pelo paterno e sendo continuado por outros sujeitos que excedem o seio familiar. A partir daí o indivíduo se depara com o que lhe é ou não permitido enquanto sentimento e expressão convertidos em garantias tanto da sua existência enquanto ser psíquico autônomo quanto da sua existência histórico-social em comunidade.

O Ideal do Ego deriva desse processo vivido pelo sujeito em seu meio social e dele depende a formação de sua identidade, que no caso do negro, torna-se dividida, uma vez que o modelo de Ideal de Ego,

[...] que lhe é oferecido em troca da antiga aspiração narcísico-imaginária não é um modelo humano de existência psíquica concreta, histórica e, conseqüentemente, realizável ou atingível. O modelo de identificação normativo-estruturante com o qual ele se defronta é o de um fetiche: o *fetiche do branco, da brancura*. (COSTA, 1986, p. 105-106)

De acordo com Freud (1923-1925) o *Ego* existe enquanto produto do *Id* e do *Superego*, tendo como função não ceder à insaciedade dos desejos do primeiro e à severa repressão do segundo, provenientes do meio exterior. O *Ego* é o resultado do equilíbrio que se alcança desses dois elementos que o determinam, e o Ideal do *Ego* resulta da associação narcísica de identificação com os pais e ideais coletivos que são perseguidos pelo indivíduo. Assim:

O ideal do ego desvenda um importante panorama para a compreensão da psicologia de grupo. Além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação. (FREUD, 1914-1916, p. 22)

O *Ego* dos neuróticos tem como característica sucumbir ao *Id* e ao *Superego*, seja por que estes são muito fortes, ou por que aquele é muito fraco. A tentativa do *Ego* de se constituir em meio às pressões do *Superego* e os desejos do *Id* faz com que os indivíduos construam, mesmo que inconscientemente, mecanismos de defesa, utilizados para resistência a esses fatores e que serão trabalhados no próximo subtítulo.

Diante do que expusemos, sem nos aprofundarmos na tripla estrutura da mente (Ego, Id e Superego) defendida por Freud (1923-1925), percebemos nas obras em estudo a existência de um conflito desenvolvido pelo ego das protagonistas, no que se refere ao seu Ideal.

Problematizado no relacionamento familiar e social, o Ideal do Ego buscado por estas personagens transcorre pelo caminho da violência psicológica sofrida pelos negros, levantada por Costa (1986) e Souza (1983). Tanto Geni quanto Ponciá se veem envoltas por essa agressão psíquica desenvolvida através das relações narcísicas, da convivência com seus familiares, com pessoas da sua comunidade e pela busca dos ideais coletivos.

Em *A cor da ternura*, observamos por meio da infantil consciência da protagonista, o prenúncio dos problemas que enfrentaria devido a sua cor e traços fenotípicos. A conversa entre ela e a sua mãe sobre “a água de Deus” poder retirar a sua “tinta”, corrobora o estado de negação quanto a sua negrura, desenvolvido em algum momento pelo sujeito negro, pois “para o negro a alteridade não é outro negro, é o branco.” (FANON, 2008, p. 93).

A associação da cor preta ao que é ruim também pode ser tomada na narrativa como um dos fatores propícios ao desejo dos negros de possuírem outra cor. No relato de Geni sobre a chegada do seu irmão caçula, detectamos dois exemplos interessantes de como o próprio negro, refletindo sobre como pensa ser visto, se autodetermina. Na analogia feita sobre as galinhas pretas, que não eram doadas de presente ao recém-nascido por serem “duras” e só servirem para “despachos” (GUIMARÃES, 1998, p. 22), observamos como a cor negra geralmente é equiparada no imaginário popular ao que não tem valor, ao que não é favorável ou ao que não é bom. O discurso utilizado pelas pessoas que foram visitar o irmão de Geni, que acabara de nascer, é o mesmo adotado pela autora/narradora quando conhece o caçula: “Apenas senti um grande alívio quando me vi descompromissada de chamá-lo de Menino Jesus. Era negro.” (GUIMARÃES, 1998, p. 22).

Esses trechos da narrativa corroboram a concepção de que “O irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas do mito negro.” (SOUZA, 1983, p. 27), assim como condiz com o seguinte relato:

Meu corpo era devolvido desancado, desconjuntado, demolido, todo enlutado, naquele dia branco de inverno. O preto é um animal, o preto é

ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo de preto, o preto treme de frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer! (FANON, 2008, p. 106-107)

Ao mesmo passo que a figura do negro é posta em oposição ao belo, ao bom, ao limpo, observamos como ocorre a inversão de julgamentos referente ao negro. Desta forma, tremer de frio chega a ser interpretado como uma ameaça ao branco. Os traços fenóticos da comunidade negra também são revertidos em xingamentos, que de tanto serem feitos, passam a ser assimilados e tomados como naturais, como foram tomados por Geni: “Boneca de piche, cabelo de Bombril eram ofensas de rotina. Tudo bem.” (GUIMARÃES, 1998, p. 46).

O crescimento de inferioridade cresce ao ponto de na narrativa, já frequentando a escola, Geni sentir-se envergonhada por fazer parte de um povo digno de comiseração:

Pensava que era a grande da classe só porque era a única a fazer versos... Quantas vezes deviam ter rido de mim, depois das minhas tontices, em inventar cantigas de roda... Vinha mesmo era de uma raça medrosa, sem histórias de heroísmo. Morriam feito cães... Justo era mesmo homenagear Caxias, Tiradentes e todos os Dom Pedro da História. Lógico. Eles lutavam, defendiam-se e ao seu país. Os idiotas dos negros, nada. (GUIMARÃES, 1998, p. 66)

— Por que os relatos feitos pela professora sobre os escravos não coincidem com os feitos por Nhá - Rosária? Nas narrativas da velha os negros não se portam covardemente. Essa constatação faz com que Geni passe por um estado de autonegação, a não se identificar com a associação do seu povo à falta de coragem e à condescendência: “Quando dei por mim, a classe inteira me olhava com pena ou sarcasmo. Eu era a única pessoa da classe representando uma raça digna de compaixão, desprezo!” (Guimarães, 1998, p. 65).

Neste momento, agora consciente da condição inferior a qual os negros são/estão subjugados, Geni não aceita fazer parte dos que não reivindicam a igualdade social, e por isso “[...] a imagem de seu corpo surge como um intruso, como um mal a ser sanado diante de um pensamento que se emancipa e luta pela liberdade.” (SOUZA, 1983, p. 7). E assim, sem ser com a “água de Deus”, mas com estilhaços de tijolos, tenta retirar a “tinta” da sua pele. As feridas físicas cicatrizaram,

mas “ficaram as chagas da alma esperando o remédio do tempo e a justiça dos homens.” (GUIMARÃES, 1998, p. 69).

A renúncia da sua cor em favor do pensamento da hegemonia branca, ocorrida mesmo que momentaneamente, provoca no ser negro um conflito identitário, na medida em que delega a definição de sua identidade ao branco, fato constatado nas duas obras em estudo. Em *A cor da ternura* certas atitudes da mãe de Geni ilustra essa situação. Os conselhos dados à filha para não criar “confusão” pedindo que tenha cuidado quanto ao seu comportamento no primeiro dia de aula, intensifica-se pela resposta dada, quando ao ser questionada pela menina sobre o inadequado comportamento de Janete, ela responde que a menina pode por ser branca.

Os cuidados naturais de mãe confundem-se com o discurso introjetado pela experiência adquirida do preconceito vivenciado pela genitora. Percebemos então uma tentativa da mãe de camuflar as marcas da identidade negra presentes na filha, para que assim a menina seja assimilada entre os brancos, sendo aceita como um deles. Essas atitudes correspondem ao comprometimento das identidades “ôntica” e “ontológica” do negro, que vivendo numa sociedade em que os brancos são privilegiados, tende a inferiorizar-se: A esse respeito Byington (1988, p. 64) considera:

Sofremos com nossas inadequações, mas como não conseguimos evitá-las incorporamos a auto-estima baixa à nossa identidade. Tanto a identidade ôntica, ligadas às categorias físicas, etárias, social e racial, quanto à identidade ontológica, referida ao processo global de diferenciação do ser, são afetadas.

É o próprio “combate do pensamento contra a realidade do corpo e da identidade negra.” (SOUZA, 1983, p. 10) pela busca de um Ideal de Ego branco que suprime, inferioriza e subjuga a identidade do negro, sendo repassado pelo discurso materno.

Enquanto para alguns existe essa tentativa de apagamento dos traços fenotípicos ou comportamentos não aceitáveis por virem dos negros, para outros, sendo esta etapa vencida, surge uma procura de Ideal de Ego branco através da repetição do comportamento do branco. Em *Ponciá Vicêncio*, Luandi nos serve como exemplo, uma vez que ele tenta assumir comportamento e postura advindos do branco para a instauração de um sentimento de pertença a um grupo social que não é o seu de origem.

No entanto, é na própria rejeição de si, na medida em que o negro se recusa a aceitar a sua cor, que ele a afirma, uma vez que a procura pelo Ideal de Ego branco implicitamente traduz-se no reconhecimento da cor oposta à branca:

[...] é que para afirmar-se ou para negar-se, o negro toma o branco como marco referencial. A espontaneidade lhe é um direito negado, não lhe cabe simplesmente ser – há que estar alerta. Não tanto para agir, mas sobretudo para evitar situações em que seja obrigado a fazê-lo abertamente. (SOUZA, 1983, p. 27)

A anulação do negro quanto aos seus traços fenotípicos e a sua cor em favor da cor branca, nascida do desejo de agradar e ser aceito pelo outro, responde positivamente aos ideais racistas de exclusão do negro e contribui para o mito de uma democracia racial que tenta torná-lo invisível, fato que se coaduna com o estado de busca do Ideal de Ego branco desenvolvido pelo negro. Assim, uma sociedade dita não racista, exerce bilateralmente o racismo, manifestado tanto social quanto psicologicamente.

O mito da democracia racial é confirmado pela presença de dois processos psíquicos de alteração do pensamento do negro: a aceitação da “verdade” imposta pelo branco sobre a sua identidade, que é suprimida enquanto representação do espaço do pensamento; e o fato do sujeito negro delegar ao branco o poder de definir a sua identidade, privando o seu pensamento do confronto com a “verdade” pensada ou instituída, corroborando-a/reafirmando-a. (SOUZA, 1983)

Nessa conjuntura, “O pensamento tende a romper seus elos com a realidade e a reforçar suas ligações com os processos que estruturam as leis do inconsciente, do imaginário [...]” (SOUZA, 1983, p. 13). O sujeito, tentando evitar o desprazer, o sofrimento sobre o que narcisicamente é instituído para sua identidade, impasse proveniente do confronto entre o seu pensamento e o do outro, tenta evitá-lo através do corte de suas relações dialógicas com o mundo exterior.

Esse rompimento dialógico pode ocorrer por meio de duas formas determinantes à construção de uma legítima identidade negra, resistente à identidade hegemônica branca, apesar dos conflitos de Ideal de Ego branco vividos.

Na primeira vertente, quando não permite a entrada do pensamento do outro, o negro busca “no mundo interno [...] o aval para os enunciados de verdade sobre sua identidade.” (SOUZA, 1983, p. 14). Na segunda, “conferindo a um outro o direito arbitrário e onipotente de definir a verdade indubitável sobre sua identidade.”

(SOUZA, 1983, p. 14), ele potencializa o racismo na medida em que outorga ao branco o poder de decisão sobre como deve pensar sobre si mesmo.

Constatamos em *Ponciá Vicêncio* esse rompimento com o mundo exterior vivido pela protagonista. Cada vez mais imersa em suas memórias, Ponciá se entrega a um mundo imerso por suas lembranças:

[...] gastava a vida em recordar a vida. Era também uma forma de viver. Às vezes, era um recordar feito de tão dolorosas, de tão amargas lembranças que lágrimas corriam sobre o seu rosto; outras vezes eram tão doces, tão amenas as recordações que, de seus lábios surgiam sorrisos e risos. (EVARISTO, 2003, p. 91-92)

Mesmo passando por esse conflito delineado psicologicamente, Ponciá corresponde ao grupo que tenta subsistir às imposições do Ideal de Ego branco. Aos poucos, descobrimos na narrativa como a sua origem, o convívio entre os seus familiares e os que compõem a comunidade negra é importante para a manutenção da sua identidade. O anseio em poder voltar ao rio e trabalhar com barro se revela crucial à protagonista:

Ponciá Vicêncio estava muito perturbada naqueles dias. Levantara-se do banquinho em que estivera sentada nos últimos anos, na beira da janela e dera de andar em círculos dentro do pequeno espaço do barraco. Falava muito sozinha, ora chorava, ora ria. Pedia barro, queria voltar ao rio. (EVARISTO, 2003, p. 120)

Da mesma forma, na busca de um Ideal de Ego branco - como já observamos neste estudo - Luandi anula a sua identidade em favor da conquista do comportamento do branco, para assim ascender socialmente. O seu desejo de mando, de colocar-se, portanto, no lugar do branco, faz com que os ideais do negro em busca de sua assunção identitária se percam ou se refugiem numa fantasia criada para que ele, enquanto oprimido, se veja na posição de seu opressor: “Agora ele era um soldado. Tinha o poder de mandar. Tudo seria mais fácil, até para procurar a irmã. Fardado, com a roupa do poder, entraria em qualquer lugar, seria respeitado por todos.” (EVARISTO, 2003, p. 122).

O irmão de Ponciá consegue ultrapassar esse estágio de seu pensamento quando “Compreende que sua vida, um grão de areia lá no fundo do rio, só tomaria corpo, só engrandeceria, se se tornasse matéria argamassa de outras vidas.” (EVARISTO, 2003, p. 127). O poder de mando outrora desejado, se revela sem valor

para Luandi se este determinasse o sentido da sua vida. A opressão sofrida pelos negros, arma ideológica utilizada pelos brancos, não poderia tornar-se também o seu instrumento.

Os que verdadeiramente se assumem como negros reconhecem esse sistema psíquico de opressão, tentam não esmorecer diante dessa situação e buscam, mesmo com dificuldades, construir a sua identidade, que mesmo fragmentada, obscurecida, renegada e/ou autorrenegada, subjugada, tenta firmar-se.

Quanto àqueles que não se assumem como tais, que tentam camuflar a sua história e memória, assim o fazem para tentar inserirem-se numa sociedade hegemônica branca e quando dela fazem parte, convencem-se de que não são vítimas de preconceito porque o reconhecimento deste fato encontra-se encoberto para os que assimilam os preceitos da sociedade hegemônica branca.

A inserção social almejada faz com que os afrodescendentes transitem por dois lugares: o seu, inferiorizado, e o do outro, sobreposto ao seu. São nestes termos que Souza (1983) discute as implicações impostas pela sociedade branca ao negro, de como este negro é vítima tanto do outro quanto de si mesmo, devido às imposições quase esmagadoras provenientes da classe hegemônica. Assim,

Tendo que livrar-se da concepção tradicionalista que o defina econômica, política e socialmente como inferior e submisso, e não possuindo uma outra concepção positiva de si mesmo, o negro viu-se obrigado a tomar o branco como modelo de identidade, ao estruturar e levar a cabo a estratégia de ascensão social. (SOUZA, 1983, p. 19)

Constituída pela diferença feita pelo negro em relação ao branco, a crise identitária surge como um impasse que não consegue ser resolvido sem as nuances de um conflito psíquico ao qual se tenta resistir, como assim evidenciamos no comportamento da protagonista de Conceição Evaristo.

Inicialmente esse conflito é apresentado na narrativa através das reflexões de Ponciá a respeito de si mesma, de como ela se vê enquanto sujeito pertencente a um grupo específico e de como os outros a veem. Deparamo-nos com a personagem num exercício narcísico, quando esta perscruta a sua imagem refletida no rio e ao chamar por seu nome não se reconhece, e por isso, sente-se “[...] inominada, tremendo de medo, temia a brincadeira, mas insistia. A cabeça rodava no vazio, ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém. Tinha, então, vontade

de choros e risos.” (EVARISTO, 2003, p. 19). Tempos depois Ponciá repete a ação, desta vez mirando-se no espelho “[...] passou todo tempo diante do espelho chamando por si mesma. Chamava, chamava e não respondia.” (EVARISTO, 2003, p. 19).

Esse dilema vivido pela personagem comprova o conflito narcísico criado a partir do Ideal do Ego imposto pelo Superego. Ponciá não reconhece nenhum afeto por sua imagem refletida. Contrariamente, sente medo, ou é tomada por um sentimento de nulidade, quando pede ao companheiro que não a chame mais de Ponciá Vicêncio, e sim de “nada”, palavra mencionada por volta de trinta e oito vezes no romance.

Segundo Freud (1914-1916, p. 45) aquele que está acometido pelo narcisismo “trata seu próprio corpo da mesma forma que o corpo de um objeto sexual é tratado”, fato que o relaciona à perversão; ou é considerado “como um complemento libidinal do egoísmo do instinto de autopreservação”. De uma forma ou de outra, ele mantém relação com a constituição do Ego do indivíduo, com a sua reflexão sobre si mesmo, como aconteceu com Ponciá.

O fato dela cada vez mais se refugiar num mundo interior também remete ao narcisismo, uma vez que “A libido afastada do mundo externo é dirigida para o ego e assim dá margem a uma atitude que pode ser denominada de narcisismo.” (FREUD, 1914-1916, p. 46). Acreditamos que esse dilema vivido por ela se desenvolva a partir da noção de Ideal de Ego branco a ela imposto. Impõe-se à personagem este Ideal de Ego que a acomete de um tumulto psíquico ao qual tenta resistir:

O negro que elege o branco como Ideal do Ego engendra em si mesmo uma ferida narcísica, grave e dilacerante, que, como condição de cura, demanda ao negro a construção de um outro Ideal de Ego. Um novo Ideal de Ego que lhe configure um rosto próprio, que encarne seus valores e interesses, que tenha como referência e perspectiva a História. (SOUZA, 1983, p. 44)

Tanto Geni, quanto Ponciá, mesmo diante de todos os seus conflitos internos, resistem à imposição do Ideal de Ego branco – mesmo que de maneiras diferentes - apesar de serem vítimas dele.

Em *Ponciá Vicêncio* temos a comprovação de que Ponciá se manteve como representante do seu povo quando Luandi, por meio da voz narrativa, afirma:

Bom que ela se fizesse reveladora, se fizesse herdeira de uma história tão sofrida, porque enquanto o sofrimento estivesse vivo na memória de todos,

quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um outro destino. (EVARISTO, 2003, p. 126)

A protagonista de Conceição Evaristo nega a desistência concentrando-se numa força que se almeja adquirir para não perder-se de si, para tentar conservar o que verdadeiramente é seu, não somente ao que corresponde ao exterior, mas também ao seu interior.

Da mesma forma, constatamos essa resistência presente em Geni quando em sua narrativa declara ser “[...] desde ontem da minha infância, bagagem esfolada, curando feridas no arquitetar conteúdo para o cofre dos redutos.” (GUIMARÃES, 1998, p. 93). As feridas as quais a autora/narradora se refere correspondem primordialmente às que se instauram no seu eu, às que geram conflitos psíquicos na comunidade negra, mas que tentam ser superadas numa batalha travada entre os dois mundos: o interno e o externo.

4.2 A resistência e os mecanismos de defesa

Em seus estudos sobre Psicanálise, Freud apresenta pela primeira vez o termo “defesa” em seu trabalho intitulado *As neuropsicoses de defesa* (1893-1899), usando-a “para descrever a luta do ego contra idéias ou afetos dolorosos ou insuportáveis.” (FREUD, 1974, p. 36). Desta forma, a análise dos mecanismos de defesa, sobre os quais discorreremos, concentra-se na observação da representação do Ego das personagens das obras em estudo e a sua relação com as outras duas instituições atribuídas por Freud à personalidade psíquica: o Id e o Superego.

Para a análise desses mecanismos cabe ao analista alcançar o Id – o inconsciente – por meio de métodos apropriados e assim entender as tensões do Ego, para tentar resolver perturbações psicológicas presentes nos indivíduos. Neste trabalho, tendo em vista o objeto tomado para análise, - o texto literário – evidentemente não pretendemos sanar conflitos de origem psicológica, mas nos aventuramos, a partir da conduta das protagonistas das obras, a descrevermos a recorrência de certos mecanismos de defesa por elas apresentados, originados pelo acúmulo de preconceitos e discriminações sofridos.

Neste âmbito, observamos que a análise psicanalítica de um texto literário traz desafios, uma vez que “O analista opera sobre o que o sujeito lhe diz”

(BEVENISTE, 1976, p. 82 apud QUEIROZ, 2006, p. 108), e para nós o dito está literariamente escrito. Portanto, temos como instrumento a palavra trabalhada pelo escritor, que em sua subjetividade - fato favorável à análise proposta – se assemelha à fala. Assim, ao obtermos como “paciente” o texto literário escrito, tal qual o analista que se situa “[...] num ponto eqüidistante do id, ego e superego” (FREUD, 1974, p. 24), tomamos como representação do *Ego*, o comportamento das personagens; como *Id*, as vozes narrativas norteadoras das suas inconsciências - as quais sugerem a consciência das autoras das obras, que sendo negras utilizam suas escritas para exprimirem os conflitos e perturbações enfrentadas por seu povo; e como Superego, o impacto da temática das obras, que se impõem ao julgamento moral do público leitor, sem, no entanto, a este submeter-se. Justificamos essa equiparação, feita pela transitoriedade do que obtemos para análise, de acordo com a seguinte proposição:

O id representa o inconsciente de uma pessoa, os impulsos mais primitivos e elementares, que são ditatoriais e não conhecem transigência, compromisso ou renúncia. O ego é o intérprete e intermediário entre as várias partes da mente e o mundo externo. O superego é o representante internalizado dos mais importantes objetos da pessoa, os pais, o resíduo interno de seus mais remotos e mais intensos vínculos emocionais. É o sistema de toda moralidade, consciente e inconsciente. (HEIMANN, 1982, p. 136)

Na observação dessas três instâncias nos concentraremos nos mecanismos de defesa, que naturalmente fazem parte da vida dos indivíduos, mas que, no mau funcionamento de um deles podem-se emergir conflitos culminantes em neuroses. Como afirma Bergeret (1983, p. 107-108):

Um indivíduo nunca se torna doente “porque tem defesas”, mas porque as defesas que utiliza habitualmente revelam-se ineficazes, ou demasiado rígidas, ou mal-adaptadas às realidades internas e externas, ou de um mesmo tipo demasiadamente exclusivo e porque o funcionamento mental mostra-se entravado em sua flexibilidade, harmonia e adaptação.

Anna Freud (1974) aponta sobre a dificuldade em classificar os mecanismos de defesa de acordo com a posição cronológica, isto é, a saber, em que fase do desenvolvimento o sujeito irá utilizar um ou outro mecanismo, uma vez que a utilização deles depende dos níveis de organização alcançados pelas partes psíquicas da mente do indivíduo. Assim, “Será talvez melhor abandonar as

tentativas [de classificação] e, ao invés disso, estudar em detalhe as situações que provocam as reações ofensivas.” (FREUD, 1974, p. 45).

Ancoramo-nos nessa fundamentação para apontarmos os mecanismos de defesa existentes na conduta das personagens independente das suas fases de desenvolvimento, uma vez que as narrativas não apresentam a mesma dinâmica cronológica e as protagonistas, por exemplo, diferem em algumas fases quanto às representações de seus desenvolvimentos.

Tomamos a resistência desenvolvida pelas personagens das obras em estudo como uma defesa suscitada pelo ego em seus conflitos com os representantes instintivos e os afetos, em que ao analista incute-se a descoberta da eficácia desses métodos nos processos de resistência do ego e de formação de sintoma. (FREUD, 1974).

Assim, tendo em vista as relações desarmoniosas impostas ao ego, no que concerne às imposições do Id e do Superego, e ainda do Ideal do Ego branco, entendemos essas defesas desenvolvidas pelos negros como um aspecto de resistência relacionado a uma imposição adquirida pelo negro contra a subalternidade, e não com as “resistências”, confundidas com as defesas do ego, que dizem respeito apenas às defesas empregadas na transferência (outro mecanismo de defesa) como observa Bergeret (1983).

Ao surgir como uma luta instaurada no ego, que tenta defender-se contra ideias e afetos dolorosos ou insuportáveis, notificamos que esses mecanismos se presentificam na constituição do ego daqueles que constantemente estão submetidos a conflitos ideológicos e afetivos advindos principalmente da discriminação e do preconceito de que são vítimas. Portanto, são aos mecanismos relacionados a esse dilema sobre os quais nos deteremos.

Ao estarem subjugados ao Ideal de Ego branco imposto pela sociedade hegemônica, os mecanismos suscitados pelas personagens surgem como defesas contra estados de subjugação do ego como, por exemplo, o isolamento, a revolta, a agressividade, a inferioridade e etc.; condutas perceptíveis nas personagens das obras. Assim, tomamos como foco os seguintes mecanismos de defesa: repressão, sublimação, inversão, isolamento, regressão, negação e restrição do ego, que aparecem relacionados aos referidos estados apresentados pelo ego das personagens em estudo.

Destacamos que os indivíduos não utilizam todos os mecanismos de defesa que existem; faz-se uso deles de acordo com a necessidade determinada pelas situações de conflito sofrido pelo ego em determinado momento. Desta forma, não levantaremos todos os mecanismos de defesa que possam estar presentes nas narrativas, mas nos deteremos naqueles que se originam das desordens vividas pelo ego das personagens estando elas relacionadas à condição de ser negro numa sociedade de hegemonia branca.

Pertencentes a um grupo que teve ao longo da história a memória e a identidade fraturadas, tanto Geni quanto Ponciá, em suas representações, demonstram condutas que se associam a comportamentos que funcionam como uma defesa psicológica instaurada, ainda que inconscientemente, contra práticas discriminatórias sucedidas do preconceito.

Ao funcionarem como uma defesa construída pelo indivíduo contra, especificamente no caso da comunidade negra, algo que a oprima, subjogue ou ofereça perigo, esses mecanismos são tipos de manifestações que o ego apresenta também em relação ao exterior, uma vez que este não está em conflito apenas com o Id e o Superego, instâncias internas. Esses mecanismos surgem no nível da subconsciência e procuram solução para problemas que não conseguem ser resolvidos em consciência.

Ao definir a finalidade dos métodos defensivos do ego, Anna Freud (1974, p. 59) propõe:

Os métodos defensivos até hoje descobertos pela análise servem todos uma finalidade única: auxiliar o ego na luta com a sua vida instintiva. São motivados pelos três principais tipos de ansiedade a que o ego está exposto – ansiedade instintiva, ansiedade objetiva e ansiedade da consciência. Além disso, a mera luta de impulsos conflitantes é suficiente para pôr em movimento os mecanismos de defesa.

Desta forma, observamos que esses mecanismos acompanham a vida dos indivíduos trabalhando enquanto técnicas desenvolvidas pelo ego contra embates que podem culminar em neuroses. Portanto, desenvolvem-se ainda na vida infantil, podendo migrar para a fase adulta ou, nesta fase, surgirem outros mecanismos adquiridos posteriormente para conter conflitos iniciais.

4.2.1 Os mecanismos de defesa do Ego: conflitos externos e internos

Deteremo-nos à associação dos mecanismos de defesa, instituídos inicialmente por Freud (1893-1899), aos comportamentos das personagens nas narrativas em estudo, principalmente de Geni e Ponciá, utilizados como defesa do ego contra conflitos relacionados à condição de ser negro. Assim, os nove métodos de defesa descritos nos estudos de psicanálise, a saber: regressão, repressão, formação de reação, isolamento, anulação, projeção, introjeção, inversão contra o eu e reversão, não serão todos aqui explicitados, pois focalizaremos aqueles mais desenvolvidos pelas personagens e que mantenham relação com a discriminação e o preconceito sofridos.

Desta forma, trabalharemos principalmente com os mecanismos da negação, que pode dá-se, dependendo da fase de desenvolvimento do indivíduo, por meio da fantasia ou da realidade, sendo considerado inclusive como o precursor da repressão, que “[...] consiste na manutenção fora do ego consciente ou na expulsão do mesmo de qualquer idéia ou afeto.” (FREUD, 1974, p. 44), e sobre o qual também desenvolveremos considerações, tendo em vista este mecanismo se destinar à conservação das representações inaceitáveis fora da consciência (BERGERET, 1983), como pudemos observar enquanto uma conduta desenvolvida pelas personagens.

Discorreremos ainda sobre a sublimação, um “deslocamento da finalidade instintiva, em conformidade com valores sociais mais elevados” (FREUD, 1974, p. 44), por relacionar-se à arte desenvolvida pelas protagonistas, surgida como uma renúncia às gratificações do instinto por outras em conformidade com valores racionais.

Nos negros, a revelação das implicações quanto a sua cor ainda na infância, por exemplo, repercute na descoberta dos diversos preconceitos sofridos, justificando a instauração da busca do Ideal de Ego branco, ou como testemunhamos na protagonista de *A cor da ternura*, no estabelecimento de uma resistência adquirida por Geni, diante das imposições da sociedade hegemônica. Na narrativa, os primeiros indícios de mecanismos de defesa utilizados pela autora/narradora apresentam-se quando, insatisfeita por ter perdido o seu “lugar” para o irmão caçula, ela recusa-se a comer para voltar a ser o centro das atenções da família: “Por desaforo, deixei de ter desejos e fome. Só tinha vontade de dormir.

Comecei a sentir frio a qualquer hora do dia e da noite. Frio se chovesse. Frio se fizesse calor. Em qualquer circunstância, frio.” (GUIMARÃES, 1998, p. 24). São indícios de como o ego de Geni reage defensivamente diante de insatisfações.

Assim, no que concerne à descoberta dos dissabores que enfrentaria em sociedade devido ao preconceito, tais mecanismos iniciam-se através de estados de negação pautados pela inversão de fatos indesejáveis para a personagem. Observamos que ao sentir-se incompreendida por seus familiares, ela decide manter contato com uma “aranhinha que ziguezagueava no telhado” (GUIMARÃES, 1998, p. 24), e assim pôde ter “[...] plenitude de voz e atitudes. Falar do que quisesse, ter resposta para tudo e acreditar que tudo era possível, o mundo simples e aberto.” (GUIMARÃES, 1998, p. 32). Ao negar o que lhe é desfavorável, Geni reverte-o em fatos desejáveis.

Desde tenra idade a autora/narradora demonstra certa perspicácia em reconhecer além do aparente, além do visível: “Não entendiam que eu queria saber do céu de dentro. Eu queria a polpa, que a casca era visível.” (GUIMARÃES, 1998, p. 35). A mensagem deixada pela narrativa alerta para as qualidades dos negros serem minadas por sua cor, que aparece como uma barreira interposta ao seu desenvolvimento e reconhecimento, tomado como reflexão desde cedo por Geni.

A frustração diante da obviedade das respostas dadas às perguntas feitas por ela faz com que a personagem busque a almejada compreensão das pessoas nos animais porque “[...] ao contrário dos seres humanos, os animais se mostraram amigos e coerentes.” (GUIMARÃES, 1998, p. 35).

Passada a fase da negação da comunicação com as pessoas substituídas pela comunicação com os animais, surge a fantasia, também manifestada em sua fase infantil. Isso acontece no momento em que ela imagina as brincadeiras infantis partilhadas com as outras crianças como uma forma de preencher os seus mais íntimos desejos, “No balançar eu ia para lugares que elas nem podiam imaginar que existiam e que poderiam conhecer.” (GUIMARÃES, 1998, p. 42).

Em *Ponciá Vicêncio*, também encontramos na infância da protagonista em seu relato sobre as suas brincadeiras no milharal, a fantasia constituída pela visão de altas “bonecas de milho” e que num certo dia durante a brincadeira como “[...] ela viu uma mulher alta, muito alta que chegava até o céu.” (EVARISTO, 2003, p. 14). Constatamos que nessa fase de fantasia, Ponciá se considera feliz, “Naquela época

Ponciá Vicêncio gostava de ser menina. Gostava de ser ela própria. Gostava de tudo.” (EVARISTO, 2003, p. 13).

Assim como Geni, Ponciá, nos tempos da sua infância, viajava pela imaginação e realiza vontades e desejos por meio da fantasia. Neste momento, as duas satisfazem seus egos e sentem-se realizadas.

Nas narrativas esses momentos de fantasia aparecem desfeitos sempre por interferência de ordem exterior. Enquanto Geni vê os seus balanços interrompidos pelas outras crianças sob a alegação de transgressão às regras da brincadeira, que de acordo com a protagonista eram justificáveis, pois “Eu sempre acreditei, ou tudo fiz para acreditar, na possibilidade de acordos, quando se ganha um tempo para diálogos.” (GUIMARÃES, 1998, p. 46), Ponciá tem suas bonecas de milho derrubadas por seu pai a pedido da sua mãe, temerosa do testemunho da miragem da filha da “mulher alta e transparente”. (EVARISTO, 2003, p. 14).

O que ocorre nas protagonistas nesta fase de seus desenvolvimentos é descrito por Anna Freud (1974) como negação da realidade em fantasia, justificada pelas brincadeiras fantasiosas das protagonistas. A negação em atos e palavras pode ser encontrada na ação da autora/narradora quando esta, recusando-se a falar com os adultos, decide se comunicar com os animais: “Aprendi a falar com eles. Imitava todo e qualquer pássaro da região. Tirava de letra todas as mensagens dos cães, gatos, cavalos, formigas, baratas etc.” (GUIMARÃES, 1998, p. 35).

A negação em fantasia ou em atos e palavras existem para o indivíduo ajustar a realidade às suas finalidades e satisfações: “A negação da realidade também é, evidentemente, um dos muitos motivos subjacentes nas brincadeiras das crianças, em geral, e nos jogos de personificação em particular.” (FREUD, 1974, p. 71).

Essa negação suscita a substituição feita por Geni no momento em que, ao sentir-se incompreendida, ela transfere para os animais todo o seu desejo de comunicação com os outros, assim como, quando reinventa as brincadeiras infantis através da criação das suas viagens fantasiosas, confirmando assim a negação, tendo em vista que esta, nas palavras de Anna Freud (1974, p. 76), “[...] está concluída e confirmada quando, em suas fantasias, palavras e comportamento, a criança inverte os fatos reais.”.

Outro exemplo do mecanismo da negação em *A cor da ternura* ocorre quando Geni sente-se inferior por pertencer à comunidade negra. Ainda criança a autora/narradora em uma de suas experiências escolares nega a si mesma quando

em certo momento percebe o olhar de comiseração dos seus colegas de sala: “Quando dei por mim, a classe inteira me olhava com pena ou sarcasmo. Eu era a única pessoa da classe representando uma raça digna de compaixão, desprezo!” (GUIMARÃES, 1998, p. 65).

Essa parte da narrativa condiz com o testemunho de Fanon, ao relatar o sentimento de vergonha que acompanham os negros em sua vivência: “A vergonha. A vergonha e o desprezo de si. A náusea. Quando me amam, dizem que o fazem apesar da minha cor. Quando me detestam, acrescentam que não é pela minha cor... Aqui ou ali, sou prisioneiro do círculo infernal.” (FANON, 2008, p. 109).

Portanto, justifica-se que a esse sentimento Geni revide com insultos como “lazarento” e “morfético”, lançadas contra si e o seu povo. Assim, na culminância da sua autonegação, ela tenta retirar o negro da pele esfregando-a com estilhaços de tijolos utilizados para fazer a limpeza dos utensílios domésticos, escrevendo com o próprio sangue “pornografias no muro do tanque d’água” (GUIMARÃES, 1998, p. 69).

Nestas passagens podemos identificar a interferência dos espaços excedentes à família na construção do ego da protagonista. Segundo Souza, as relações familiares são as primeiras referências do sujeito para a constituição do Ideal do Ego, mas depois:

[...] é a vida de rua, a escola, o trabalho, os espaços do lazer. Muitas vezes, é nesses lugares segundos, pleno de experiências novas, que o Ideal do Ego – cujas vigas mestras já foram erigidas – encontra ocasião de reforçar-se, assim adquirindo significado e eficácia de modelo ideal para o sujeito. (SOUZA, 1983, p. 36)

Essa fase narrada por Geni contorna sua vivência em relação à descoberta dos estigmas do preconceito e é ultrapassada por ela, que ascendentemente consegue transformar a negação inicial em afirmação identitária: “Foi quando, com nitidez nunca sentida, entendi tudo o que meu pai me ensinara, nas suas palavras curtas, nas suas parábolas decifradas na cartilha da existência.” (GUIMARÃES, 1998, p. 91-93).

Enquanto mecanismo mais presente, encontramos no romance de Conceição Evaristo uma crescente fuga da realidade por parte da protagonista. Ponciá, que teve a sua vida marcada por perdas e insatisfações, refugia-se no mundo constituído por lembranças de diferentes momentos do seu passado. Esse estado é descrito

como um momento específico em que a heroína afirma não saber de si, apesar reconhecer a vida alheia ao seu redor: “No princípio, quando o vazio ameaçava a encher a sua pessoa, ela ficava possuída pelo medo. Agora gostava da ausência, na qual ela se abrigava, desconhecendo-se, tornando-se alheia de seu próprio eu.” (EVARISTO, 2003, p. 45).

Esse rompimento da sua consciência a inoportunas representações do seu eu, confirma a conceitualização dada por Bergeret (1983, p. 113) ao mecanismo de defesa da repressão que: “[...] pode ser definida como um processo ativo, destinado a conservar fora da consciência as representações inaceitáveis.”

Essas representações inaceitáveis, angustiantes à protagonista de Conceição Evaristo, se justificam diante pela dupla opressão (SOUZA, 1983) vivida pelo negro: a de classe e a de cor. Segundo a referida autora: “Numa sociedade multirracial, racista, de hegemonia branca, o “a posteriori” se produz no momento em que o negro enfrenta peito-a-peito as condições concretas de opressão em que está imerso.” (SOUZA, 1983, p. 37). Assim, como atesta Fanon: “O problema do negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca.” (FANON, 2008, p. 169-170).

Ao refugiar-se em seu mundo interior e por isso se afastar do mundo exterior, o ego da protagonista do romance recorre ao mecanismo da repressão na medida em que tenta ignorar o que aflige o seu ego, como por exemplo, a sua vida miserável representada pelo barraco imundo onde mora, a péssima condição financeira e o difícil trabalho diário, somados à incompreensível relação com o companheiro e a extrema pobreza testemunhada ao seu redor,

Ponciá Vicêncio correu vagorosamente os olhos pelo cômodo onde moravam. O pó avolumava-se por cima do armário velho. Pelos caibros do telhado acumulavam-se teias de aranhas e picumãs. As trouxas de roupas sujas cresciam dias e dias pelos cantinhos do quarto. As folhas de jornal, que forravam prateleiras do armário, já estavam amareladas pelo tempo e roídas nas pontas pelos ratos e baratas. Toda noite ela contemplava o desleixo da casa, a falta de asseio que lhe incomodava tanto, mas faltava-lhe coragem para mudar aquela ambiência. (EVARISTO, 2003, p. 25)

Segundo Bergeret (1983), a repressão opera após o aparecimento da linguagem, quando se podem verbalizar as representações das palavras distinguindo-se da representação das coisas, do que não é verbalizado, do inconsciente. Na fase em que a protagonista se refugia em suas lembranças, a

existência dessa distinção entre o consciente e o inconsciente atua nas representações verbalizadas e não verbalizadas, uma vez que vivendo a criação de um mundo particular, Ponciá não externa verbalmente as sensações e emoções acumuladas em seu interior.

Se o consciente é verbalizado, e à repressão cabe manter fora da consciência as representações inaceitáveis, então o silêncio de Ponciá sobre tais representações está justificado, assim como a sua crescente inconsciência diante do estado que a envolve, como observamos:

Nas primeiras vezes que Ponciá Vicêncio sentiu o vazio na cabeça, quando voltou a si, ficou atordoada. O que havia acontecido? Quanto tempo tinha ficado naquele estado? Tentou lembrar os fatos e não sabia como tudo se dera. Sabia apenas que, de uma hora para outra, era como se um buraco abrisse em si própria, formando uma grande fenda, dentro e fora dela, um vácuo com o qual ela se confundia. (EVARISTO, 2003, p. 45)

O romance é repleto dessas presenças-ausências vividas por Ponciá. Constantemente a palavra “vazio” e suas variantes são utilizadas para descrever a falta instaurada em seu eu devido à ausência dos seus familiares, da incompreensão existente em sua vida conjugal, da morte dos seus sete filhos, da irrealização dos planos feitos para a vida na cidade, dos sonhos desfeitos.

Como a perda é uma constante na vida de Ponciá, poderíamos associar o estado desenvolvido por ela ao luto, uma vez que “[...] de modo geral [o luto] é a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, [...] a liberdade ou o ideal de alguém [...]” (FREUD, 1914-1916, p. 141-142). No entanto, como a protagonista de *Conceição* Evaristo vai além dessa perda, não conseguindo recuperar-se desse estado de luto, podemos equiparar a sua condição à melancolia, tendo em vista que esta se diferencia daquele, pois:

Os traços distintivos da melancolia são um desânimo profundamente penoso, a cessação de interesse pelo mundo externo, a perda da capacidade de amar, a inibição de toda e qualquer atividade, e uma diminuição dos sentimentos de auto-estima [...] (FREUD, 1914-1916, p. 142)

Assim, evidenciamos como distinção entre o luto e a melancolia o fato de que, nesta trabalha-se com a perda do objeto, mas sabendo-se *quem* perdeu mas não o *que* perdeu: “No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o

próprio ego.” (FREUD, 1914-1916, p. 143). Características encontradas em Ponciá, que tendo consciência da perda – pelo menos provisória - dos seus, não consegue saber exatamente o que perdeu.

Essa inconsciência quanto à perda revela-se no romance, quando Ponciá, longe dos seus, reflete sobre os motivos que a levaram para cidade grande: “O que fazer agora? Perdera o elo com os vivos e com os mortos seus. O que valia agora o barraco? Quem ela levaria ali para dentro? Que pessoas vivas ou mortas?” (EVARISTO, 2003, p. 74).

Entre a incompreensão de si e do rumo da sua vida, Ponciá cada vez mais entregue aos braços da melancolia, tenta preencher os vazios do seu ego com lembranças e contemplações, “Ela via tudo, via o próprio vazio” (EVARISTO, 2003, p. 29). A perda dos seus a faz descrente e ocasiona a perda de si mesma para o mundo externo, proporcionando um encontro com o seu mundo interior.

E assim se passam os dias da personagem: “Pouco a pouco, mais e mais, Ponciá se adentrava num mundo só dela, onde o outro, cá de fora, por mais que gostasse dela, encontrava uma intransponível porta.” (EVARISTO, 2003, p. 109).

A sua ascendência melancólica a impulsiona de encontro àquilo que perdeu. É desta forma que a personagem, cada vez mais mergulhada em seus devaneios, sente a necessidade de buscar o que fora perdido: a sua família, a terra, o rio.

A imersão em seu interior justifica a regressão da libido ao ego, pré-condição da melancolia (FREUD, 1914-1916), como outro mecanismo de defesa utilizado por Ponciá, tendo em vista tal mecanismo suscitar o retorno a atividades passadas por tornarem-se mais seguras e gratificantes que as do presente.

Entre a repressão e a regressão, o fato é que a protagonista vive em plena angústia dos dias presentes, substituídos por dias passados. Bergeret (1983) aponta que contrariamente ao que Freud acreditou, a angústia é que criava a repressão. A voz narrativa relata a crescente aflição vivida por Ponciá ao associar uma ação, que geralmente traz paz interior, à sua amargura diária. É desta forma que uma simples contemplação do céu, como fazia nos tempos vividos na roça, ocasiona um momento de angústia por trazer-lhe recordações inconciliáveis às sensações atuais:

[...] ao acordar com a costumeira angústia no peito, sem querer olhou o céu, como se pedisse a Deus socorro. Estava, porém, arrependida. Um arco-íris bonito, inteiro, bipartia a morada das águas suspensas. Passou a mão pela testa como se quisesse apagar tudo que estivesse pensando. Um receio antigo revisitou-a e insistiu em seu corpo. (EVARISTO, 2003, p. 14).

Anna Freud (1974) atesta que a repressão está ligada às pulsões e aos afetos desagradáveis advindos das instâncias proibidoras: o ego e o superego. Este último impõe ao ego o Ideal de Ego branco, discutido anteriormente.

Os métodos de defesa descritos nos estudos de psicanálise sugerem a presença de neuroses, com exceção da sublimação, mais pertencente ao estudo da mente normal e que encontramos nas obras em enfoque sob as manifestações artísticas presentes em Geni, com a sua escrita, e em Ponciá, pelo seu trabalho com o barro. Nas obras, a arte aparece como uma ferramenta que possibilita às protagonistas a aproximação com a memória da comunidade negra, a restauração das suas identidades, e um meio de resistência, que apesar de individual também representa de certa forma o ideal coletivo dos negros, como ilustram as palavras de Freud:

Outra técnica para afastar o sofrimento reside no emprego dos deslocamentos de libido que nosso aparelho mental possibilita e através dos quais sua função ganha flexibilidade. A tarefa aqui consiste em reorientar os objetivos instintivos de maneira que eludam a frustração do mundo externo. Para isso, ela conta com a assistência da sublimação dos instintos. (FREUD, 1996, p. 87)

Desta forma, a criação artística das protagonistas age como instrumentos buscados para suavizar os seus sofrimentos, ao mesmo tempo em que surgem nas narrativas como a representação de uma atividade política, que da mesma forma contribuem para a militância pela afirmação do espaço da população negra na sociedade. Por meio da arte com a palavra, Geni afirma encontrar o espaço que se fará a voz do seu povo, da mesma forma que Ponciá,

Com todo zelo da arte, atentava para as porções das sobras, a massa excedente, assim como ainda buscava significar as mutilações e as ausências que também conformam um corpo. Suas mãos seguiam reinventando sempre e sempre. E quando quase interrompia o manuseio da arte, era como se perseguisse o manuseio da vida, buscando fundir tudo num ato só, igualando as faces da moeda. (EVARISTO, 2003, p. 127-128)

Esses mecanismos não trabalham sozinhos e surgem de acordo com as fases de desenvolvimento do indivíduo, mas todos eles “[...] têm por finalidade garantir a segurança do ego e poupá-lo à experiência da dor.” (FREUD, 1974, p. 59). Em *Ponciá Vicêncio*, a dor sentida pela mãe de Ponciá depois da partida dos filhos

faz com que ela concentre a sua vida na certeza de um reencontro, por isso aceita a dor na esperança presente de tê-los novamente consigo:

E, então, se tivesse de padecer, que experimentasse as dores. Se tivesse de ser só, que sozinha fosse. Se tivesse de se abraçar com os seus próprios braços, ela mesma criaria o seu próprio anelo, e se auto-abraçaria, até que reencontrasse os filhos e os braços deles abraçassem os dela. (EVARISTO, 2003, p. 76)

Na protagonista a experiência da dor dá-se principalmente pela ausência dos seus familiares: “A dor da ausência da mãe e do irmão aconteceu mais forte ainda.” (EVARISTO, 2003, p. 57). Anna Freud (1974) destaca que o ego, em busca do prazer para evitar a dor, usa todas as aptidões que lhe agrade, abandona atividades causadoras da dor ou da ansiedade e não mais se dedica a elas.

Ponciá, envolta pelas dores sucedidas do mundo exterior e interior, questiona-se sobre o prazer da vida: “Poderia pelo menos tornar a casinha dos dois um lugar prazeroso de viver. Mas que prazer, onde morava o prazer?” (EVARISTO, 2003, p. 55). A perda do prazer assola a sua vida de tal forma que o único consolo para sua dor é encontrar-se “[...] quieta, sentada no seu cantinho, olhando pela janela o tempo lá fora, enquanto ia e vinha no tempo cá de dentro de seu recordar.” (EVARISTO, 2003, p. 55).

A ausência do prazer vivido pela personagem relaciona-se com o racismo sofrido por ela e por seu povo; pela busca de respostas que não suprem as perguntas formuladas por um ego dolorido. A esse respeito Souza (1983, p. 10) propõe:

O tributo pago pelo negro à espoliação racista de seu direito à identidade é o de ter de conviver com um pensamento incapaz de formular enunciados de prazer sobre a identidade do sujeito. O racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo *prazer de pensar* e todo *pensamento de prazer*. (grifo da autora).

Assim, ao negro, refletir sobre a sua identidade torna-se uma tarefa constituída por conflitos pautados nas consequências de ações racistas, que se desenvolvem muitas vezes de forma velada. Como um inimigo que age à surdina, o racismo destrói paulatinamente as relações identitárias da comunidade negra, cessando todo sentimento de prazer que possam ser construídos sobre a vivência de suas vítimas.

A dor reflete a procura por uma identidade buscada na memória como uma forma de resistência aos desígnios de uma sociedade pautada por uma ideologia branca. Fragmentada e mal resolvida, Ponciá passa por todas essas dificuldades e cai nos braços das suas lembranças e pensamentos, que a envolvem em um mundo particular. É nesse mundo que a personagem busca e sonha com o reencontro com os seus familiares, com o retorno as suas origens e o trabalho com o barro como forma de conciliação identitária.

Anna Freud (1974) afirma que não se sabe ao certo o que acontece com o ego adulto que busca a gratificação por meio da renúncia aos estímulos externos, à realidade. Por isso, não podemos afirmar o que concretamente ocorre com a protagonista. No entanto, detectamos o seu rompimento com o mundo exterior, e conseqüentemente aos estímulos externos que proporcionalmente são substituídos pela vivência de memórias e reflexões realizadas no presente acerca do seu passado, que chegam a não vislumbrar nenhum futuro: “Ela gastava todo o tempo com o pensar, com o recordar. Relembrava a vida passada, pensava no presente, mas não sonhava e nem inventava nada para o futuro.” (EVARISTO, 2003, p. 19).

Talvez ocorra a negação de um futuro já predestinado: a perpetuação da amarga história do seu povo. E esse fato se constitui em um aspecto de resistência ao que lhe é momentaneamente imposto. É mais uma defesa instituída pelo ego para restringir, evitar impressões desagradáveis:

Na restrição do ego [...] as impressões externas desagradáveis, no presente, são rechaçadas, porque poderiam resultar na revivescência de impressões semelhantes do passado. Revertendo à nossa comparação entre os mecanismos de repressão e negação, diremos que a diferença entre inibição e restrição do ego é que, na primeira, o ego defende-se contra seus próprios processos internos e, na segunda, contra os estímulos externos. (FREUD, 1974, p. 87)

Apesar da aparente descrença que acomete Ponciá, a mesma resiste e canaliza as suas esperanças para o reencontro com a mãe e o irmão: “Era preciso esperar. E era isso que ela estava fazendo há anos. Fazia o que suas forças lhe permitiam. Só era possível esperar.” (EVARISTO, 2003, p. 92). Assim,

Diante da experiência inverossímil, frente à constatação dramática da impossibilidade de realizar o Ideal, o negro vislumbra duas alternativas genéricas: sucumbir às punições do Superego ou lutar, lutar ainda mais, buscando encontrar novas saídas. (SOUZA, 1983, p. 40)

Não podemos dizer que esse reencontro com os seus lhe devolveu o que havia perdido, mas fez com que se entendesse a herança deixada por Vô Vicêncio, da qual seus familiares tanto falavam em segredo: “[Ponciá] tinha risos nos lábios, enquanto todo seu corpo estremecia num choro doloroso e confuso.” (EVARISTO, 2003, p. 127).

A definição dos mecanismos de defesa torna-se complexa e dificultosa, tendo em vista que estes variam de acordo com as diversas tensões que se instauram no ego. Não sendo permanentes nem instáveis cada um deles se desenvolve de acordo com cada fase do desenvolvimento do indivíduo, podendo eles transmutar-se para fases seguintes ou se transformarem em outros mecanismos, dependendo de como os conflitos no ego são ou não resolvidos.

Ao analista que estuda os casos específicos, cabe buscar reconhecer a causa dos conflitos do ego objetivando saná-los. Aqui, mediante as condições, pretendemos justificá-los e enquadrá-los à resistência desenvolvida pelos negros diante dos conflitos surgidos a partir do preconceito a que são acometidos.

5 ENTRE A COR DA TERNURA E OS LIMITES DA COR

As duas obras tomadas para análise neste estudo se aproximam e se justificam através dos temas da identidade, da memória e da resistência presentes nos seus enredos e nas ações das personagens, principalmente nas das protagonistas. Constantemente, nas suas narrativas, constatamos os limites da afirmação da cor negra constituídos sob a problemática do preconceito e da discriminação diante das suas implicações sociais presentes na vida da comunidade negra.

Apesar de estarmos relacionando obras de gêneros literários distintos – um romance e uma coletânea de contos -, as respectivas autoras, mulheres engajadas na militância negra, abordam em suas escritas os conflitos sofridos pelos negros, precisamente os que buscam uma ascensão social e vivem sob a pressão do Ideal de Ego branco instituído por uma sociedade onde os brancos são privilegiados.

Ao público leitor, são expostas por meio dessa conjuntura as implicações passadas e ainda atuais, advindas do processo de escravização dos negros, fazendo-nos refletir sobre a constituição da identidade negra como um processo que oscila entre o que se é e o que se pensa ser, numa dinâmica reflexiva perigosa, tendo em vista a complementaridade desse processo depender das relações de alteridade, comprometidas pela visão preconceituosa sobre o negro, que tende a ser inferiorizado devido a sua pertença a um grupo subordinado ao longo da história à força de um sistema opressor.

Assim, reiteramos a existência dos desafios que a identidade negra enfrenta para poder consolidar-se, firmar-se e afirmar-se. Num constante litígio, essas atitudes exigem resistência dos que assumem a sua identidade e não desistem diante das adversidades. Neste âmbito, a memória da população negra fortalece e assume uma importante função para a compreensão da história dos negros, sempre relacionada à luta de um povo pela aquisição de uma vida digna, pela conquista da inserção social e reconhecimento dos seus direitos civis enquanto cidadãos.

As duas obras contemplam reflexões políticas concernentes ao sistema escravocrata que sendo descritas sob o ponto de vista do negro, daquele que sofreu/sofre na pele, devido a sua cor, as consequências de tal sistema, possui a

vivência para falar com propriedade sobre o assunto. A discriminação e o preconceito, tornados pórticos para a construção da literatura dedicada principalmente aos negros, apresentam-se como uma reação às contradições de uma sociedade que elege, mesmo que disfarçadamente, um grupo como superior.

As personagens das obras, especialmente as protagonistas, são representadas através dos limites de suas identidades construídas em meio a essas contradições. Através da representação das identidades de Geni e Ponciá, que constantemente são postas em xeque, observamos a superação das adversidades e a resiliência diante das dificuldades, pois resistem e assim conseguem firmar-se. *A cor da ternura* e *Ponciá Vicêncio* são exímias obras de uma literatura que se revela preocupada com os desígnios político-sociais da nação, questionando o mito da democracia racial no Brasil.

No livro de Geni Guimarães, os fatos transcorridos cronologicamente tendo como centro as memórias da autora/narradora são contados exclusivamente de acordo com as impressões que ficaram guardadas em sua memória. Desta forma, as ações de todas as outras personagens nos são apresentadas por Geni e assim os fatos relatados permeiam seu ponto de vista e os limites da sua memória: “Todos se acomodaram ao meu redor. Uns sentados na cama, outros ajoelhados em qualquer espaço livre. Ficaram me olhando comer felizes, sem a menor discrição de silêncio, no exagero da vigília.” (GUIMARÃES, 1998, p.26).

No romance de Conceição Evaristo a visão tida sobre as personagens advém de um narrador onisciente que por meio do discurso indireto livre apresenta o transcurso da vida, principalmente, de três personagens: Maria Vicêncio, Luandi e Ponciá. É por meio desta última, da herdeira de Vô Vicêncio, que o enredo se desenvolve e a história das demais personagens é revelada. A voz narrativa aparece como uma forma de consciência da protagonista, e assim mantém o enredo sujeito aos seus pensamentos e reflexões que vão e vêm pelo movimento das suas lembranças, da sua memória.

Com enredos memorialísticos, apesar dos fatos contados em *Ponciá Vicêncio* não serem lineares, percebemos a crise de identidade das protagonistas ocorrer de forma ascendente como se as autoras quisessem que o leitor fosse aos poucos se acostumando com as histórias, que mesmo sendo portadoras de agruras, se mantêm ternas. Essa ternura se manifesta quase como um apelo à humanização negada ao negro pela escravização.

Em Geni, a sua crise identitária se inicia pela descoberta do preconceito contra a cor da sua pele: “Separei os grãos de feijão preto com o cabo da colher e atirei-os no meio das labaredas que mantinham aceso o fogão.” (GUIMARÃES, 1998, p. 68). Em Ponciá, a culminância dessa mesma crise ocorre principalmente pela separação dos seus familiares: “E, de vez em quando, ela própria escutava, em quase desespero, o seu próprio e aflito pedido para localizar os seus. Resposta alguma chegava; entretanto, Ponciá guardava a esperança de revê-los um dia.” (EVARISTO, 2003, p. 47).

O desejo de Ponciá de partir para a cidade grande nasce da consciência da vida difícil que ela e os seus têm que enfrentar. Muitos haviam saído da roça imbuídos do mesmo desejo, e as notícias que tinha sobre eles não eram de sucesso:

Outros e outros casos de conhecidos que saíam do povoado a caminho da cidade e eram roubados na estação de chegada. Perdiam o pouco que tinham e ali mesmo viraram mendigos. Outros não conseguiam trabalho ou ganhavam pouquíssimo e não tinham como viver. A vida se tornava pior do que na roça. Ela sabia de muitos casos tristes, em que tudo havia dado errado. (EVARISTO, 2003, p. 37)

No entanto, ainda acredita num destino diferente: “O caso dela, quando voltasse para buscar os seus, haveria de ser uma história de final feliz.” (EVARISTO, 2003, p. 37); prevalece a esperança de melhorar a condição de vida e de que juntos novamente, a mãe, o irmão e ela, teriam a distância justificada, a ausência compensada.

Equiparada ao desejo da protagonista de Conceição Evaristo, Geni também sente o desejo de partir, porém, de uma forma diferente. A autora/narradora não almeja uma partida concreta que ocasione a separação entre ela e a família, mas uma fuga criada pela imaginação, asas da sua fantasia infantil:

Vida sem atrativos, comecei a planejar. Mudar-me, sair de casa. Não para longe dos meus pais e irmãos. Mas para uma árvore qualquer, ao lado de um joão-de-barro, ou mesmo para o galinheiro e morar com a nossa galinha garnisé. Poder extravasar, desmedir. (GUIMARÃES, 1998, p. 40).

Enquanto Geni cogita apenas poder desmedir em suas fantasias, Ponciá, adulta, ao concretizar a sua vontade de ir para a cidade grande, sofre pela irrealização dos seus planos e principalmente pela ausência dos seus:

E agora, ali deitada de olhos arregalados, penetrados no nada, perguntava-se se valera a pena ter deixado a sua terra. O que acontecera com os sonhos tão certos de uma vida melhor? Não eram somente sonhos, eram certezas! Certezas que haviam sido esvaziadas no momento em que perdera o contato com os seus. (EVARISTO, 2003, p. 34)

O anseio de partir existente nestas personagens, seja imaginário ou real, surge como uma prova da crise de identidade por que passam e que a todo o momento se coloca como desafio ao ego, que procura meios para satisfazer-se. Abordada enquanto construção das personagens, a identidade exposta nestes textos literários põe-nos a refletir sobre a fragmentação da identidade do negro como um todo e, portanto, de como se torna difícil para ele construí-la, assumi-la. Através das protagonistas observamos a luta diária imposta à comunidade negra para a afirmação da sua cor, para a sua resistência diante da subalternização que lhe é imposta pela sociedade.

As condições sociais dos negros são tão indignas que a noção de liberdade se torna inversa e contraditória, fazendo-os sentirem-se ainda escravizados. Os senhores do passado foram substituídos pela fome e pela indigência, na perpetuação de uma vida escrava: “Se eram livres, por que continuavam ali? Por que, então, tantos e tantas negras na senzala? Por que todos não se arribavam à procura de outros trabalhos?.” (EVARISTO, 2003, p. 17).

Esses questionamentos surgem mediante a apatia presente em alguns negros, que já cansados da luta diária pela vida, não encontram alternativas, outro meio para viver. O sentimento de inferioridade os assola. Muitas vezes ele nasce da resignação, sob pena de serem punidos pelo mais “forte”: “Por isso que meu pai tinha medo do seu Godói, o administrador, e minha mãe nos ensinava a não brigar com o Flávio. Negro era tudo mole mesmo. Até meu pai, minha mãe...” (GUIMARÃES, 1998, p. 67). Não raramente persiste nos negros a concepção de pertencer ao lado mais fraco, oprimido, subjugado.

Em *A cor da ternura* esse sentimento é questionado por Geni e à medida que se revelam os motivos dessa concepção surge a revolta e a negação da autora/narradora quanto a sua cor, que mais tarde se reverte em militância: “Vi, então, que era muito pouco tempo para provar a tão nova gente minha igualdade, competência. Mas algum jeito deveria existir.” (GUIMARÃES, 1998, p. 89).

Essas reflexões presentes nas obras alertam para contradição de uma liberdade à espera de uma efetiva consolidação, em parte dependente do sentimento de uma prisão ideológica presente no negro, cultuada ainda em sociedade, cultivada por muitos, mas contestada por aqueles que militam pela conquista de espaços, oportunidades e ideais igualitários.

A literatura afro-brasileira ou literatura negro-brasileira, como defendem alguns autores, exerce um importante instrumento para este fim, e os escritores assumidamente engajados com esse literatura têm conseguido problematizar as questões que envolvem desde a identidade e a memória da população negra, a conflitos tanto exteriores quanto interiores, referentes à sua resistência.

5.1 A memória e a terra como constituintes da identidade negra

Utilizada como recurso para a construção das narrativas, a memória apresenta-se como uma herança histórica, que ganha vida, principalmente, na representação das personagens Nhá Rosária, em *A cor da Ternura*, e Nêngua Kainda, em *Ponciá Vicêncio*. Estas, sendo velhas, possuem uma maior rememoração do passado e, por isso, como afirma Ecléa Bosi (2006, p. 63) “[...] neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade.”

Assim, ambas representam a memória do seu povo e por isso possuem forte significação nas narrativas, uma vez que, seja através da sapiência de Nêngua Kainda, a quem procuram para conselhos diários ou para curas das suas doenças por meio das suas “garrafadas”, seja por contar as crianças as histórias dos negros, como faz Nhá Rosária, as duas funcionam como a presença do passado ainda presente, fazendo-nos refletir sobre o futuro.

Nelas encontramos as marcas das injustiças, que resistentes ao tempo, as acompanham e as transformam em testemunhas da espoliação escravista. Em *A cor da ternura*, por exemplo, é por meio do relato das histórias de Nhá Rosária sobre os negros, que obtemos a informação sobre a sua própria história, como a de que “[...] morava noutra fazenda com uma família de fazendeiros. Nunca ninguém soube por que morava com aquela família, nem qual sua idade certa.” (GUIMARÃES, 1998, p. 49).

Através deste discurso percebemos, além do testemunho da vida sofrida do seu povo, a sua vitimização, caracterizada neste momento pela incerteza quanto a sua origem, pela indefinição da sua identidade, que mesmo lhe sendo certa, não pode ser declarada devido ao jugo incerto da sociedade, associada ao constrangimento de não poder assumir-se:

Uns diziam que tinha 98 anos, outros 112. Quando a ela era perguntado, respondia meio sem jeito: — Só o meu filho sabe. — E onde está seu filho? — insistiam alguns. E ela, já meio emburrada, resmungava: — Ué, sinhozinho Pedro João, não sabe? — O dono da fazenda? — É — respondia ela. Daí então fechava a cara e ninguém mais era louco de mexer no assunto, com medo de que ela fosse embora e não nos contasse histórias da escravatura. (GUIMARÃES, 1998, p. 49)

A representação do tempo nebuloso da vivência de Nhá Rosária aparece como um tema de extrema importância, tanto nas previsões de Nêngua Kainda, que determina um tempo certo para as coisas acontecerem, quanto como um fio que conduz a narrativa de Conceição Evaristo entre o presente e o passado das lembranças das personagens. Em ambos os casos, percebemos o caráter enigmático e autossuficiente do tempo, ao qual se deve respeito, sob o reconhecimento de que “Todo problema humano exige ser considerado a partir do tempo. Sendo ideal que o presente sempre sirva para construir o futuro.” (FANON, 2008, p. 29).

Encontramos essa respeitabilidade ao tempo, por exemplo, nos conselhos de Nêngua Kainda dados a Maria Vicêncio, que vivendo a ânsia da espera do reencontro com os seus filhos, entende que esse encontro “[...] também pertencia à vontade do tempo e não somente dela.” (EVARISTO, 2003, p. 107). As idas e vindas da família Vicêncio são norteadas pela experiência da velha que ensina Maria Vicêncio a esperar no tempo o momento certo de ir ao reencontro dos seus filhos:

Andar de um lugar a outro foi a maneira da mãe de Ponciá aliviar a angústia do tempo de espera. Ela alimentava a certeza de que encontraria os filhos um dia, porém não podia parar. Era preciso andar sempre. O tempo de espera, se feito quieto e mudo, é pior, pois se torna demoradamente mais longo. (EVARISTO, 2003, p. 84)

A importância do tempo também nos é revelada quando quase no final do romance, Luandi reflete que: “A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos estavam sendo e dos que viriam a ser.” (EVARISTO, 2003, p. 127). E é nessa

relação entre a vida e o tempo que em *Ponciá Vicêncio*, Nêngua Kainda age principalmente como um elo de reencontro entre Ponciá e a sua família. Como um oráculo: “Tinha o olhar vivo, enxergador de tudo.” (EVARISTO, 2003, p. 60). Nêngua Kainda prevê a vida de Ponciá e a aconselha em suas aflições afirmando que, mesmo não tendo encontrado ainda a mãe e o irmão, ela não está sozinha e que para qualquer lugar que vá a herança deixada por Vô Vicêncio estará presente:

A velha pousou a mão sobre a cabeça de Ponciá Vicêncio dizendo-lhe que, embora ela não tivesse encontrado a mãe e nem o irmão, ela não estava sozinha. Que fizesse o que o coração pedisse. Ir ou ficar? Só ela mesma é quem sabia, mas para qualquer lugar que ela fosse, da herança deixada por Vô Vicêncio ela não fugiria. (EVARISTO, 2003, p. 60)

Desde menina Ponciá ouve as pessoas falarem sobre esse assunto, mas não consegue entender que tipo de herança seu pobre avô, ex-escravo, poderia ter-lhe deixado. À medida que a personagem cresce, no entanto, a herança - mais simbólica que material - se manifesta na protagonista através do seu comportamento.

Tanta semelhança assusta a mãe da menina, que ao identificar a mesma conduta do sogro na filha, como, por exemplo, o andar com um dos braços para trás: “Andava com um dos braços escondido às costas e tinha a mãozinha fechada como se fosse cotó.” (EVARISTO, 2003, p. 16), não entende e também fica a buscar respostas sobre o mistério.

Assim como todos os negros, a vida de Vô Vicêncio não foi fácil e diante do acúmulo de perdas, o avô de Ponciá, “num momento de revolta, na procura da morte”, põe fim a vida da mulher e tenta suicidar-se:

Numa noite, o desespero venceu. Vô Vicêncio matou a mulher e tentou acabar com a própria vida. Armado com a mesma foice que lançara contra a mulher, começou a se autflagelar decepando a mão. Acudido, é impedido de continuar o intento. (EVARISTO, 2003, p. 51)

Desde então, o homem, inútil aos serviços dos seus donos, – louco e com braço cotó - vive dos restos que lhe dão, tem acessos de risos e choros, caminha em círculos pronunciando palavras ininteligíveis. É a descrição fiel encontrada na narrativa do romance em que se faz referência à vida de miséria destinada aos negros, que na roça ou na cidade, nos tempos de escravidão e nos de hoje, têm de conviver com a vida precária, e por esse motivo muitos se tornam insanos.

Aos poucos entendemos a herança deixada por Vô Vicêncio à neta. Assim como o avô, Ponciá tem de conviver com a escassez, com a ausência, com a perda da família, dos filhos que em determinado momento passam a ser indesejados: “Bom mesmo que os filhos tivessem nascidos mortos, pois assim se livraram de viver uma mesma vida” (EVARISTO, 2003, p. 83). Esse pensamento aproxima-se da atitude do avô, quando em seu acesso de revolta mata a mulher e tenta suicidar-se.

Os risos e choros do avô associam-se ao desespero por não encontrar alternativas que pudessem livrá-lo do regime de semi-escravidão no qual vivia, no qual tinha se permitido viver. Em meio a gargalhadas de “meio riso e de meio pranto” o avô de Ponciá Vicêncio buscava respostas no tempo “como se buscasse no passado, no presente e no futuro uma resposta precisa, mas que estava a lhe fugir sempre.” (EVARISTO, 2003, p. 18).

Ao tentar responder a perguntas feitas a si mesma, Ponciá, assim como o avô, não encontra uma solução para suas indagações, mas ela possui, assim como ele possuía, uma capacidade de ver além do aparente: “Diziam que ela se parecia muito com ele em tudo, até no modo de olhar. Diziam que ela, assim como ele, gostava de olhar o vazio.” (EVARISTO, 2003, p. 29).

A visão do vazio não significa o não enxergar; ao contrário, significa o entender a vida massacrada pela condição de ser negro. A sua crescente apatia diante da vida ocorre justamente devido a essa consciência que muitos camuflam por não suportarem a realidade, negando a si mesmos, sucumbindo ao Ideal de Ego branco.

Fica claro que a herança deixada por Vô Vicêncio à neta existe no plano da representação da memória do povo negro existente no velho, e que se fazendo presente em Ponciá a faz buscar no passado todos os detalhes da sua história e a de seu povo “como alguém que precisasse recuperar a primeira veste para nunca mais se sentir desesperadamente nua.” (EVARISTO, 2003, p. 63), e assim poder vislumbrar um novo futuro.

É desta forma que Ponciá, entregue às suas lembranças, enxerga de “olhos abertos e fechados”, assim como seu avô ao perceber a falsa caridade do Coronel Vicêncio, seu antigo dono. Quando este “doa” as terras a sua família, o velho rasga entre os dentes e o seu braço cotó “a bondade escrita do Coronel.” (EVARISTO, 2003, p. 62).

Apesar da loucura, Vô Vicêncio entende que não é esse ato do Coronel que irá lhe devolver o que lhe foi roubado e negado ao longo da sua existência. Semelhante ao sentimento de Geni quando tentam agradar-lhe depois de um constrangimento sofrido na escola: “A compensação desvalia. Não era como leite, que, derramado, passa-se um pano sobre e pronto.” (GUIMARÃES, 1998, p. 65).

A dor de Geni e Vô Vicêncio, representante da dor de tantos outros negros, é muito maior e está instaurada no íntimo dos que conscientemente entendem a herança deixada pela escravização. Nenhuma forma de recompensa pode sanar os danos causados: “Que enxugasse o fino rio a correr mansamente. Mas como estancá-lo lá dentro, onde a ferida era um silêncio todo meu, dor sem parceria?” (GUIMARÃES, 1998, p. 67).

Por todas essas questões, a memória da população negra está escrita em meio a uma rede de conflitos. O trabalho gratuito, dado ao cultivo das terras dos seus “donos”, e depois de seus antigos “donos”, advindo da exploração escravista, passa após a abolição a ser fornecido quase sob as mesmas condições.

Em *A cor da ternura e Ponciá Vicêncio*, o trabalho dos negros aparece primordialmente vinculado ao trabalho com a terra: “Ela tinha ido levar o almoço do meu pai e os outros irmãos que trabalhavam na colheita do café.” (GUIMARÃES, 1998, p. 15). Assim como o trabalho desenvolvido pelos homens da família Vicêncio, que deste ofício retiram apenas o equivalente à subsistência, ficando a maior parte dos rendimentos para os senhores, os coronéis. Ponciá afirma ser esse um dos motivos que a fez partir:

Quando Ponciá Vicêncio resolveu sair do povoado onde nascera, a decisão chegou forte e repentina. Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe. De ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e depois a maior parte das colheitas ser entregue aos coronéis. Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer-se a todo dia. (EVARISTO, 2003, p. 33)

Em *Ponciá Vicêncio* existe a contraposição feita entre a “terra dos negros” e a “terra dos brancos”. Essa antítese aparece como uma marca da diferença social existente entre o branco e o negro, em que este cede a força do seu trabalho enquanto o branco cada vez mais enriquece. Não é apenas a exploração da mão-de-obra que ocorre, mas também a separação dos homens negros de suas famílias,

que levam quase todo o tempo em colher e semear a “terra dos brancos”. Põe-se o amor da família à prova, que também tem de resistir à ausência:

Ponciá Vicêncio se lembrava pouco do pai. O homem não parava em casa. Vivia constantemente no trabalho da roça, nas terras dos brancos. Nem tempo para ficar com a mulher e filhos o homem tinha. Quando não era tempo de semear, era tempo de colheita e ele passava o tempo todo lá na fazenda. (EVARISTO, 2003, p. 17)

Nas obras, a relação das personagens com a terra também se dá pelo vínculo afetivo e identitário. Em *A cor da ternura* a narradora/autora a associa ao amor materno: “Eu abaixava a cabeça e fechava os olhos. Revivia o riso dela mil vezes e à noite deitava-me mais cedo para pensar no doce cheiro de terra e mãe.” (GUIMARÃES, 1998, p. 13).

No romance de Conceição Evaristo existe uma ênfase mais forte da ligação existente entre a terra e as personagens. Por meio das reflexões de Maria Vicêncio, por exemplo, a terra surge interligada à identidade, à origem dos que nela nascem:

Se sua vida era a da terra, em que ela vivia, o que faria agora longe de lá? Entretanto preparava-se para se afastar do lugar onde havia nascido. Da terra que guardava o seu umbigo, que ali fora enterrado, selando, pois, a filiação dela com o solo do povoado. Os filhos tinham ido, mas pedaços do ventre deles também haviam sido enterrados. (EVARISTO, 2003, p. 106)

Apesar de sua partida, que neste momento se faz necessária, a mãe de Ponciá entende a significação da sua terra de origem à sua identidade, assim como a de seus filhos que também ali tiveram seus umbigos enterrados. Chegado o tempo de encontro com os seus, a mulher deixa a terra, que é a sua vida, para buscá-los e depois “[...] trazê-los novamente à terra.” (EVARISTO, 2003, p. 114).

Além da significação da terra como um espaço identitário, encontramos também em *Ponciá Vicêncio* o trabalho com o barro, feito por Ponciá e sua mãe, como um fazer artístico representante de suas identidades.

Através do barro, as duas moldam diversos objetos de uso cotidiano, alguns deles vendidos nas “terras dos brancos”. E é por meio deles que Luandi, há muito distante da irmã e da mãe, em uma exposição reconhece os objetos criados pelas duas:

Luandi olhava os trabalhos da mãe e da irmã como se os visse pela primeira vez, embora se reconhecesse em cada um deles. Observava as minúcias de tudo. Havia os objetos de uso: panelas, potes, bilhas, jarros e

os de enfeites, em tamanho menor, pequeniníssimos. Pessoa, animais, utensílios de casa, tudo coisas de faz-de-conta, objetos de enfeitar, de brincar. Crianças feitas, como se as duas quisessem miniaturar a vida, para que ela coubesse e eternizasse sobre o olhar de todos, em qualquer lugar. (EVARISTO, 2003, p. 105)

A emoção contagia o filho de Maria Vicêncio ao reconhecer os trabalhos da mãe e da irmã, principalmente pelo fato deles as identificarem: “Estava feliz também, porque na criação da mãe e da irmã estavam os nomes delas como autoras.” (EVARISTO, 2003, p. 105).

Nominadas por suas criações, as duas poderiam ser reconhecidas em outros lugares, em outros tempos, diferente de outros trabalhos cujo “nome de seu criador era desconhecido”, apesar de bonitos. É desta forma, que a arte feita com o barro, com a terra, torna-se constituinte da memória e identidade do seu criador. Sobre a forte relação da memória e identidade com os nomes próprios, Candau (2012, p. 68) considera,

Todo dever de memória passa em primeiro lugar pela restituição de nomes próprios. Apagar o nome de uma pessoa de sua memória é negar sua existência; reencontrar o nome de uma vítima é retirá-la do esquecimento, fazê-las renascer e reconhecê-la conferindo-lhe um rosto, uma identidade.

O molde do barro, criação artística melhor desenvolvida por Ponciá, faz parte da sua vida desde cedo: “A menina buscava a argila nas margens do rio.” (EVARISTO, 2003, p. 21). Ela havia deixado de trabalhar com o barro desde a sua chegada à cidade grande e depois de anos servindo ao trabalho doméstico, sente a insistente necessidade de voltar a criar por meio do barro, da terra: “[...] por que agora, quando já grande, o surgimento daquele incômodo que coçava tanto entre os dedos? Ponciá Vicêncio cheirou a mão e sentiu o cheiro de barro.” (EVARISTO, 2003, p. 74). O mesmo cheiro encontrado mais tarde na estátua de barro, imagem do avô criada por ela através da invenção da sua memória.

A necessidade de voltar a lidar com barro, de encontrar os seus e voltar ao seu povoado são indícios da proximidade da realização do legado deixado pelo o avô. Cumprido o tempo de espera como prevê Nêngua Kainda, Ponciá, agora mais próxima de receber a herança e então revelar-se como memória do seu povo, próxima de reencontrar a mãe e o irmão, entre choros e risos afirma que sabe o que fazer: voltar para sua terra natal, seguir em direção ao rio e assim “[...] voltaria ao

lugar das águas e lá encontraria a sustância, o húmus para o seu viver.” (EVARISTO, 2003, p. 125).

Assim como a terra, o rio possui grande significação na vida de Ponciá. Essa relação surge desde a sua gestação, quando ao chorar ainda no ventre da mãe, só consegue acalmar-se quando Maria Vicêncio, aconselhada por Nêngua Kainda, vai até ao rio e afoga em suas águas a barriga chorosa que abriga a filha. Como uma mãe, as águas do rio acalmam a menina ainda em gestação e cessam o seu choro.

Alisou a barriga acarinhando a filha que ali cumpria o tempo de ser, sentiu movimentos e soluços. O que fazer? O que fazer? Como aliviar o choro de um rebento ainda guardado, mas tão suplicante, que parecia conhecer as dores infindas do mundo? Caminhou intuitivamente para o rio e à medida que adentrava nas águas, a dor experimentada pela filha se fazia ouvir de maneira mais calma. (EVARISTO, 2003, p. 124)

Essa relação continua à medida que a personagem cresce. A sua arte, o seu trabalho com o barro, depende da água do rio. Os elementos água e terra surgem no romance como um anúncio do retorno às origens, ao seu lugar, fundamental para a conservação da sua identidade.

Como uma forma de resistência, a personagem almeja o seu encontro com os seus, com o rio, com o barro. Seria a maneira de reaver tudo que perdera de si: “Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio.” (EVARISTO, 2003, p. 128).

Por caminhos diferentes, mas próximos em finalidades e intenções, Geni em *A cor da ternura*, se encontrando com a escrita, também afirma a sua identidade através da sua resistência contra o preconceito em favor da identidade negra, justificando a sua escrita enquanto arte na medida em que se coloca como: “Mulher cuidando da fala, misturando palavras, pronúncias suburbanas [...] jogando cintura, diante das coações e preconceitos. [...] contudo e apesar, a um passo do tesouro: o cartucho de papel.” (GUIMARÃES, 1998, p. 81).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil existe o culto a Iemanjá, orixá sincreticamente tida como Nossa Senhora da Conceição ou Nossa Senhora do Rosário. Na Nigéria, África, ela simboliza o Rio Ogum, tendo sido transformada pela abrangência da diáspora africana em rainha do mar e endeusada pelos negros e seus descendentes. Ao ser ressignificada de rio para mar, deixa o rio para sua filha Oxum, que passa a representar as águas doces e claras. (BERNARDO, 2003). Em um dos seus mitos, encontramos aquele em que deseja voltar ao mar, voltar às águas, após sentir-se enganada por seu marido. Assim como Iemanjá, Ponciá, ao ver-se insatisfeita com os seus propósitos iniciais de obter e proporcionar uma vida melhor para si e para os seus na cidade grande, deseja retornar às suas origens, deseja retornar ao rio.

Volta infértil, sem ter conseguido realizar o sonho da maternidade, mas o desejo do retorno a quem acalentara o seu choro havia se tornado inevitável. Seu regresso é justificado, seja pelo rio, - tão ansiado por ela - seja pelo mar, pelo reencontro com a água-mãe, representação maternal do mar que suscita a vivência da sua própria identidade, que deveria ser transmitida aos seus descendentes, se acaso existissem.

Detentora do poder de dissolver o indesejado, o mal, a água purifica o passado, apontando para o futuro. É para este futuro que as narrativas aqui analisadas sinalizam. Ao traçarmos comparações entre as obras *A cor da ternura* e *Ponciá Vicêncio*, nos deparamos com situações e vicissitudes que ainda são atuais, que envolvem a comunidade negra quanto a sua identidade, que compartilham da mesma memória e tem como foco de luta a resistência. Principalmente através das protagonistas, pudemos reconhecer a vivência dos negros e seus descendentes e como esta se apresenta, como uma conquista diária daqueles que lutam contra as práticas discriminatórias veladas pelo mito da democracia racial existente no Brasil.

Testemunhamos como o negro sofre ao assumir a sua negrura, e como os seus caminhos tortuosos são um reflexo da dura realidade de vida desse grupo social. As personagens negras que seguem este percurso são retratadas fielmente em seus infortúnios, advindos do preconceito e da discriminação, mas acima de tudo, demonstram a resiliência necessária para seguir em frente e representarem a história e a memória de seu povo, através de textos literários que emanam uma

mensagem de como a existência do negro apresenta em seu cerne o caráter da luta, dos conflitos e desafios externos e internos, ocasionados pela busca do Ideal de Ego branco imposta por uma sociedade hegemônica. Presenciamos como esta sociedade geralmente impõe à comunidade negra uma vida condicionada à pobreza e à miséria: as antigas senzalas das casas grandes equiparam-se hoje às periferias e favelas das cidades grandes.

Por este motivo, não é à toa que as autoras trabalham em suas narrativas com a aquisição de conhecimento como uma forma de incitação à ascensão social, como um meio de poder agir contra as desigualdades, contra a condição de subalternidade dos seus semelhantes.

Os textos literários negros ultrapassam os limites da ficção. Neles podemos observar, como em *A cor da ternura* a relação com o conhecimento se revela para Geni como um meio de expor as injustiças sofridas, a angústia sentida, e como arte literária da autora/narradora se transforma em instrumento de militância. Da mesma forma, na narrativa de Conceição Evaristo encontramos os dilemas que envolvem Ponciá, também como uma representação dos danos tantos sociais quanto psíquicos vividos pelos negros numa sociedade discriminatória.

Se no livro infanto-juvenil a criação artística se manifesta pelo trabalho poético de Geni com a palavra, no romance de Conceição Evaristo se revela através do manuseio do barro. O molde da argila metaforiza a identidade da protagonista, que por meio dos seus trabalhos apresenta a sua história e a dos seus. A arte com a terra nasce principalmente do desejo de controle sobre a sua vida, como uma forma de construção da identidade, memória e resistência do sujeito negro.

Outro aspecto interessante para nossa reflexão é sobre como o tempo marca significativamente os enredos, seja através das lembranças e reflexões das protagonistas, seja como busca de novas formas de existência. A sua relação com a memória enfatiza os conflitos passados e ainda presentes na vida dos negros.

Assim, em meio às vivências passadas e o presente, as protagonistas resistem através da crença em um novo futuro. Geni, por meio do “cordel das palavras”, declarando-se “messias do seu povo”, assume a função de conduzi-lo para lugares de harmonia, utilizando como arma a sua arte. Ponciá, representando o presente, o passado e o futuro fundidos num único objetivo, faz-nos refletir sobre a vida da comunidade negra, em como esta é ao mesmo tempo um amálgama do antes, do agora e do depois, uma mistura dos que viveram, vivem e viverão a

mesma memória, mas que buscam reinventar a sua história na esperança e na certeza da criação de um novo tempo.

Durante todo o trabalho nos empenhamos em fomentar as ligações entre a questão identitária, centrada na constituição da história e memória da população negra, afirmada através da resistência manifestada enquanto defesa diante das adversidades presentes numa sociedade hegemônica.

Através das personagens presentes nas narrativas estudadas, verificamos a dificuldade do negro quanto à afirmação da sua cor, o quanto os espaços para essa comunidade se apresentam escassos e como, em pleno litígio, lhe são impostos conflitos de natureza externas e internas quando se almeja ascender socialmente. A imagem que tem de si mesmo parece estar sempre em confronto com a imagem que emana do outro, e por vezes, para tentar inserir-se no mundo do branco, o negro chega a se anular para tentar se esquivar do preconceito e assim se inserir nos grupos de cor privilegiada.

Dentre as muitas constatações obtidas, ressaltamos a de que o negro sofre ao assumir a sua negrura. Os caminhos são tortuosos e espinhados, e por isso as obras em estudo não poupam o público leitor da dura realidade de vida desse grupo social. As personagens, principalmente as protagonistas, são retratadas fielmente em seus questionamentos advindos da negrura, mas acima de tudo, representam a história, a memória de seu povo, pois apresentando a resistência que se faz necessária aos seus, transpõem o mundo literário e a mensagem que nos alcança parece dizer: Eu sou negro(a); eis-me aqui!

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre; et al. Memória e produção discursiva do sentido. In: **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução de J. Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ALBERTI, Vera. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/414.pdf>. Acesso em 05 dez. 2013.

ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGERET, J. (Org.). Problemas das defesas. In: **Psicologia Patológica: teórica e clínica**. Tradução de Benjamin Maierovich. 3. ed. São Paulo: Masson, 1983. (Dúvida quanto aos tradutores)

BERNARDO, **Teresinha. Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial. In: **O local da cultura**. Tradução de Miriam Ávila. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____, Alfredo. Narrativa e resistência. In: **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BYINGTON, Carlos. **Estrutura da personalidade: Persona e sombra**. São Paulo: 1988.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Racismo na educação infantil. In: **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASSOMA, Simone dos Santos Palmeira (Org.) **Construção de identidade e Inclusão Social Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte: UEMG/PROENEX, 2008.

CASTTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: 2010.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. Da cor ao corpo: a violência do racismo. In: **Violência e Psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

CUTI (Luiz Silva). **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória?. In: **O papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

DELEUZE, Gilles. Papel secundário da memória. In: **Proust e os signos**. Trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DUARTE, Constância Lima; et. al. **Falas do outro** - literatura, gênero, etnicidade. Belo Horizonte: Nandyala; Neia, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Mulheres marcadas**: gênero, etnicidade. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4368/4513>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

_____, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

_____. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

_____. Vozes-mulheres. In: **Cadernos Negros 13**, 1990.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente**: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder à polêmica? In: SOUZA, Forentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.) **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 28. ed. São Paulo: Graal, 2010.

FREUD, Anna. **O Ego e os mecanismos de defesa**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1974.

FREUD, Sigmund. **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira I**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos**. Volume XIV (1914-1916). Disponível em: http://ead.ines.gov.br/moodle/pluginfile.php/1229/mod_folder/content/2/Livros/Freud/Vol%2014%20A%20historia%20do%20movimento%20psicanalitico,%20artigo%20so bre%20metapsicologia%20e%20outros%20trabalhos.rtf?forcedownload=1/. Acesso em: fevereiro de 2014.

_____. **Primeiras Publicações Psicanalíticas**. Volume III (1893-1899). Disponível em: <http://minhateca.com.br/ceiogcruz/Livros/pdf/Freud+-+Vol.+03+-+Primeiras+Publica*c3*a7*c3*b5es+Psicanal*c3*adticas,14044806.pdf> Acesso em: janeiro de 2014.

_____. **O ego e o id e outros trabalhos**. Volume XIX (1923-1925). Disponível em: <http://pt.slideshare.net/PauloVFdaSilva/freud-sigmund-xix-o-ego-e-o-id-e-outros-trabalhos-1923-1925-volume-xix>> Acesso em: janeiro de 2014.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

GOMES, Ângela de Castro, et al. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. 12. ed. São Paulo: FTD, 1998.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra?. In: **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. 2. ed. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

_____, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIMANN, Paula. Certas funções da introjeção e da projeção no início da infância. In: KLEIN, Melanie (Org.). **Os progressos da Psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro: ensaios de sossiosemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

LEJEUNE, Philippe. Autobiografia e ficção. In: **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIEBIG, Sueli Meira. **Raça, Mito e Resistência**. João Pessoa: Edições Fotograf, 2010.

LIMA, Omar da Silva. **O comprometimento etnográfico afrodescendente das escritoras negras Conceição Evaristo & Geni Guimarães**. Brasília – DF, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária: enunciação, escrito e sociedade**. Tradução de Maria Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MENESES, Adélia Bezerra de. Literatura e Psicanálise: aproximações. In: **Do poder da palavra: ensaios de literatura e psicanálise**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Tradução de Benedita Bettencourt. Coimbra: Almedina, 2006.

MORRISON, Toni. **The Bluest Eye**. New York: Plume, 1994.

MUNANGA, Kabengele. O negro recusa a assimilação. In: **Negritude: Usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: Identidade, Raça e Gênero no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

QUEIROZ, Rosângela (Org.). Por dentro de um fazer poético: motivação e arte em *Museu de tudo*, de João Cabral de Melo Neto. In: QUEIROZ, Rosângela. **Estudos literários e socioculturais**. Campina Grande: EDUEP, 2006.

RISÉRIO, Antonio. “Black-out” - **Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das idéias**. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SILVERSTONE, Roger. **Why Study Media?**. London EC2A 4PU: Sage Publication LTD, 1999.

SILVA, Maria Angélica Werneck da. **Entre memórias e idéias: o discurso feminino de Gabrielle Roy e Marguerite Duras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **A produção social da identidade e da diferença**. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SILVERMAM, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Tradução de Carlos Araújo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VENÂNCIO FILHO, Paulo. **Primos entre si**: temas de Proust e Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

WALTER, Roland. **Afro-América**: diálogos literários na diáspora negra das Américas: Organizadores da coleção: Anco Márcio Tenório Vieira. Ângela Paiva Dionísio. – Recife: Bagaço, 2009.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: Tomaz Tadeu da Silva (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.